

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ THOMAZONI PESSOA SILVA

POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE SISTEMA  
PENAL, SELETIVIDADE E MÍDIA

CURITIBA  
2014

ANDRÉ THOMAZONI PESSOA SILVA

POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE SISTEMA  
PENAL, SELETIVIDADE E MÍDIA

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito no curso  
de graduação em Direito da Universidade Federal  
do Paraná.

Orientador: Prof. André Ribeiro Giamberardino.

CURITIBA  
2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRE THOMAZONI PESSOA SILVA

### **POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE SISTEMA PENAL, SELETIVIDADE E MÍDIA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
*ANDRÉ RIBEIRO GLAMBERARDINO*  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Coorientador

  
\_\_\_\_\_  
*CLARA MARIA ROMAN BORGES - Direito Penal e  
Processual Penal*  
Primeiro Membro  
\_\_\_\_\_  
*FLÁVIO BORTOLOZZI JUNIOR*  
Segundo Membro

À Cláudia da Silva Ferreira, Amarildo Dias  
de Souza e demais vítimas da guerra às  
drogas.

## AGRADECIMENTOS

Não tenho desenvoltura com agradecimentos formais e solenes. Não que me considere ingrato, ao contrário, mas prefiro demonstrar gratidão na vida cotidiana. Nada obstante, espaços como esse, únicos, não merecem ser desprezados, então farei o meu melhor para retribuir – singelamente - com algumas palavras todo o carinho, amizade e companheirismo com que fui contemplado minha vida afora.

Aos meus pais, Josley e José Eduardo: nenhum agradecimento faria jus ao sacrifício e amor com que vocês me permitiram perseguir a formação acadêmica. Se hoje me vejo diante do privilégio de escrever palavras de agradecimento em uma monografia, foi por todo o suporte e respaldo que vocês, mesmo com todas as dificuldades, sempre asseguraram. Amo vocês.

Ao meu avô materno Ivo e à minha avó paterna Esther, todo o meu carinho pelos exemplos e pelas memórias compartilhadas com as quais eu sempre aprendi muito. Ao meu avô paterno Athis e minha avó materna Estphania, minhas saudades.

Aos meus irmãos Juliana e Eduardo, obrigado por me aguentarem através desses anos de convívio. Imagino que não tenha sido muito fácil, mas o sentimento é recíproco. Brincadeiras à parte, amo vocês.

Aos meus colegas/amigos(as)/irmãos do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná: Andrei Toshio Hayashi, Alani Benvenutti, Itachir Tagliari Neto, Cláudia Nagao, Andressa Regina dos Santos, Felipe Gussoli, Allan Hilani, Henrique Kramer, June Cirino, Isabella Cunha, Galanni Dorado, Pedro Kamizi, Daniela Calmon, Lucas Prates e Gabriela Pimentel, a quem dedico todo o meu carinho, gratidão e admiração. Espero reencontrá-los(as) sempre, vocês fazem parte da minha vida.

Aos companheiros e companheiras do Coletivo Maio, da extensão universitária popular e demais colegas de curso: Renato Almeida, Alice Novato, Hugo Simões, Rodolfo Spack, Rafael Julião, Victor Romfeld, Felipe Spack, Eloísa Dias, Maria Vitória Gonçalves, Rafaela Lima, Pedro Henrique, Yuri Utumi, Alexandre Madruga, Guilherme Milkevicz, Paulo Piá, Estela Basso, Matheus Mafra, Mariana Auler, Mariana Tabuchi, Lawrence Estivalet, Thaís Medeiros, Bárbara Cunha, Moira Mori, e assim por diante... Vocês são *imprescindíveis*, já diria Brecht.

Aos trabalhadores do MST e MPA que me receberam de braços abertos durante o meu Estágio de Vivência Interdisciplinar (IV-EIV RS) em Pelotas-RS no ano de 2013 e a todos os demais estagiários e coordenadores, os meus profundos sentimentos de admiração e de respeito. Foi uma experiência transformadora – tenho comigo desde então que *“a cabeça pensa onde os pés pisam”*.

Aos camaradas do Núcleo Periférico, minha profunda admiração e respeito. A caminhada é longa, mas o objetivo é esse, ir longe – e com certeza iremos. Meu respeito pela consciência e pela união, e meus agradecimentos pelos ensinamentos.

Aos Professores(as) do curso de Direito da UFPR, Professores(as) com “P” maiúsculo: Antônio Peres Gediél, Vera Karam de Chueiri, Ricardo Prestes Pazello, Sérgio Staut, Juarez Cirino, Priscilla Placha Sá, Clara Roman Borges e Leandro Gorsdorf. Meus aplausos à suas posturas dialógicas, progressistas e verdadeiramente transformadoras, que transcendem títulos, honrarias e conceitos CAPES.

Agradeço também a Miguel Godoy, Doutorando da Pós-Graduação em Direito da UFPR, que por meses foi meu Professor, além de amigo e chefe, na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Paraná. Minha gratidão, ainda, aos colegas de estágio na Defensoria Pública do Paraná, estágio esse que por um longo ano me proporcionou maior contato com a face mais crua do sistema penal, a que revela seu punitivismo e caráter seletivo, que criminaliza e encarcera pobres e miseráveis. Desta experiência recebi a inspiração para desenvolver o tema do presente trabalho.

Ao Professor André Ribeiro Giamberardino, cuja orientação impecável não se limitou às indicações e apontamentos sobre a monografia, se espraiando também pelos ensinamentos críticos em sala de aula, pelas várias e instigantes conversas sobre sistema penal, cárcere, cotidiano, e pelos fundamentais apoios em situações de estranhamento com o sistema penal.

Esta simples obra, com certeza bastante limitada pela capacidade crítica/intelectual e pelo pouco acúmulo do autor, não corresponde aos seus ensinamentos, apontamentos e indicações, mas - sem dúvida alguma -, se algo conserva de útil e relevante, é por influência de seu excepcional magistério e suporte.

À minha companheira Maíra: *Quando me pergunto / Se você existe mesmo, amor / Entro logo em órbita / No espaço de mim mesmo, amor.* Obrigado por existir. Amo você.

*Fora da lei, chamado de elemento  
Agora é o crime que dá o meu sustento  
Já pedi esmola, já me humilhei  
Fui pisoteado, só eu sei que eu passei  
Eu tô ligado, não vai justificar  
Meu tempo é pequeno, não sei o quanto  
vai durar*

*É pior do que pedir favor...*  
*“Arruma um emprego, tenho um filho  
pequeno, seu doutor”*  
*Fila grande, eu e mais trezentos  
Depois de muito tempo, “sem vaga no  
momento”*  
*A mesma história todo dia é foda  
É isso tudo que gera revolta  
Me deixou desnorteado, mais um maluco  
armado*

*Tô ligado, bolado, quem é o culpado?  
Quem fabrica a guerra e nunca morre por  
ela*

*Distribui a droga que destrói a favela  
Fazendo dinheiro com a nossa realidade*

*Me deixaram entre o crime e a  
necessidade*

*Feio e esperto, com uma cara de mal,  
A sociedade me criou, mais um marginal  
Eu tenho uma “nove” e uma HK  
Com ódio na veia, pronto para atirar*

- MV Bill, “Soldado do Morro”.



## RESUMO

O presente trabalho analisa a política criminal de drogas no Brasil a partir do histórico da legislação penal temática, bem como de discursos e outros temas político-criminais correlatos. Parte-se das definições de sistema penal e suas agências para compreender o processo de criminalização e sua seletividade imanente. A partir das categorias de criminalização primária e secundária, busca-se compreender a operacionalidade do sistema penal no tocante à repressão ao tráfico de drogas, cuja política criminal se baseia em perspectivas belicistas e pautadas no extermínio do inimigo identificado no traficante de drogas. Intenta-se, finalmente, discutir quem é de fato o sujeito criminalizado concretamente pelo delito de tráfico de drogas em contraste aos estereótipos difundidos pela mídia jornalística, bem como a importância das agências de comunicação social e do discurso midiático para o sistema penal.

**Palavras-Chave:** criminologia – sistema penal – política criminal – seleção criminalizante – drogas – mídia.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O SISTEMA PENAL .....</b>	<b>13</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E METODOLÓGICAS .....	13
2.2 O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO SISTEMA PENAL .....	19
2.3 CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA.....	25
2.4 CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA E SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL...	29
2.5 POLÍCIAS MILITARES E CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA.....	40
<b>3 POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS E LÓGICO DO INIMIGO.....</b>	<b>53</b>
3.1 DROGAS E CONTROLE SOCIAL DE CLASSES PERIGOSAS .....	53
3.2 OS DISCURSOS SOBRE DROGAS E A CONFORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: POLÍTICA CRIMINAL <i>MADE IN USA</i> .....	62
3.3 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA ÀS DROGAS .....	67
3.4 GUERRA ÀS DROGAS NA AMÉRICA LATINA .....	84
3.5 POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL: HISTÓRICO DE LEIS E DISCURSOS SOBRE A DROGA E SEUS PERSONAGENS.....	91
<b>4 O TRÁFICO DE DROGAS ENTRE A MÍDIA E A REALIDADE .....</b>	<b>116</b>
4.1 SOBRE MÍDIA JORNALÍSTICA E TRÁFICO DE DROGAS.....	116
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>10</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BOPE: Batalhão de Operações Policiais Especiais  
CCINC: Cabinet Committee for International Narcotic Control  
CSP/1971: Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971  
CUE/1961: Convenção Única sobre Estupefacientes da ONU de 1961  
DEA: Drug Enforcement Administration  
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social  
DSN: Doutrina de Segurança Nacional  
EUA: Estados Unidos da América  
FBI: Federal Bureau of Investigations  
FBN: Federal Bureau of Narcotics  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
IDS: Ideologia da Defesa Social  
ISN: Ideologia da Segurança Nacional  
MLO: Movimento de Lei e Ordem  
OEA: Organização dos Estados Americanos  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
ONU: Organização das Nações Unidas  
STF: Supremo Tribunal Federal  
STJ: Superior Tribunal de Justiça

## 1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, nas breves páginas deste trabalho de conclusão de curso, destrinchar perspectivas críticas sobre como se opera o processo de criminalização posto em prática pelas diversas agências do sistema penal brasileiro, com ênfase nas polícias militares, no poder judiciário e nas agências de comunicação social (*mass media*).

Dentro do grande panorama do sistema penal será enfocada a política criminal de drogas e o processo de criminalização referente aos delitos da Lei de Tóxicos (11.343/06), dentre os quais, em relevo, o tráfico de drogas (art. 33), dada a sua relevância no atual panorama político e repressivo brasileiro.

Parafraseando Salo de Carvalho:

A política criminal de drogas, desde o ponto de vista dos processos de criminalização, de sua estruturação dogmática e da operacionalidade das agências repressivas, define espécie de tipo ideal (Weber) de repressão e de gestão do sistema penal nacional. Em outros termos, a política criminal assumiu, a partir da assunção dos projetos transnacionalizados pelas agências centrais aos países periféricos, o papel significativo de definição dos horizontes de punitividade. Desta forma, seu estudo permite visualizar não apenas o caso específico do sistema punitivo das drogas, mas possibilita diagnóstico de toda a estrutura repressiva.<sup>1</sup>

O intento deste trabalho é, portanto, analisar criticamente o sistema penal e a política criminal de drogas, com ênfase à prática e discurso de determinadas agências sobre o tráfico de drogas, correlacionando tal análise sincronicamente com as ações estatais referentes aos delitos desta ordem, desde o processo de seleção criminalizante até ações mais extremas (v.g. ocupação militar de áreas ditas “críticas” e o confronto armado direto na corrente “*war on drugs*” – a guerra declarada pelos Estados, transnacionalmente, às drogas e aos “traficantes”).

Pretende-se discorrer sobre a relevância do discurso midiático para a criminologia, avaliando seu potencial político e capacidade de influenciar a dita “opinião pública” - rede de suporte e aprovação de atores políticos e das agências do sistema penal - bem como interferir (in)diretamente na atuação do aparato repressivo estatal. Em suma, pretende-se delinear sinteticamente a eficácia e

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**, 6ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013, p.45.

relevância de órgãos de comunicação social enquanto agências integrantes do sistema penal e partícipes do processo de criminalização.

Em seguida se abordará, mais especificamente, as formas pelas quais as agências de comunicação social se inserem enquanto agentes políticos na já referida guerra ao tráfico de drogas. Em síntese, de que maneira retratam a criminalidade relacionada ao complexo mercado de drogas ilícitas e como representam a atuação de órgãos e agentes públicos participantes da mencionada guerra.

Conforme ensina Rosa del Olmo, são diversos os discursos construídos sobre a droga (que, ao ser referida no singular, revela o grau de generalização e obscuridade que reveste o tema), os quais, consequentemente, permitiram a conformação de estereótipos – “*a melhor expressão do controle social informal*”<sup>2</sup> -, imprescindíveis para legitimar o controle social formal, “*cujas expressão máxima no caso das drogas é a normativa jurídica*”.<sup>3</sup>

É evidente que se opera no Brasil uma guerra ao tráfico, melhor dizendo, aos “traficantes”, e o extermínio decorrente dessa lógica belicista atinge não somente aqueles que de fato participam de alguma forma do ciclo econômico de drogas ilícitas, mas quaisquer outras pessoas passíveis de serem taxadas/rotuladas/estereotipadas/estigmatizadas como tal.

A materialização deste enquadramento de determinados sujeitos como “traficantes” (portanto, em última análise, inimigos) a partir de estereótipos e estigmas será também objeto da presente monografia. A partir da proposta exposta serão discutidas noções elementares sobre sistema penal e política criminal, seleção criminalizante, criminalização primária e secundária, teorias do desvio e Direito Penal do Inimigo.

Ademais, serão discutidas as consequências e contingências da política criminal de drogas vigente, baseada na repressão estatal, que vitima e afeta não somente os “varejistas” do tráfico de drogas e demais sujeitos enquadráveis na categoria fantasmática do “traficante”, mas também os habitantes de áreas com presença consolidada dessa forma de comércio ilícito, bem como os próprios agentes do Estado responsáveis pela repressão a essa espécie de criminalidade.

---

<sup>2</sup> OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p.23.

<sup>3</sup> Idem.

Cada um destes eixos será oportuna e metodologicamente retratado, considerada a complexidade dos temas e a sua pertinência com a problemática do tráfico de drogas. A intenção, ao cabo do percurso acima descrito, é ofertar apontamentos – ainda que limitados e indubitavelmente insuficientes - aos seguintes questionamentos:

As agências de comunicação social, aqui identificadas como imprensa escrita, radiofônica, eletrônica e televisiva, podem ser consideradas partícipes ativos dos processos de criminalização, em especial, na repressão ao tráfico de drogas?;

Sob que perspectivas tais agências representam a criminalidade conexas ao tráfico de drogas, e como retratam a atuação das agências executivas, políticas e judiciais neste tocante? É possível reconhecer, no(s) discurso(s) de ditas agências, padrões reveladores de perspectivas político-criminais específicas?;

Esta *mídia de massa* colabora para o reforço de uma “cultura do medo” e para o estabelecimento de estereótipos sobre determinados grupos da população?;

E, finalmente, de que modo estas agências contribuem para a o movimento de (re)criação simbólica, imagética, de um inimigo abstrato, consubstanciado na figura (quase mitológica) do traficante de drogas?

## 2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O SISTEMA PENAL

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E METODOLÓGICAS

O processo de criminalização não ocorre ao acaso; é a síntese complexa dos esforços de diversas agências, quer seus operadores interfiram direta ou indiretamente no processo judicial.

O conjunto das agências que operam a criminalização (ou convergem para a sua produção) é denominado *sistema penal*; em síntese, sistema penal seria “o conjunto das agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção”<sup>4</sup>.

A atuação encadeada de ditas agências tem por produto, em regra, a criminalização, nada obstante existirem ruídos operacionais com origens diversas – dentre eles, as distintas racionalidades, poderes, interesses e conjunturas políticas inerentes a cada agência -:

Dentro deste entendimento, referimo-nos a *sistema* no sentido elementar de conjunto de entes, de suas relações recíprocas e de suas relações com o exterior (o ambiente) e nunca no símil biológico de órgãos do mesmo tecido que realizam uma função, de vez que estas agências não operam coordenadamente, mas sim por compartimentos estanques, ou seja, cada uma de acordo com seu próprio poder, com seus próprios interesses setoriais e respectivos controles de qualidade.<sup>5</sup>

Integrariam o sistema penal, de acordo com a definição apresentada acima, as *agências políticas* (parlamentos, executivos), as *agências de criminalização secundária* (policiais, promotores, advogados, juízes, agentes penitenciários) e as *agências de comunicação social* (jornais impressos, telejornais, radiofonia, mídia eletrônica, etc)<sup>6</sup>.

Eventualmente podem ser consideradas outras agências, sendo as referidas acima aquelas de maior centralidade e relevância para o processo de criminalização produzido pelo sistema penal cotidianamente.

---

<sup>4</sup> ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume**, 4ª ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 60.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem, p.43.

Além das idiossincrasias de cada agência e a sua atuação mais ou menos condizente ao discurso oficial e suas funções manifestas, há um complexo de interesses, práticas e discursos que configura um poder subterrâneo determinante para o concreto processo de criminalização.

É dito subterrâneo porquanto *paralelo ao sistema penal oficial*, mas não menos eficaz e concreto:

Não é possível, porém, omitir que todas as agências executivas exercem um poder punitivo paralelo, independentemente das linhas institucionais programadas e que, conforme o próprio discurso do programa de criminalização primária, seria definido como ilegal ou delituoso. *Este conjunto de delitos cometidos por operadores das próprias agências do sistema penal é mais ou menos amplo na razão direta da violência das agências executivas e na razão inversa do controle que sofrem da parte de outras agências. Ele é conhecido pelo nome genérico de sistema penal subterrâneo*<sup>7</sup>.

A face subterrânea do sistema penal, portanto, deve ser ao menos reconhecida para que se viabilize uma análise com pretensão crítica e materialista do fenômeno da criminalização.

Somente assim é possível contextualizar e tornar minimamente inteligível a política criminal posta em prática em determinado local e momento histórico para além dos discursos oficial-institucional e técnico-jurídico, ambos reducionistas – quando não dissimuladores – da realidade concreta do sistema penal.

Ocorre que o sistema penal subterrâneo, por definição, não se permite conhecer de pronto, precisamente porquanto configura um poder punitivo paralelo. Entretanto, o exercício deste poder punitivo extralegal evidentemente repercute na materialidade, produzindo efeitos concretos através dos quais se permite realizar uma apreensão mais ou menos indiciária do referido sistema penal subterrâneo:

**Quanto maior é seu volume, menos desconhecido ele é para os operadores das outras agências e, por conseguinte, o sistema penal subterrâneo, posto em movimento por alguns funcionários das agências executivas, conta com a participação ativa ou omissiva dos operadores das demais agências;** isto significa que, em termos jurídico-penais, *ante um sistema penal subterrâneo de considerável extensão, todos os operadores de agências do sistema penal incorrem, de algum modo, em definições abarcadas formalmente na criminalização primária, inclusive os próprios autores das definições, conforme o critério de atribuição que se adote*.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ibidem, ps.53-54.

<sup>8</sup> Idem.



Pode-se dizer, ainda, que o sistema penal seria “o controle social punitivo institucionalizado” – resgatando definição de Zaffaroni que Nilo Batista incorpora em sua “Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro”<sup>9</sup>. Esta definição é bastante instigante, pois admite que integram o sistema penal quaisquer procedimentos que nele estejam estabelecidos (i.e., institucionalizados), *ainda que não legais*.

É uma concepção material do sistema penal, portanto, e “permite incluir no conceito de sistema penal práticas rotineiras, mais ou menos conhecidas ou toleradas”, como a atuação de esquadrões da morte (“ejecuciones sin proceso”), autos de resistência seguida de morte, tortura, espancamentos e outras práticas cotidianas ilegais praticadas por agentes do Estado<sup>10</sup>.

Essa perspectiva, associada às definições previamente ofertadas sobre o sistema penal oficial e suas agências - bem como sobre o sistema penal subterrâneo -, parte da materialidade, assumindo que “o sistema penal a ser conhecido e estudado é uma realidade, e não aquela abstração dedutível das normas jurídicas que o delineiam”<sup>11</sup>.

Reconhecida a complexidade do sistema penal e seu intricado feixe de agências, operadores, discursos e interesses, deve-se proceder com cautela ao se empreender qualquer estudo a seu respeito. Do contrário, corre-se o risco de reproduzir reducionismos acríticos ou “versões conspiratórias” acerca do fenômeno da criminalização<sup>12</sup>.

Se, por um lado, não parece sensato postular que o processo de criminalização seja orquestrado de maneira centralizada por determinado grupo ou classe, é inegável que o sistema penal é o eixo principal de repressão, controle e vigilância de classes/grupos dominados ou insurgentes<sup>13</sup>.

Representa, ainda que caótica e tortuosamente, um eficaz meio de manutenção da ordem política, econômica e social – o que interessa, direta ou indiretamente, a determinados estratos sociais. Neste sentido:

O Direito Penal e o Sistema de Justiça Criminal constituem, no contexto dessa formação econômico-social, o centro gravitacional do controle social: a pena criminal é o mais rigoroso instrumento de reação oficial contra as

<sup>9</sup> BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.25.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro, op. cit., p.43.

<sup>13</sup> Idem.

violações da ordem social, econômica e política institucionalizada, garantindo todos os sistemas e instituições particulares, bem como a existência e continuidade do próprio sistema social, como um todo.<sup>14</sup>

Conforme mencionado, a pena criminal é o mais rigoroso instrumento de reação oficial (a princípio lícita, portanto) posto em funcionamento frente a condutas ditas criminosas.

Por mera subsunção lógica a partir desta premissa, poderíamos crer que, para compreender a materialidade e a efetividade do sistema penal oficial, bastaria apurar dados oficiais referentes à aplicação de penas criminais – ou seja, referentes ao resultado da atuação do poder judiciário e síntese do processo criminal.

Ocorre que análises exclusivamente focadas em estatísticas e dados sobre processamento e condenações criminais – em especial, sobre o *encarceramento* – não revelam muito sobre a dinâmica e mecanismos do sistema penal em sua totalidade.

Primeiramente, e conforme anteriormente discutido, tal perspectiva meramente objetiva/estatística desconsidera a realidade subterrânea do sistema penal, acerca da qual não há possibilidade alguma de se aferir conclusões puramente objetivas face ao seu caráter obscuro e avesso aos registros oficiais.

Há uma enorme cifra oculta, impossível de ser desvelada, referente à atuação ilegal de agentes do sistema penal. Resta somente, no que concerne à elaboração de modelos explicativos e projeções sobre o sistema penal subterrâneo, realizar reflexões e conjecturas a partir de discursos, práticas e indícios da atuação mais violenta e atentatória ao ordenamento jurídico praticada por seus agentes.

Ademais, a realidade dos fenômenos criminais é muito mais dinâmica do que a capacidade de percepção, persecução e registro das agências do sistema penal. Nilo Batista, invocado por Vera Malaguti, pondera que:

De fato, se considerarmos a seletividade operativa dos sistemas penais e seu reflexo na chamada cifra oculta, a **“criminalidade” – entendida como o somatório das condutas infracionais que se manifestam na realidade social – é sempre um incognoscível, do qual não temos como nos aproximar segundo critérios metodologicamente confiáveis.** (...) Se alguém, desprezando os arquivamentos e as absolvições que tornam a incorporação dos dados dos inquéritos um contrassenso em colisão direta com a presunção de inocência, argumentasse que poderíamos nos satisfazer com os indicadores das estatísticas policiais, eu lhe responderia

<sup>14</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal – Parte Geral**, 4ª ed.. rev. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.09.

desde logo que então já estaríamos tratando da “criminalidade registrada”, e não da “criminalidade” simplesmente, esse conceito sugestivo de uma falsa totalidade que, não obstante, cumpre no discurso político-criminal tarefas ideologicamente importantes<sup>15</sup>.

A síntese de Nilo Batista sobre a relação existente entre o fenômeno criminal em sua totalidade, incognoscível, e sua parcela que de fato é tangenciada pelo sistema penal, e é extremamente didática e facilita a compreensão do que seria, de fato, o processo de *criminalização*:

(...) Sobretudo, eu tentaria convencê-lo de que é muito mais verdadeiro chamarmos a “criminalidade registrada” de *criminalização*, porque a seletividade operativa do sistema penal, modelando qualitativa e quantitativamente o resultado final da criminalização secundária – isto é, quem e quantos ingressarão nos registros -, faz dele um procedimento configurador da realidade social.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, mesmo quanto ao sistema penal *oficial* existem limitações analíticas concretas, especificamente quanto ao *sistema penitenciário* – foz onde desemboca, no mais das vezes, o indivíduo imerso no turbulento rio do processo criminal.

Giamberardino e Pavarini alertam para os vários déficits teóricos que demarcam as diversas perspectivas criminológicas sobre os processos de encarceramento mundo afora; mesmo grandes penalistas e criminólogos(as) eventualmente partem de pressupostos monocausais, reducionistas, míopes ou, até mesmo, quase puramente retóricos ao empreender análises e modelos explicativos acerca do sistema penal e penitenciário, assim como acerca do processo de criminalização e encarceramento em determinado contexto social, político, histórico e geográfico<sup>17</sup>.

Explicam os autores que:

As diferenças marcantes dentre as taxas de encarceramento no mundo induzem à suspeita de que a prática da prisão como resposta à questão criminal resulta de uma pluralidade muito ampla de fatores (ampla demais para poder ser exaurida pela pesquisa comparada de tipo quantitativo), cuja combinação acaba por se subordinar às especificidades de cada realidade. Uma especificidade tão radical a ponto de induzir a supor que cada

<sup>15</sup> MALAGUTI, Vera. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, ps.21-22. Grifos acrescentados.

<sup>16</sup> Idem. Grifos acrescentados.

realidade nacional determina e assim necessita apenas da própria população carcerária.<sup>18</sup>

Infelizmente, mesmo na criminologia brasileira que se pretende crítica, é comum observar a reprodução a esmo de análises acerca do sistema penal focadas em realidades sociais, políticas, geográficas, econômicas e, sobretudo, históricas, completamente destoantes daquelas em que nos situamos atualmente. Por isso, a ressalva de Giamberardino e Pavarini se mostra valorosa:

Trata-se de uma posição interpretativa menos simplista do quanto possa parecer, e que reconhece a possibilidade de se tomar quantitativamente a prisão no mundo em termos muito diversos. Uma diversidade que remete à história (cultural, política, econômica, social, etc) de cada país é uma diversidade que não pode ser explicada apenas se comparando duas ou três variáveis, mesmo se existem aquelas que podem ser de alguma forma graduadas.<sup>19</sup>

Nada obstante, ressaltam os autores, a análise estritamente *local* da questão criminal e carcerária demonstra-se combatida face ao processo global de escalada da população carcerária, que aumentou em toda parte (mesmo que em intensidades distintas) a partir da década de 1990.

Logo, os modelos explicativos que se restringem ao nível local careceriam de uma revisão que reconhecesse as causas exógenas a cada contexto nacional – ainda que conservem inegável (e variada) plausibilidade científica<sup>20</sup>.

Ressalta-se, deste modo, a necessidade de se adotar uma metodologia (ou pretensão, ao menos) dialética/crítica, que reconheça o tensionamento constante entre inúmeras variáveis – no limite, entre *parte* e *todo* -, algo difícil de se empreender face a objetos complexos como a questão criminal e o sistema penal/penitenciário.

No que concerne à criminalidade *aparente* e sua efetiva taxa de criminalização – sabendo, entretanto, que esta não representa a totalidade do fenômeno criminal decorrido em determinado período e contexto -, é possível perceber indícios não somente a partir de discursos de agentes do sistema penal e estatísticas penitenciárias ou policiais, mas também do próprio texto legal.

---

<sup>18</sup> GIAMBERARDINO, André e PAVARINI, Massimo. **Teoria da Pena e Execução Penal**: uma introdução crítica, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p.08.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ibidem, p.09.

A comparação histórica de dispositivos legais cronologicamente próximos e em distintos contextos, por exemplo, permite perceber que a criminalização de certas condutas e indivíduos foi um fenômeno relativamente generalizado.

Sobre este assunto especificamente trataremos adiante ao enfocar o processo de *criminalização primária*, mas ressaltamos a reflexão de Nilo Batista acerca do processo de criminalização em sua totalidade e complexidade:

Em primeiro lugar, portanto, cabe partir do processo histórico que determina os alvos sociais do sistema penal. Ainda que seja inegável, na apreensão desse processo histórico, o protagonismo das variáveis econômicas – modo de produção e relações sociais de produção – a investigação da cultura e das mentalidades punitivas expande o horizonte de seu conhecimento. Cabe substituir a perfunctória história oficial da política criminal – aquela história de legisladores, juízes e verdugos – por uma nova história, que não apenas ouça a voz das vítimas do sistema penal, mas também surpreenda o cotidiano de seus operadores, seus compromissos e preconceitos, o cerimonial da criminalização formalizada (que de algum modo exprimirá hierarquias e subordinações sociais), os ritos e mitos que milenarmente cercam a imposição do sofrimento punitivo.<sup>21</sup>

Conforme ensina Batista, o sistema penal é apresentado como igualitário mas funciona seletivamente, “atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas”<sup>22</sup>.

As exceções apenas confirmariam a regra, sendo utilizadas cinicamente pelos operadores do sistema penal para reafirmar o seu suposto caráter igualitário e o da criminalização nele produzido<sup>23</sup>.

## 2.2 O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO SISTEMA PENAL

Uma vez trazidos estes breves aportes acerca do sistema penal em sua complexidade estrutural e funcional, bem como as lacunas e limitações teóricas que impregnam as diversas explicações sobre sua constituição e operacionalidade, interessa aprofundar sua análise a partir de suas agências e operadores, bem como

---

<sup>21</sup> BATISTA, Nilo. **Sobre el filo de la navaja**. In: Revista Epos, vol.02, n.01, 2011. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=338>>.

<sup>22</sup> BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.26.

<sup>23</sup> Idem.

os conceitos de criminalização primária e secundária, seleção criminalizante e política criminal.

Embora em tese o processo de criminalização não resulte *diretamente* de determinações verticais e centralizadas, ordenadas por certas classes e grupos, sua concretização parece cumprir uma função essencial para a manutenção do atual modo de produção de vida social, atuando no controle das classes sociais subalternas e grupos insurgentes ou contestatórios da ordem vigente.

Parece plausível, com base em tais premissas, afirmar que as classes dominantes possuem interesse direto no estabelecimento de um sistema penal forte e estruturado a partir de tais termos porquanto configura um meio eficaz de assegurar a manutenção de seus privilégios e posição dominante.

Tal interesse se manifesta na permanente influência econômica, política e ideológica desses setores nas agências do sistema penal, visualizável na incessante mobilização dos mais diversos aparatos imagináveis.

Não soa absurda a afirmação de que referidos grupos e classes interferem diretamente na dinâmica da *política criminal* em curso, conforme externa a seguinte (e breve) definição:

[Nilo Batista trabalha a] **política criminal como o conjunto de princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação.** O conceito de política criminal abrangeria a política de segurança pública, a política judiciária e a política penitenciária, mas estaria intrinsecamente conectado à ciência política.<sup>24</sup>

Notadamente, os representantes das classes dominantes são os mais articulados e incisivos incentivadores de discursos punitivistas e conservadores, e exercem considerável influência porquanto fortemente representados (quando não participam diretamente) nas funções institucionais (executiva, legislativa e judiciária), além de deterem a maior parcela dos meios de (re)produção ideológica da realidade e da dita “opinião pública” – vez que proprietários ou financiadores dos grandes veículos de informação e comunicação social.

Ainda que as referidas “versões conspiratórias” sobre o sistema penal conservem exageros e fantasias, é inegável que setores específicos da sociedade – destacadamente as elites político-econômicas – possuem considerável influência

<sup>24</sup> MALAGUTI, Vera, op. cit., p.23

sobre a conformação da política criminal, e, como se pretende demonstrar adiante, sobre o processo de criminalização levado a cabo pelo sistema penal.

Equívoco grosseiro, entretanto, é crer que o discurso punitivista encontra guarida e reverberação exclusivamente em/a partir de setores privilegiados da sociedade brasileira.

Paradoxalmente, o discurso hegemônico da mídia jornalística, que retrata o pobre como potencial inimigo e as áreas por eles habitadas em territórios do medo e da violência, é bastante difundido, pasmem, pela mesma parcela da população que potencialmente será enquadrada sob tais rótulos. Esta relação aparentemente esquizofrênica dá mostras do quão sedutor é o discurso veiculado pela mídia jornalística hegemônica.

Parece razoável acreditar que a aceitação e a difusão do discurso midiático sobre a violência e a criminalidade se devam, em grande medida, à aparência de *externalidade* que tais órgãos possuem em relação ao sistema penal, atuando como supostos fiscais da segurança pública, quando, em verdade, integram o processo de criminalização mais amplo enquanto agências:

Os personagens postos sob o foco são apresentados como uma tríade: o bandido, a vítima e a polícia. Pode-se pluralizar a tríade ou substituí-la por outras equivalentes: o réu, a acusação e o juiz. **O interessante é que raramente se percebe que o principal veículo do foco também é um personagem do drama e não seu coro grego ou seu apresentador de auditório: a mídia.**<sup>25</sup>

Programas televisivos sobre segurança pública tendem a reproduzir padrões que tem se mostrado bem sucedidos em termos de audiência e repercussão: centralizam-se em apresentadores dotados de oratória inflamada que se posicionam como porta-vozes do espectador (presumidamente o “cidadão de bem”, “trabalhador”, vítima dos “bandidos” e dos “vagabundos”).

Ao mesmo tempo em que geram medo e alarmismo, explicitando a violência urbana e expondo à população seus supostos responsáveis – abusando muito de recursos audiovisuais e de chavões sobre o fenômeno criminal -, reconfortam a audiência ao ofertar “soluções” supostamente óbvias, não raro recheadas de

---

<sup>25</sup> MISSE, Michel. Prefácio. In: JUNIOR, Edísio Ferreira, MARTINS, Iara, MEDEIROS, Katia (Orgs.). **Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005, ps.10-11.

moralismo e conservadorismo, e empenham-se em cobrá-las publicamente das autoridades.

A mídia jornalística hegemônica, que encontra nas classes média e alta seus principais (mas *não únicos*) financiadores e apoiadores (embora sejam as classes baixas seu público majoritário), explora, trabalha e reforça fábulas e estigmas, ainda que preexistentes, acerca destes mesmos indivíduos. Usa-os como subterfúgio para potencializar medos e fomentar o alarmismo que depois subsidiará discursos inflamados e ações repressivas espetaculares.

Mais que isso, reforça padrões que complementam o discurso criador dos tipos ideais de *delinquentes*, situando o seu consumidor como potencial vítima e assim reforçando o maniqueísmo que antagoniza “bandidos” e população:

O outro e grandioso personagem da tragédia – porque agora já não é mais apenas drama – é apresentado pela mídia como o seu público, o comprador de jornais, o cliente da mercadoria simbólica “horror”, a população, representada como vítima passiva da violência ou sua expectadora aflita e interessada.<sup>26</sup>

A mídia jornalística, portanto, se mostra um dos principais eixos de consolidação destas representações imagéticas do *mal* que vitimiza o *bem*. Manchetes, fotografias, reportagens, programas e documentários televisivos são o veículo de reafirmação e espraio de medo e de estigmas.

O sucesso deste formato de jornalismo, em especial o televisivo, se deve em grande medida, portanto, ao fato de seus apresentadores assumirem a postura de defensores morais e arautos da população.

Se, de um lado, evidenciam a suposta negligência e inércia do Estado perante a questão criminal, salientando uma alegada falência de diversas instituições tradicionais como a pretensa causa do fenômeno criminal, de outro fazem questão de mostrar que se importam com o drama das vítimas (concretas ou em potencial), o que, em tese, os agentes do Estado não fazem.

Esta mistura de espetáculo e denúncia, marcadas pelo apelo popular – desde a estética, linguagem e objeto até a divulgação da opinião dos espectadores – , com uma pretensão de agir como uma ouvidoria e santuário de resistência moral, certamente influenciam no sucesso de tais programas sobre segurança pública e

---

<sup>26</sup> Ibidem, p.12.



violência urbana mesmo entre a população pobre, que pode, tranquilamente, se tornar objeto de reportagem e integrar a pauta do dia.

Ademais, “*sabemos que en todos los países industrializados las minorías se encuentran sobre-representadas en la población carcelaria*”<sup>27</sup>, ao passo que, simultaneamente, há enorme sub-representação destes mesmos grupos sociais em espaços que permitam uma constituição positiva de sua identidade enquanto coletividade.

Se, de um lado, populações pobres e marginalizadas não encontram seus pares em anúncios, propagandas e comerciais, ou tampouco em cargos de poder, universidades ou grandes empresas, de outro há gritante correspondência em presídios e na mídia especializada em explorar a violência urbana:

A mídia participa da construção social da violência brasileira como um de seus personagens e não apenas como seu relator público. Quando se apresenta a imagem de um suspeito na tela vista por milhões de pessoas e ele cobre o rosto, é preciso distinguir entre um rosto coberto de vergonha e um rosto que se cobre para não ser julgado antes da hora. Geralmente esse rosto é jovem e nem sempre é um rosto num corpo vivo. Na imprensa, principalmente, não são poucas as imagens de horror que transformam um jovem morto num “presunto”, para usar a gíria que diz tudo.<sup>28</sup>

Mais que um rosto jovem, em regra é um rosto negro e masculino. Não à toa, vez que é essa a dimensão *recalcada* da atuação policial padrão: selecionar o suspeito a partir do preconceito contra o jovem do gênero masculino, do estigma contra os pobres e do racismo contra os negros<sup>29</sup>.

Sobre a correlação entre mídia jornalística e criminalização, bem como a exploração de estigmas e preconceitos no momento da criminalização secundária, se tratará mais detalhadamente adiante.

A dinâmica e a configuração do poder punitivo no sistema penal, portanto, demonstram-se complexas; afetam-se por variáveis diversas que evidenciam a constante tensão dialética entre o que se costuma chamar Estado de Polícia e Estado de Direito. O poder punitivo seria, por sua vez, o vetor resultante desse tensionamento:

<sup>27</sup> CHRISTIE, Nils. **El control de las drogas como un avance hacia condiciones totalitárias**. In: **Criminología Crítica y Control Social: El Poder Punitivo del Estado**, vol.01. Argentina: Editorial Juris, 1993, p.154.

<sup>28</sup> MISSE, Michel, op. cit., ps.10-11.

<sup>29</sup> SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Sílvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.11.

O princípio do Estado de Direito é atacado, por um lado, como ideologia que mascara a realidade de um aparato de poder a serviço da classe hegemônica e defendido, por outro, como uma realidade bucólica com alguns defeitos conjunturais. Considerando a dinâmica da passagem do Estado de Polícia ao Estado de Direito, é possível sustentar uma posição dialética: não há Estados de Direitos reais (históricos) perfeitos, mas apenas Estados de Direito que contêm (mais ou menos eficientemente) os Estados de Polícia neles enclausurados.<sup>30</sup>

Fato é que, no mais das vezes, o sistema penal sucumbe às perspectivas repressivas mantenedoras da ordem política, econômica e social vigentes, consoante aos interesses de setores conservadores influentes, muito mais do que para a garantia de direitos dos cidadãos e a “proteção” de bens jurídicos diversos:

Embora tenha a União Europeia proscrito o conceito de luta de classes, a verdade é que nunca ela foi tão visível e palpável como na dura conflitividade social do dia a dia do capitalismo de barbárie: garotos morrendo ou matando por um boné de marca. A criminologia como racionalidade positiva é uma resposta política às necessidades de ordem que vão mudando no processo de acumulação de capital. Para compreender o seu léxico, seu vocabulário, sua linguagem, temos de ter a compreensão da demanda por ordem.<sup>31</sup>

A razão de se estudar o funcionamento do sistema penal, oficial e subterrâneo, é buscar compreender as razões que motivam o exercício do poder punitivo em determinado contexto e em que medida.

Correndo o risco de ser repetitivo, é perceptível que setores da sociedade demandam maior exercício do poder punitivo e em maior intensidade, ao menos contra determinados sujeitos e com sanha de coibir determinadas condutas e práticas.

Pode-se deduzir, pois, que ao menos em alguma medida “*a questão criminal se relaciona então com a posição de poder e as necessidades de ordem de uma determinada classe social*”<sup>32</sup>.

Compreendendo-se que o Código Penal, estatuto legal que define crimes e prevê penas e medidas de segurança, possui centralidade no programa de *política penal* do Estado para (supostamente) controlar a criminalidade<sup>33</sup>, torna-se ainda mais nítida a hegemonia dos aspectos policialescos, belicistas e punitivistas no

<sup>30</sup> ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro, op. cit., p.41.

<sup>31</sup> MALAGUTI, Vera, op. cit., ps. 22-23.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos, op. cit., p.05.

sistema penal *oficial*, escancarada pela natureza e análise do discurso das suas diversas agências.

## 2.3 CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA

A compreensão do funcionamento do sistema penal e da concretização do processo de criminalização perpassa as noções de criminalização primária e secundária, etapas da seleção criminalizante que, por sua vez, é influenciada pela política criminal vigente em tal contexto espaço-temporal.

O crime há muito deixou de ser compreendido como um ente, uma realidade ontológica transcendental e a-histórica. A rigor, a partir da modernidade, o crime passou a ser entendido como uma conduta típica, antijurídica e culpável, configurado em ação comissiva ou omissiva, à qual se aplica determinada pena.

Isto é, a noção de crime – fenômeno complexo - passou a ser reduzida e igualada à de proposição legal. Ao Estado foi atribuído não somente o poder exclusivo de punir, mas também a tarefa, antecedente à aplicação de pena, de definir quais condutas passariam a ser consideradas delituosas, bem como as respectivas reprimendas atribuíveis a elas.

Tal perspectiva acerca do crime, essencialmente legalista, ganhou força porquanto revestida de aparente aspecto democrático nos contextos liberais: seriam os representantes do povo, eleitos democraticamente, os responsáveis por elaborar as leis penais e definir as condutas típicas passíveis de reprimenda penal.

Entretanto, subjacente ao discurso aparentemente democrático e da ilusória aura de legitimidade da produção legislativa no tocante à matéria penal, novamente mostra-se determinante a influência de certos grupos organizados em torno dos interesses da elite político-econômica, sempre fortemente representada institucionalmente, o que culmina na edição de leis penais ao sabor dos interesses e do *lobby* das bancadas mais fortes.

De outra seara, é precisamente por esse condicionamento da edição de leis penais à configuração político-representativa que não se pode acreditar que apenas os grupos e classes dominantes poderão editar leis ao seu bel prazer, sem resistência ou enfrentamento.

Por vezes, setores progressistas, movimentos sociais e grupos sociais organizados conseguem inserir e fazer valer suas demandas próprias, que também conservam, não raro, resquícios punitivistas<sup>34</sup>, mas tal conformação é muito menos usual.

É frequente que parlamentares, preocupados e (auto)interessados em atender a determinados interesses e demandas (sejam de seu partido, sua base aliada, seus financiadores, potenciais eleitores ou mesmo de si próprios), terminem por encampar e defender propostas de tipificação penal de determinadas condutas ou a alteração da legislação vigente buscando influenciar positivamente seu *status* enquanto agente político<sup>35</sup>.

E é justamente no momento da produção legislativa que as agências de comunicação social (integrantes da dita *mídia de massa*) exercem boa parte de sua influência ao representar, não raro exagerada/tendenciosa/falsamente, demandas “populares” por maior repressão.

A depender da conjuntura e dos esforços midiáticos, tais demandas são acolhidas satisfatoriamente por deputados e senadores interessados em promover seus mandatos.

Os diversos fenômenos circundantes à produção legislativa são analisados há tempos pela literatura crítica, e são merecedoras de grande atenção. Aqui importa trazer a definição de *criminalização primária*:

*Criminalização primária é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas. Trata-se de um ato formal fundamentalmente programático: o deve ser apenado é um programa que deve ser cumprido por agências diferentes daquelas que o formulam. Em geral, são as agências políticas (parlamentos, executivos) que exercem a criminalização primária, ao passo que o programa por elas estabelecido deve ser realizado pelas agências de criminalização secundária (policiais, promotores, advogados, juízes, agentes penitenciários).*<sup>36</sup>

Não raro a doutrina se refere ao procedimento legislativo como *abstrato, imparcial, genérico*, sem pretensão de criminalizar especificamente condutas

<sup>34</sup> “Para conter as massas empobrecidas, sem trabalho e jogadas à própria sorte, o neoliberalismo precisa de estratégias globais de criminalização e de políticas cada vez mais duras de controle social: mais tortura, menos garantias, penas mais longas, emparedamento em vida... (...) A pena torna-se eixo discursivo da direita e de grande parte da esquerda, para dar conta da conflitividade social que o modelo gera”. (MALAGUTI, Vera. op. cit., p. 28)

<sup>35</sup> Recomenda-se a leitura de obras sobre *populismo penal* e suas formas no modelo de democracia representativa liberal.

<sup>36</sup> ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro, op.cit., p.43.

atribuídas a certos estratos da população; entretanto, a edição de leis penais em momentos específicos de clamor popular ou forte *lobby* midiático demonstra que o processo legislativo está longe de ser isonômico e abstrato, como postulam certos autores.

Baratta questiona esta modalidade de discurso afirmando que:

No que se refere ao direito penal *abstrato* (isto é, a criminalização primária), isto tem a ver com os conteúdos, mas também com os “não conteúdos” da lei penal. **O sistema de valores que neles se exprime reflete, predominantemente, o universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, dando a máxima ênfase à proteção do patrimônio privado e orientando-se, predominantemente, para atingir as formas de desvio típicas dos grupos socialmente mais débeis e marginalizados.**<sup>37</sup>

Reforçamos, aqui, o entendimento já esposado por Vera Malaguti anteriormente: a questão criminal e o exercício do poder punitivo, isto é, a atividade do sistema penal em geral, tende de maneira majoritária a refletir as demandas de certas classes por ordem e preservação de seus interesses. Baratta exemplifica esta posição de maneira bastante satisfatória:

Basta pensar na enorme incidência de delitos contra o patrimônio na massa da criminalidade, tal como resulta da estatística judiciária, especialmente se prescinde dos delitos de trânsito. Mas a seleção criminalizadora ocorre já mediante a diversa formulação técnica dos tipos penais e a espécie de conexão que eles determinam com o mecanismo das agravantes e das atenuantes (é difícil, como se sabe, que se realize um furto não “agravado”). **As malhas dos tipos são, em geral, mais sutis nos casos dos delitos próprios das classes sociais mais baixas do que no caso dos delitos de “colarinho branco”. Esses delitos, também do ponto de vista da previsão abstrata, tem uma maior possibilidade de permanecerem imunes.**<sup>38</sup>

A análise histórica da criminalização primária oferta diversos exemplos acerca da instrumentalidade do direito penal para atender aos interesses de determinada classe ou grupo – neste caso, aqueles com poder econômico e político suficiente para fazer valer suas demandas institucionalmente.

Se, de um lado, parece exagerado reconhecer teorias conspiratórias acerca da produção legislativa e funcionamento do sistema penal, a discussão acerca das

<sup>37</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**, 6.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p.176. Grifos acrescentados.

<sup>38</sup> Idem. Grifos acrescentados.

experiências europeias e brasileira recentes fragiliza, de outro, quaisquer ilusões acerca das pretensas generalidade e abstração da lei penal.

Em uma síntese esclarecedora, Nilo Batista aponta que, em dado momento e contexto histórico, o capitalismo (no caso, os representantes dos interesses de classes e grupos hegemônicos nesta forma de organização econômica, política e social) recorreu ao sistema penal para duas finalidades: assegurar a disponibilidade e a aptidão da mão-de-obra e impedir também a sua interrupção<sup>39</sup>.

Para tanto, criminalizava-se o pobre que não se convertesse em trabalhador, bem como o trabalhador que se insurgisse contra o trabalho em sua forma vigente. Exemplos bastante emblemáticos, foram editadas para atender tais finalidades a *Poor Law* de 1834 e o *Vagrancy Act* de 1824 na Inglaterra, assim como o art. 415 do Código Penal francês de 1810 (que proibia expressamente práticas grevistas)<sup>40</sup>.

No Brasil republicano, cuja burguesia local ansiava desenvolver industrial e comercialmente, fora seguido o exemplo europeu com o Código Penal de 1890 ao se estabelecer os crimes de *vadiagem* (art. 399) e *greve* (art. 206)<sup>41</sup>.

Entretanto, mais do que punir condutas prejudiciais à manutenção do modelo econômico vigente (e aos lucros de determinada classe), criminalizou-se condutas identificadas com os ditos *grupos/classes perigosas*. Assim, explica Vera Malaguti que:

Na verdade, o conceito de classe perigosa dava o fundamento teórico para o grande debate pós-abolição. **A relação trabalho/ociosidade/criminalidade enriquecia o debate parlamentar por uma lei de repressão à ociosidade.** Estavam presentes nesse debate os mesmos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia para as primeiras décadas do século XX. A preocupação principal de garantir que, com a abolição da escravidão, os negros continuassem sujeitos ao trabalho, criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como os suspeitos preferenciais.<sup>42</sup>

Não nos parece absurdo afirmar, de modo algum, que o controle social de determinados grupos da sociedade permanece sendo a missão última do sistema penal, sempre com vistas à sua docilização e adestramento para o mercado.

<sup>39</sup> BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos – violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p.35.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Ibidem, ps.37-36.

<sup>42</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.38. Grifos acrescentados.

Conforme se detalhará adiante, os “suspeitos preferenciais” ainda são, gritam as mais diversas vozes e estatísticas, os afro-brasileiros.

## 2.4 CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA E SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL

*Seria diferente se eu  
fosse “mauricinho”  
Criado a Sustagen e Leite  
Ninho  
Colégio particular, depois  
faculdade  
Não, não é essa minha  
realidade*

- MV Bill, “Soldado do Morro”.

Embora os exemplos anteriormente expostos de criminalização explícita de condutas associadas às “classes perigosas” (como o delito de vadiagem, greve e a proibição da capoeira e religiões de matrizes africanas), estejam historicamente superados (ao menos *formalmente*), o controle e a criminalização de determinados grupos sociais mediante a edição de normas penais perdura fortemente, ainda que de maneira mais sutil que outrora.

Entretanto, tal programa só se concretiza com a atuação de outros sujeitos que não aqueles que estabelecem a criminalização primária. Estes sujeitos, que cumprirão (em certa medida) o programa estabelecido pelas agências políticas, são as responsáveis pela etapa de *criminalização secundária*.

Cabe, portanto, a outros operadores do sistema penal – notadamente policiais militares, civis e federais – vigiar, perseguir e ofertar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário os (supostos) “delinquentes” para que testes se tornem, efetivamente, réus.

A maneira como as agências policiais levam esta etapa adiante é, indubitavelmente, influenciada por preconceitos, estigmas e estereótipos. Alguns desses são identificáveis com o ideário predominante em nossa sociedade – racista,

machista, elitista e excludente -, outros são reforçados e (re)produzidos estrategicamente no âmbito das próprias instituições policiais.

No limite, portanto, a criminalização secundária se consubstancia no ato de “pinçar” seletivamente aqueles que deverão ser levados ao jugo do sistema penal, uma seleção que possui, sim, critérios diversos – baseados, conforme já mencionado, em preconceitos e estereótipos vários.

Portanto, nem sempre os sujeitos visados pelos agentes responsáveis pela seleção criminalizante são, *objetivamente*, autores de condutas delitivas. A suspeita recai sobre determinados sujeitos dos quais é “esperado” o comportamento delinquente, o que se confirma não só pelo discurso midiático, mas também pela própria atuação policial. Em suma:

A sujeição criminal é exatamente esse processo através do qual um cidadão incriminado é transformado num não-homem, em que o criminoso é transformado em “bandido”, isto é, num tipo social cuja afinidade com outros tipos e camadas sociais está estabelecida no tempo de longa duração de nossa história. **Em nome de uma atitude racionalmente preventiva, construímos todas as condições através das quais iremos punir preferencialmente – de diversas maneiras – pessoas que, mesmo não estando a cometer nenhum crime, são suspeitas de serem potencialmente propensas a cometê-lo.** Bandidos metafóricos, bandidos metonímicos, bandidos que são os presos de sempre.<sup>43</sup>

Esta punição preferencial, seletiva, é refletida na anteriormente mencionada sobre-representação da clientela preferida do sistema penal em determinados espaços. Ainda, nos referimos à mídia jornalística especializada em reportar a (suposta) criminalidade e os “criminosos”, bem como ao sistema penitenciário, que *“retrata uma distribuição perversa de cor, idade, gênero e classe social”*<sup>44</sup>.

Importa realizar uma ressalva: parece imprudente realizar afirmações categóricas acerca da configuração prisional brasileira, e isso se dá por variados motivos. Um deles, já ressaltado, é o risco de se deixar ludibriar pela ilusão de que as estatísticas referentes ao contexto penitenciário nacional reproduzem a totalidade do fenômeno criminal.

Outro fator que dificulta qualquer pretensão de se realizar afirmações conclusivas sobre o sistema penal a partir de levantamentos referentes ao cárcere é material, e concerne à exatidão e fidelidade dos dados oficiais.

<sup>43</sup> MISSE, Michel, op. cit., p.12. Grifos acrescentados.

<sup>44</sup> SOARES, Luiz Eduardo, op. cit., p.11.



Conforme também já mencionado, as informações oficiais acerca do sistema penal são pouco confiáveis, precisamente pela natureza caótica e pela dinâmica complexa da criminalização que é produzida em seu seio.

Para que se tenha noção, os dados consolidados mais recentes ofertados na internet pelo Ministério da Justiça, ao qual o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) está vinculado, datam do período de 2008 a 2009. Ademais, essas informações, constantes do Sistema Nacional de Informação Penitenciária (InfoPen), estariam - além de defasadas – inconsistentes, conforme o próprio boletim ofertado pelo Depen alerta em várias passagens e gráficos<sup>45</sup>.

Outro exemplo do quão obscuro e por vezes desconhecido é o sistema penitenciário para os seus próprios administradores é transparecido pelos números alarmantes de pessoas presas e benefícios ou mesmo alvarás de soltura concedidos a cada mutirão carcerário.

A prática de mutirões carcerários tem se estabelecido nacionalmente desde 2008 a partir de diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e eis alguns dos dados que o CNJ disponibiliza sobre os referidos mutirões:

Em síntese, a linha de atuação nos Mutirões é baseada em dois eixos: a garantia do devido processo legal com a revisão das prisões de presos definitivos e provisórios; e a inspeção nos estabelecimentos prisionais do Estado. (...) Desde que o programa teve início, e após visitar todos os estados brasileiros, mais de **460 mil processos de presos** já foram analisados e mais de **78 mil benefícios concedidos**, como progressão de pena, liberdade provisória, direito a trabalho externo, entre outros. Pelo menos **41 mil presos foram libertados** como resultado do programa, pois já haviam cumprido a pena decretada pela Justiça.<sup>46</sup>

Tais dados, impressionantes, indicam que há, de fato, um desconhecimento generalizado dos gestores das unidades prisionais brasileiras – assim como dos

<sup>45</sup> O boletim do InfoPen pode ser acessado em: < <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&params=itemID=%7B2627128E-D69E-45C6-8198-CAE6815E88D0%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>.

Observam-se, em mais de uma passagem do referido estudo, alertas para inconsistências entre os dados nele entrecruzados ou apresentados, conforme demonstra a seguinte passagem: “O somatório dos indicadores constantes nos gráficos acima não coincidem com o total de presos custodiados no sistema penitenciário em 2008 e 2009. Essa divergência decorre de inconsistências no preenchimento dos dados pelas Unidades da Federação” (p.44). Há, igualmente, ressalvas quanto à confiabilidade dos dados apresentados pelos departamentos penitenciários das respectivas unidades da federação.

<sup>46</sup> Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-mutirao-carcerario>>. Acesso em 08.10.2014.

demais sujeitos envolvidos na execução penal, como o Ministério Público e o Juízo da execução penal - sobre a situação (jurídica e material) dos encarcerados.

Finalmente, deve se ter cautela ao realizar sínteses a partir de tais informações porquanto a realidade do sistema carcerário não se resume ao contexto penitenciário propriamente dito, em que há a sujeição de pessoas ao cumprimento de pena atribuída por uma sentença ou acórdão transitado em julgado.

Há uma multidão de sujeitos presos em delegacias – seja aguardando o trânsito em julgado de sentença, seja cumprindo indevidamente a pena que lhes foi atribuída – que escapa às estatísticas tanto do InfoPen quanto dos Departamentos Penitenciários estaduais.

Restam somente estimativas acerca desta parcela em específico da população carcerária. Consoante relatório produzido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), denominado “Relatório sobre o uso das prisões preventivas nas Américas”<sup>47</sup>, o Brasil, em 2013, possuía aproximadamente 40% de presos provisórios<sup>48</sup>.

O relatório “Novo Diagnóstico Sobre Pessoas Presas no Brasil”, elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, publicado em junho de 2014, traz dados relativamente semelhantes<sup>49</sup>. O total de presos no Brasil equivaleria a 563.526 pessoas, das quais 41% estariam presos preventivamente (ou seja, 231.045 indivíduos aproximadamente).

Considerados os presos em regime domiciliar, as cifras passam para inacreditáveis 711.463 pessoas, fazendo do Brasil a terceira maior população carcerária do mundo atualmente. Segundo o mesmo relatório, em derradeiro, se contabilizados os mandados de prisão em aberto junto às cifras sobre encarceramento, teríamos assombrosos 1.085.454 presos em nosso país.

Nada obstante – e a despeito do exposto logo acima não ser, centralmente, o objeto da presente monografia -, os dados apresentados pelo CNJ são alarmantes e, a despeito das ressalvas, *ilustrativos da seletividade do sistema penal*.

<sup>47</sup> O relatório pode ser acessado em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/ppl/pdfs/Relatorio-PP-2013-pt.pdf>>.

<sup>48</sup> **Quase metade dos presos no Brasil espera julgamento, releva relatório da OEA.** O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/quase-metade-dos-presos-no-brasil-espera-julgamento-revela-relatorio-da-oea-13840167>>.

<sup>49</sup> Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf)>. Acesso em 15.10.2014.

Sabendo que a representação penitenciária não é fiel à distribuição concreta, real, da prática de crimes, mas sim ao filtro que delimita a seletividade que conforma a composição do universo efetivamente criminalizado<sup>50</sup>, temos que 60% dos indivíduos encarcerados são do gênero masculino e negros (pretos ou pardos)<sup>51</sup>.

É, de fato, uma sobre-representação alarmante, considerando que a população negra masculina também representa as maiores taxas de vitimização por crimes violentos (muitos dos quais associados diretamente ao sistema penal, a exemplo dos autos de resistência seguidos de morte):

De acordo com o *Mapa da violência dos municípios brasileiros* (WASELFSZ, 2007), de 1994 a 2004 os homicídios juvenis saltaram de 11.330 para 18.599, com aumento decenal de 64,2%. O universo de jovens com idades de 15 a 24 anos concentra a maior parte de vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Com maior intensidade do que na população total, 96,7% das vítimas entre os jovens são homens. Além disso, da mesma forma que no total de homicídios, mas com maior intensidade ainda, existem entre os jovens 83,1% a mais de vítimas negras do que de vítimas brancas. De acordo com Luiz Eduardo Soares (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005), dados como esse indicam uma situação alarmante que vem marcando a própria estrutura demográfica do país: há um déficit de jovens na sociedade brasileira – fenômeno só verificado nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra.<sup>52</sup>

Sobejam certos sujeitos (i.e., jovens negros de baixa escolaridade e poder econômico) em substratos próprios ou comunicantes ao sistema penal: presídios, delegacias, manchetes de jornais sensacionalistas ou índices sobre violência.

Os contextos político, econômico e social conformam o substrato, uma espécie de *ethos*, a partir do qual as agências do sistema penal atuarão, sendo o momento da criminalização secundária aquele em que a seletividade se opera efetivamente e o discurso do inimigo produz seus efeitos mais nefastos. Eis o motivo pelo qual a atuação das agências policiais dificilmente permanece estritamente no âmbito do sistema penal oficial.

De todo modo, e para além da questão carcerária propriamente dita, é fundamental ter alguns conceitos claros quando se trata do fenômeno da

<sup>50</sup> SOARES, Luiz Eduardo, op. cit., p.11.

<sup>51</sup> **Pesquisa revela que população carcerária brasileira é equivalente a seis maracanãs lotados.** Jornal Brasil de Fato. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/11078>>.

<sup>52</sup> VIEIRA, Danielli. “**Vivendo no veneno**”: narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli [orgs.]. **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p.121.

criminalização, em especial da criminalização secundária e da seleção criminalizante.

A partir do momento em que reconhecemos que o sistema penal criminaliza de maneira seletiva, usar estatísticas oficiais para explicar a totalidade do fenômeno criminal passa a ser tarefa tortuosa.

Sendo o sistema penal tendencioso em sua pontiividade, os dados referentes à sua operacionalização também o serão, e passa a ser arriscado argumentar sobre política criminal e segurança pública com base somente em índices e estatísticas oficiais sem situá-los ou colocá-los criticamente sob perspectiva:

**Em se tratando de segurança pública, não são os índices que determinam a política, mas a política que determina os índices.** Assim, os registros estatísticos revelam com maior precisão a atividade da polícia judiciária do que a realidade criminal, conforme observação do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira ao destacar o comentário de Lola Anyiar de Castro de que a cifra oculta da criminalidade enfraqueceu o papel das estatísticas como fonte precisa de uma interpretação do fenômeno criminal: “uma multiplicação dos delitos nas estatísticas pode significar somente uma multiplicação de esforços por parte da polícia e maior eficiência dos tribunais e não que a delinquência tenha aumentado”.<sup>53</sup>

Orlando Zaccone disserta claramente sobre as cifras referentes à criminalidade que o sistema penal produz e divulga – e mediante os quais os formuladores de política criminal tentam, tortuosamente, racionalizar práticas e leis –, assim como aquelas que o sistema penal ignora ou desconhece:

Quem melhor explica a categoria “cifra oculta da criminalidade” é a criminóloga venezuelana Lola Anyiar de Castro, que em seu livro *Criminologia da reação social* distingue a criminalidade legal da aparente e da real. A criminalidade legal seria aquela que aparece registrada nas estatísticas oficiais, já a criminalidade aparente é toda aquela que é conhecida por órgãos de controle penal (polícia, Ministério Público, juízes, etc.), ainda que não apareçam nas estatísticas por diversos motivos, como, por exemplo, a falta de sentença, a desistência da ação, autoria não identificada, arquivamento, entre outros. Por fim, temos a criminalidade real, que é a quantidade de delitos verdadeiramente cometidos em um determinado momento.<sup>54</sup>

<sup>53</sup>D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone *Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas*. In: **Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade**. Ano 09, n.14. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.184. Grifos acrescentados.

<sup>54</sup>Ibidem, p.185.

Mais claros ainda ficam esses conceitos nas palavras da consagrada criminóloga, que resume:

Entre a criminalidade real e a criminalidade aparente, há uma enorme quantidade de casos que jamais serão conhecidos pela polícia. Esta diferença é o que se denomina cifra obscura, cifra negra ou delinquência oculta. A diferença entre a criminalidade real e a aparente seria, pois, dada pela cifra negra.<sup>55</sup>

É no âmbito da criminalização secundária, num Estado Penal fortemente marcado pelo medo e pela racionalidade do inimigo, que o *sistema penal subterrâneo* desponta mais crua e violentamente, e maior será sua medida quanto maior for o respaldo político e social para esta espécie de atuação (daí a referência ao contexto e ao *ethos* de determinada comunidade histórica).

Entendemos por criminalização secundária, portanto:

*A ação punitiva exercida sobre **pessoas concretas**, que acontece quando as agências policiais detectam uma **pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado primariamente, a investigam, em alguns casos privam-na de sua liberdade de ir e vir, submetem-na à agência judicial, que legitima tais iniciativas e admite um processo (ou seja, o avanço de uma série de atos em princípio públicos para assegurar se, na realidade, o acusado praticou aquela ação***<sup>56</sup>

O debate e a crítica quanto à suposta generalidade e abstração da lei penal, bem como o *modus operandi* dos agentes incumbidos por averiguar a violação concreta a tais normas e perseguir seus responsáveis, estão visceralmente ligados ao processo de seleção criminalizante.

O sistema penal é, porquanto impossível não sê-lo, *seletivo*. E esta seletividade definitivamente não é aleatória, conforme demonstram, com proeminência, as estatísticas do sistema penitenciário.

País algum do mundo logrou executar integralmente o programa definido pela criminalização primária, tarefa impossível face à proporção de tal empreitada:

*A criminalização primária é um programa tão imenso que nunca e em nenhum país se pretendeu leva-lo a cabo em toda a sua extensão e nem sequer em parcela considerável, porque é inimaginável. A disparidade entre a quantidade de conflitos criminalizados que realmente acontecem numa sociedade e aquela parcela que chega ao conhecimento das agências do*

<sup>55</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p.68.

<sup>56</sup> ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro, op. cit., p.43.

sistema é tão grande e inevitável que seu escândalo não logra ocultar-se na referencia tecnicista a uma *cifra oculta*.<sup>57</sup>

Aqui importa resgatar as noções anteriormente trabalhadas de criminalidade real e criminalidade aparente. A (suposta) criminalidade que desponta em estatísticas judiciais e policiais como efetivamente processada, no mais das vezes, é demarcada precisamente pela criminalização secundária – momento em que ocorre o processo de *seleção criminalizante*.

As agências responsáveis pela criminalização secundária possuem capacidade limitada, como lembra Zaffaroni, e não parece razoável pretender contornar tal limitação material com uma hipertrofia dos aparatos policiais e repressivos – porquanto isso aponta para a conformação de uma utopia negativa (distopia), totalitária, repressiva e panóptica.

Por esse motivo, principalmente, é que se considera “*natural* que o sistema penal leve a cabo a seleção de criminalização secundária apenas como realização de uma parte ínfima do programa primário”<sup>58</sup>.

Considerando que são incontáveis as condutas delitivas praticadas cotidianamente por indivíduos de todas as classes, raças e gêneros, as agências responsáveis pela criminalização secundária passam a *selecionar* quais delitos serão efetivamente apurados e quais (possíveis e supostos) autores serão preferencialmente perseguidos.

Tal escolha, portanto, se materializa no âmbito da *criminalização secundária*, etapa de concretização da seleção criminalizante. Como se poderia imaginar, a adoção deste ou daquele critério no processo de seleção criminalizante repercute e se consolida na atuação concreta dos operadores das agências policiais.

Tais critérios podem ser derivados de uma política criminal explicitamente posta em determinado contexto ou resultado de pressões populares, econômicas, políticas e midiáticas. Mostram-se, ainda, manifestações de crenças dos próprios agentes policiais, sejam estas religiosas, políticas e/ou morais.

É importante reconhecer a complexidade que reveste o processo de seleção criminalizante, o cerne da criminalização secundária. Ao passo que alguns dos critérios que determinam tal processo são explicitamente colocados de maneira verticalizada – ordens e planejamentos de superiores hierárquicos, por exemplo -,

---

<sup>57</sup> Ibidem, ps.43-44.

<sup>58</sup> Idem.

outros são resultantes do ideário e das motivações pessoais dos agentes (e que, sem dúvida alguma, remetem ao seu desenvolvimento subjetivo e formação política/ideológica/técnica/profissional, dentre outros fatores).

Crítérios objetivamente colocados, como os programas estatais de segurança pública e a definição de diretrizes de política criminal a serem executadas em determinado momento, convivem e conflitam com critérios obscuros, secundários ou ocultos, como as crenças e perspectivas subjetivas dos agentes policiais assim como os interesses de determinados grupos e demais elementos típicos de *sistemas penais subterrâneos*.

Portanto, não é simples apontar quais seriam, objetivamente, os percursos e critérios determinantes para o processo de seleção criminalizante, posto que a atuação dos agentes responsáveis pela criminalização secundária está atrelada não somente a aspectos estruturais – de inegável centralidade - mas também subjetivos, que se correlacionam dinamicamente.

Em suma, mesmo com a formação profissional característica das agências policiais (com ênfase na militar, por sua base principiológica uniformizadora, hierárquica e disciplinante) e as amarras que o dever funcional de pautar sua atuação sob o prisma da *legalidade* impõe, a atuação de agentes policiais ativos no mesmo contexto espaço-temporal pode, ainda assim, divergir em muitos e importantes aspectos.

Feitas essas considerações, não se pode acreditar, por outro viés, que o processo de criminalização secundária, invariavelmente seletivo, não atenda a determinadas diretrizes e interesses verticalmente postos, e que, mesmo com a complexidade inerente ao sistema penal (no caso, das agências policiais), inexistam padrões e critérios objetivos sendo observados pelos responsáveis em colocá-los em prática. Como já dito e redito, existem interferências nítidas de elementos estruturais no processo de seleção criminalizante.

Para se possibilitar a distinção e cognição de critérios que pautam o processo de criminalização secundária (ao menos os mais relevantes e gerais dentre eles), é necessário atentar fundamentalmente para a política criminal oficial em voga e os discursos oficiais das agências do sistema penal, bem como os dados concretos sobre violência praticada por agentes do Estado e referentes ao sistema penitenciário – não ignorando a existência das ditas cifras ocultas.

A violência produzida pela atuação policial extralegal não é alienígena ao nosso contexto, porquanto inserida em uma totalidade de violência urbana que afeta a todos, em maior ou menor medida:

Já se disse com propriedade que a violência urbana é uma representação social de praticas, conflitos, relações e eventos muito diversos, aglutinados numa mesma constelação simbólica. **Sabemos também o quanto essa aglutinação coloca entre parênteses constrangimentos e opressões estruturais – econômicas, políticas, culturais – para direcionar o foco para seus efeitos violentos individualizados nas relações interpessoais ou em conflitos e acertos de conta inerentes aos mercados desregulados, ilegais ou ilícitos, ou ainda aos confrontos legais e ilegais entre polícia e criminosos.**<sup>59</sup>

Preconceitos e estereótipos, desse modo, guiam a ação das polícias e a própria prestação jurisdicional – escondendo-se, conforme ressalta Alessandro Baratta, na pretensa inidoneidade técnicas de certas matérias ao controle pelo direito penal<sup>60</sup>.

Baratta enfatiza, ainda, que a lógica seletiva inerente ao sistema penal gera “*zonas de imunização para comportamentos cuja danosidade se volta particularmente contra as classes subalternas*” – os situando com acentuada vulnerabilidade no turbilhão de violência urbana a que se referiu Michel Misse -; os processos de criminalização secundária acentuariam o caráter seletivo do sistema penal abstrato, que procura a criminalidade “*principalmente naqueles estratos sociais dos quais é normal esperá-la*”<sup>61</sup>.

Essa última frase é emblemática e extremamente explicativa da operacionalidade do sistema penal. O processo de criminalização secundária privilegia sujeitos integrantes de determinados estratos sociais, sujeitos estes dos quais se espera a prática de condutas criminosas e que habitam ou circulam por áreas entendidas *perigosas*. Tais sujeitos, portanto, devem ser controlados (ou *neutralizados*, dentre outros eufemismos) e tais regiões *pacificadas* (dentre outras expressões típicas do linguajar belicista)

O raciocínio, portanto, é perverso: os sujeitos a serem criminalizados são pinçados a partir de estereótipos, os quais depois se reafirmam discursivamente

<sup>59</sup> MISSE, Michel, op. cit., p.11. Grifos acrescentados.

<sup>60</sup> BARATTA, Alessandro, op.cit., p.176.

<sup>61</sup> Idem.



com base nas estatísticas sobre a criminalidade legal. Em suma, eis a lógica de tal operação:

Crime e miséria tem sido constantemente associados. Setores ditos progressistas consideram, ainda hoje, a pobreza como causa do crime, sendo que o primeiro traço definidor da imagem do delinquente é seu status social. Afirmar que o criminoso é caracteristicamente pobre facilita inverter os termos da proposição para afirmar que o pobre é caracteristicamente criminoso.<sup>62</sup>

Ademais, certas espécies de delitos são, por sua própria natureza, corriqueira e majoritariamente praticados em locais públicos, como ruas, vielas e praças – porquanto dependem do tráfego de pessoas e bens. Exemplos destes delitos são, principalmente, furto, roubo e tráfico de drogas<sup>63</sup>.

Este fator, quanto ao caráter mais exposto e menos sofisticado de determinados crimes (os chamados *crimes toscos*), torna seus autores mais sujeitos à criminalização que outros, que, porventura, pratiquem crimes de maneira mais elaborada e oculta, seja a partir de escritórios, empresas ou condomínios de alto padrão:

As classes média e alta tendem a passar a maior parte do tempo em locais fechados; os indivíduos marginalizados vivem a céu aberto. Compreende-se, por isso mesmo, haver muito mais probabilidade de serem os delitos dos miseráveis vistos pela polícia do que perpetrados pela gente de posição social mais elevada. Como consequência, idênticos comportamentos, dependendo do estrato a que pertence o sujeito, mostrarão variações quanto a gerar o reconhecimento de serem criminosos.<sup>64</sup>

Em suma: atuação seletiva dos agentes que atuam no processo de seleção criminalizante está ancorada, para além dos objetivos oficiais, legais e político-criminais, em preconceitos e estereótipos, revigorando e mantendo, assim, uma perspectiva “essencializante”, etiológica, do crime, porém de maneira mais complexa que aquela inaugurada pelo determinismo lombrosiano – vez que posta em prática em um cínico contexto que amalgama tecnicismo, belicismo, “meritocracia” e “democracia racial”.

<sup>62</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit, p.185.

<sup>63</sup> A título de exemplificação: de acordo com dados do DEPEN-PR sobre a população carcerária do Estado do Paraná, levantados em abril de 2012, aproximadamente 53% dos 35.000 presos à época teria praticado ao menos um dos delitos desta tríade (tráfico de drogas e roubo ou furto em suas formas qualificadas). O cálculo foi realizado com base nas estatísticas publicizadas pelo DEPEN-PR em: <<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf>>. Acesso em 14.10.2014.

<sup>64</sup> THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1998, p.87.

## 2.5 POLÍCIAS MILITARES E CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA

*A violência da favela  
começou a descer pro  
asfalto  
Homicídio, sequestro,  
assalto  
Quem deveria dar a  
proteção  
Invade a favela de fuzil  
na mão*

- MV Bill, “Soldado do Morro”.

Ainda que decorridos séculos desde o ápice do positivismo criminológico, determinados sujeitos, seja por características físicas, étnicas e econômicas, são percebidos pela população, agentes públicos e mídia brasileira em geral como ontologicamente (*naturalmente*) criminosos, ou propensos a essa sorte de conduta.

Em perspectiva, o “mano”, o “vileiro”, o “maloqueiro”, o pichador, o “noia”, “trombadinha” e o “171”, incômodos para o comércio e estética urbanas, para a “ordem pública” e o “cidadão de bem”, não são para estes meras alegorias das grandes cidades brasileiras, mas também seus hóspedes indesejados e os potenciais praticantes de crimes violentos.

Sob estas premissas, cabe repetir: o sistema penal funciona a partir de “filtros”, operacionalizados dinamicamente por seus agentes nas diversas etapas do processo de criminalização.

A primeira destas etapas, na grande maioria dos casos, é produto da atuação dos agentes de polícia, vez que, por atribuição funcional e determinação legal, à eles é atribuída a tarefa de reprimir e perseguir indivíduos tidos por criminosos.

Esta tarefa não é simples ou de pouca relevância para o sistema penal, posto que “*a magistratura e o Ministério Público passam a ter, delimitadas, as suas*

*faixas de atuação pela polícia que, na realidade das práticas informais, decide quem vai ser processado e julgado criminalmente”.*<sup>65</sup>

A instituição policial militar brasileira possui uma trajetória peculiar que conformou - como poderia se esperar - valores e praxis próprias, sendo possível, inclusive, identificar o início da doutrina militar policial no Brasil com a inserção e execução, em 1906, das técnicas de treinamento do Exército francês na Força Pública do Estado de São Paulo<sup>66</sup>.

Ademais, as polícias militares brasileiras “*sempre estiveram cooptadas às diretrizes estatais no palco da repressão civil e política*”<sup>67</sup>. Mais que isso:

As polícias brasileiras, de forma geral, incorporaram de maneira sistemática a ideologia do Estado Republicano e desenvolveram dentro da caserna sua identidade da realidade brasileira, fomentando assim uma identidade própria: a identidade da corporação policial.<sup>68</sup>

Nilo Batista ilustra, com um exemplo contemporâneo aos primórdios da corporação policial militar, o ideário e a prática da instituição na manutenção da ordem e da propriedade privada. Práticas típicas do período escravocratas talharam as polícias, que personificavam o *capitão do mato*, o *capataz*, do Estado – e talvez estes resquícios perdurem até hoje:

Numa fábrica da cidade do Rio de Janeiro, em 1903 – quinze anos após a abolição da escravidão – o patrão mandava açoitar com vara de marmelo operários grevistas, tal qual se fizera com escravos na plantagem. **Um dos fundadores da Escola de Polícia do Rio elogiava em 1910 o emprego correcional de açoites. As penas, públicas ou domésticas, previstas ou impostas aos escravos no Império escravista refugiam-se, na Primeira República, nos regulamentos disciplinares penitenciários ou militares.**<sup>69</sup>

Embora pareça absurdo comparar as polícias com os empregados dos antigos engenhos responsáveis por punir escravos insurgentes ou fugidos, transbordam elementos que corroboram esta analogia, desde opiniões de oficiais da época, até relatos de ações e intervenções.

<sup>65</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit, p.184.

<sup>66</sup> PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005, p.39.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> BATISTA, Nilo. **Sobre el filo de la navaja**. In: Revista Epos, vol.02, n.01, 2011. Disponível em: < <http://revistaepos.org/?p=338>>.

Um exemplo infame, que ilustra e reforça essa comparação, é o episódio conhecido por “préstito do Vidigal”, ocorrido em meados do século XIX e resgatado por Nilo Batista<sup>70</sup>. Batista remete ao historiador Thomas Holloway, que assim teria relatado:

Uma das proezas mais decantadas de Vidigal ocorreu em 19 de setembro de 1823, quando liderou uma força da polícia e tropas do Exército regular contra um quilombo no morro de Santa Tereza. Na manhã seguinte, ele entrou triunfalmente na cidade, montando um garanhão empinado, à frente de uma coluna de mais de 200 prisioneiros seminus capturados na incursão, entre homens, mulheres e crianças, muitos deles usando colares de conchas marinhas e decorações de penas que sugeriam elementos de cultura africana.<sup>71</sup>

Analisar interdisciplinarmente as instituições policiais – a “ponta de lança” do sistema penal, desencadeadoras da criminalização secundária – exigiria aportes que fogem ao objeto desta monografia. Mas é importante, para não dizer inevitável, ressaltar determinadas características gerais das instituições policiais e seus agentes se pretendermos discutir a seletividade do sistema penal.

O primeiro cuidado a se tomar ao se referir à atuação das polícias militares é não recair em simplismos e generalizações demasiado amplas. Mais que isso, é preciso atentar que, como todo aparato estatal, converge e ao mesmo tempo antagoniza diversos interesses, sujeitos, valores, códigos, políticas e atribuições que, numa dinâmica caótica, conferem identidade à instituição e suas partes.

O ponto de partida para se compreender as polícias militares é o fundamento legal da sua atuação: “as polícias procuraram organizar as diretrizes de seu funcionamento apoiando-se na ordem constitucional vigente”<sup>72</sup>.

Assim, a Constituição Federal explicita quais os órgãos responsáveis pelo resguardo da segurança pública, bem como suas atribuições e competências amplas. Neste rol estão inseridas as polícias militares, conforme dispõe o art.144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
I - polícia federal;  
II - polícia rodoviária federal;  
III - polícia ferroviária federal;  
IV - polícias civis;

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem..

<sup>72</sup> PEDROSO, Regina Célia, op. cit., p.39.

**V - polícias militares** e corpos de bombeiros militares.

(...)

**§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;** aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

(...)

**§ 7º -** A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

O texto constitucional permite compreender as razões pelas quais as polícias militares são diretamente responsáveis pela criminalização secundária, certamente escorada, em grande medida, em práticas de policiamento ostensivo.

O que confere singularidade às instituições castrenses – além da sua função manifestamente repressiva - é, sem sombra de dúvida, a sua rígida disciplina e estrutura hierárquica. Não por acaso, a própria redação constitucional destaca os princípios organizacionais das polícias militares:

**Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.**

**§ 1º** Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, §3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

Considerando que a atual Constituição Federal sucedeu uma Ditadura Militar longa, violenta e autoritária, houve preocupação em mitigar as prerrogativas das Forças Armadas, e, também, o caráter absoluto e inquestionável de seus princípios basilares.

O aspecto dogmático da disciplina e hierarquia militares, consubstanciadas no dever de obediência, passou a ser criticado porquanto deu azo à diversas arbitrariedades no período militar – torturas, sequestros e execuções foram praticadas impunemente sob a fachada de *estrito cumprimento do dever legal* ou em suposto respeito à *obediência hierárquica*.

Ainda hoje a tentativa de mitigar tais princípios gera discussões acaloradas (principalmente em função dos debates acerca da desmilitarização das polícias) e evidencia as dificuldades de se empreender um genuíno debate público sobre as instituições militares.

O exame de determinado texto escrito por um Major integrante do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná evidencia que esta reflexão existe, ao menos, em um âmbito interno à corporação - o problema reside precisamente na ausência de aportes externos, alheios ao corporativismo e preconceitos inerentes à instituição:

**Alguns socialistas [sic] abriram, nestes últimos tempos, uma campanha em regra contra aquilo a que chamam "o princípio da autoridade". Basta dizer-lhes que este ou aquele ato é autoritário para que o condenem.** Abusam de tal modo desta maneira sumária de proceder que é preciso examinarmos [sic] a coisa mais atentamente. (...) O dever de obediência irrestrita do servidor público militar foi, em função do fortalecimento das garantias individuais do cidadão frente ao poder estatal, restringido, principalmente pelo estabelecimento do princípio da legalidade, devendo aquele executar apenas as ordens efetivamente legitimadas pelo ordenamento jurídico.<sup>73</sup>

Ainda, subsidia-se o oficial da PMPR de léxico jurídico para justificar e legitimar o dever de obediência hierárquica e o mencionado “princípio da autoridade”, ínsitos ao âmbito e estrutura organizativa militares:

Face à Legalidade, poderíamos até mesmo dizer, num argumento eminentemente retórico, que o dever não seria mais de obediência, mas sim de "desobediência", na medida em que o rol das atividades permissíveis aos servidores públicos são infinitamente inferiores ao rol das proibidas, e que, na conformidade da legalidade, estes somente poderiam efetuar ações previstas em lei. **Ressalta-se, no entanto, que esse poder de "desobediência" é meramente relativo, limitado à capacidade e às atribuições específicas do servidor público, para que não ocorra uma subversão ao Princípio da Autoridade, o que acarretaria, inevitavelmente, a desorganização da estrutura militar.**<sup>74</sup>

Além dos princípios organizativos e estruturais das polícias militares, estão em relevo dois conceitos relacionados à segurança pública: *ordem pública* e *segurança interna*.

Compreender o que está imbricado nos discursos sobre essas categorias, a despeito de não representar tarefa simples, é muito importante para se colocar em perspectiva os projetos de segurança pública colocados em pauta, em que as polícias são elementos centrais.

<sup>73</sup> CUNHA, Irineu Ozires, Major do QOPM, Chefe do SJD/DP. **Dever de obediência.** Grifos acrescentados. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=607>. Acesso em 20/08/2014.

<sup>74</sup> Idem.

Pode-se dizer, face aos mandamentos constitucionais e a principiologia que a encerra, que a polícia se apresenta como um “*poder mantenedor do direito*”, nos termos de Walter Benjamin<sup>75</sup>. Mais que isso:

A ordem pública foi definida a partir da concepção material ou objetiva do Direito que a concebe como uma circunstância de fato ou como um fim do ordenamento político e estatal. Assim, a ordem pública material “se traduz através de um sistema de normas que tem como objetivo e que variam de ordenamento para ordenamento”; sendo inspirada por doutrinas ideológicas ou princípios políticos doutrinários. (...) Os parâmetros institucionais da ordem pública devem levar em consideração a construção de um modelo de organização social que estabelece o padrão de ordem enquanto o Direito define quem são os desviantes.<sup>76</sup>

Regina Célia Pedroso destaca, em seguida ao excerto acima, que a definição de ordem pública deve ser considerada do ponto de vista temporal (ou histórico, como nos parece mais adequado). Com as transformações políticas e sociais (e, salientamos, com a alteração da correlação de forças entre as classes e categorias na sociedade), o Estado alterna e modifica os critérios mediante os quais elege os desviantes “da vez”.

Deste modo, da perspectiva da ordem pública, “*o aparato policial, enquanto órgão derivado do direito, torna-se uma instância de mando a partir da qual a manutenção da segurança e ordem social torna-se a essência de seu funcionamento*”<sup>77</sup>.

A manutenção da segurança e da ordem social, sob essa perspectiva, incumbe aos policiais militares, que deverão realizar a polícia ostensiva para preservar a ordem pública (art.144, §5º). Determinada definição institucional, ofertada em apostila do curso de aperfeiçoamento para sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, conceitua *policciamento ostensivo* como:

Modalidade caracterizada pela evidencia do trabalho da polícia à população, com o uso de viaturas caracterizadas, uniformes capazes de tornar os agentes policiais identificáveis por todos. **A atividade de policial consiste em fiscalizar comportamentos e atividades, regular ou manter a ordem pública, reprimindo e prevenindo crimes, contravenções, infrações de trânsito e zelando pelo respeito dos indivíduos à legislação.** Desta forma, tal modalidade de policiamento tem por objetivo principal atingir visibilidade à população, **proporcionando o aumento da sensação de**

<sup>75</sup> PEDROSO, Regina Célia, op. cit., p.40.

<sup>76</sup> Ibidem, ps.39-40.

<sup>77</sup> Ibidem, p.41.

**segurança, de forma preventiva, por demonstrar a força e a presença estatal.**<sup>78</sup>

O policiamento ostensivo possuiria, segundo a perspectiva normativa e institucional, função dúplice. De um lado, prevenir práticas delituosas através da intensificação e visibilidade da presença policial; de outro, reprimir crimes, contravenções e infrações de trânsito que estejam por ventura sendo postas em prática.

É emblemática a perspectiva de um Comandante da Polícia Militar de São Paulo especialista em Direito Militar acerca de tal dever:

**Policiamento ostensivo é aquele em que o policial, isoladamente ou em grupo, pode ser reconhecido de relance, quer pelo fardamento utilizado, quer pelo armamento ou pela própria viatura. Compõe-se das ações de fiscalização de polícia, sobre a matéria de segurança pública.** Em verdade, dito de outra forma, é o modo de atuar do Poder de Polícia, que, no dizer de Maria Silvia Zanella Di Pietro, “é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público e o Policiamento Ostensivo objetiva, precipuamente, satisfazer as necessidades básicas de segurança pública inerentes a qualquer comunidade ou a qualquer cidadão”.<sup>79</sup>

É através do policiamento ostensivo, portanto, que os policiais militares mantêm-se em contato direto com a população de determinada área da cidade, realizando rondas e explicitando sua presença – eis, justamente, o caráter ostensivo da empreitada.

Mais do que isso, e muito importante, é na e através da atividade policial – por todo o exposto, face suas atribuições e efetiva atuação - que se concretiza a seleção criminalizante. Conforme Augusto Thompson indica:

**Exatamente ao reverso do que apregoa a ideologia, é a polícia quem controla a atividade do Judiciário, pois este só trabalha com o material concedido por aquela.** Graças a isto pode o Judiciário manter uma aparência de isenção e pureza, uma vez que a parte ostensivamente suja da operação discriminatória se realiza antecedentemente à sua atuação.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> Apostila do curso de aperfeiçoamento em policiamento ostensivo para sargentos da PMRJ, 2013. Disponível em: <[http://ev.pmerj.rj.gov.br/dokeos/courses/0008/document/APOSTILAS/POLICIAMENTOOSTENSIVO\\_2013.pdf?cidReq=0008](http://ev.pmerj.rj.gov.br/dokeos/courses/0008/document/APOSTILAS/POLICIAMENTOOSTENSIVO_2013.pdf?cidReq=0008)>. Acesso em 20/08/2014.

<sup>79</sup> DA ROCHA, Abelardo Julio, Comandante da PMSP. **As polícias militares e a preservação da ordem pública.** Disponível em: <<http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/pmpreservacao.pdf>>. Acesso em 21/08/2014.

<sup>80</sup> THOMPSON, Augusto, op. cit., p.87.



Se o sistema penal transparece, através das cifras legais, reproduzir padrões punitivos contra determinados sujeitos, isso, sem sombra de dúvidas, é reflexo também da seletividade e dos critérios mediante os quais as agências policiais atuam.

Portanto, a definição de que padrão de “suspeito” será preferencialmente perseguido e que regiões da cidade serão “privilegiadas” em termos de policiamento ostensivo passa por crivos políticos e fica, em última análise, ao encargo das agências policiais.

Portanto, além dos diferentes tipos de policiamento ostensivo, é fundamental considerar a natureza e a qualidade dos contatos entre polícia e população, que varia muito não só entre distintas situações de abordagem, como entre as áreas da cidade onde essas abordagens se realizam<sup>81</sup>.

Para que se tenha ideia, o maior trunfo do policiamento ostensivo, de acordo com uma perspectiva interna à corporação policial, seria seu caráter dissuasivo (comprovado pela corriqueira demonstração de poderio):

Sob esse aspecto, a maior característica do policiamento ostensivo é a capacidade de ser visto e reconhecido como tal, mesmo que de relance, uma vez que o potencial de dissuasão decorre justamente dessa ostensividade. Por suas próprias características, então, fica claro que a presença do policial fardado deve dissuadir o delinquente a levar a efeito a empreitada delitiva, portanto, infere-se, que será tanto mais eficiente o policiamento ostensivo quanto menor for a incidência de delitos na região considerada.<sup>82</sup>

As antropólogas Leonarda Musumeci e Sílvia Ramos, ao realizarem uma etnografia da polícia militar do Rio de Janeiro tendo por tema a análise da discriminação e da suspeita na abordagem policial, encontraram depoimentos similares de oficiais da PM acerca do policiamento ostensivo, mas realçando a importância da visibilidade e da sensação de segurança transmitidas pela empreitada:

Mais importante é que a polícia esteja presente nas ruas, abordando, revistando, que ela esteja incomodando. Se no final do mês nós tivermos 2 mil, 3 mil veículos parados e revistados e não foi detectada nenhuma ocorrência, zero ocorrência, esse zero de ocorrência para gente é tão importante quanto se tivesse ocorrido cinco. Porque o mais importante não

<sup>81</sup> RAMOS, Sílvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.27.

<sup>82</sup> DA ROCHA, Abelardo Julio, op. cit.

é o flagrante efetuado, o mais importante é a sensação de segurança que todas as operações estarão repassando ao público de maneira geral. (Major de BPM do Centro)<sup>83</sup>

O elemento mais contundente do policiamento ostensivo, entretanto, é a possibilidade de intervenção concreta e imediata - com emprego de força, inclusive – contra sujeitos que se encontrem em situação de flagrante ou contra os ditos *elementos suspeitos*:

(...) Outra importante característica do policiamento ostensivo é a intervenção repressiva imediata, nos casos de grave perturbação da ordem pública, cuja premissa reside na própria inadmissibilidade de que ante a frustração da atuação preventiva, fique o policial fardado de braços cruzados, sem adotar qualquer medida, obviamente, sem invadir a competência constitucional das Polícias Cíveis, às quais incumbiu o Constituinte de 1988 exercer a Polícia Judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.<sup>84</sup>

A conduta repressiva é esperada – e, no atual paradigma, demandada copiosamente - das polícias. Aliás, mesmo as definições mais tradicionais, weberianas, sobre as polícias como “aparato coator” do Estado ressaltam esta prerrogativa como o elemento distintivo desta agência.

Apresentamos aqui uma definição bastante interessante das polícias, que enfatiza suas funções *simbólica* e *real* – ambas concretizadas através do policiamento ostensivo:

Desde una perspectiva socio-jurídica, el objeto-policia desarrolla una función simbólica que se expresa como lucha contra el crimen, y una función real consistente en actuar como mecanismo de control y de regulación social en el marco y bajo la dependencia teórica del estado, mediante una preeminencia sustentada en um mandato que permite el uso y aplicación de la fuerza-violencia como coacción directa y legítima.<sup>85</sup>

É curioso observar, nos textos elaborados por policiais militares de alto escalão que versam sobre aspectos jurídicos e prerrogativas da polícia militar, uma crença na objetividade de sua atuação na “preservação da ordem pública” – i.e., em ações preventivas, e, especialmente, repressivas, de policiamento ostensivo:

<sup>83</sup> RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda, op. cit., p.27.

<sup>84</sup> DA ROCHA, Abelardo Júlio, op. cit.

<sup>85</sup> RECASENS I BRUNET, Amadeu. **La seguridad, el sistema de justicia criminal y la policía**. In: **Sistema penal y problemas sociales**. BERGALLI, Roberto [org]. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003, p.288.

Assim, a informação é insumo essencial no planejamento e na execução do policiamento ostensivo. Não é possível a Polícia trabalhar sem um planejamento que lhe permita colocar suas forças onde e quando necessárias. Sem informações sobre o ambiente, particularmente sobre os fenômenos criminais que nele ocorrem, não é possível elaborar esse planejamento.<sup>86</sup>

Acerca da precariedade e tendenciosidade dos dados e estatísticas oficiais do sistema penal, as ditas cifras legais, já falamos anteriormente. O que parece ficar oculto, consciente ou inconscientemente, na maioria dos relatos de policiais militares, é que a escolha de onde é “necessário” empregar a força militar não depende de critérios meramente objetivos acerca da criminalidade em abstrato, e que, mesmo quando se pretende subsidiar tal escolha em dados, estes mesmos estão comprometidos desde sempre por elementos *a priori*, sejam políticos, econômicos, etc.

O excerto a seguir escancara a crença, ensimesmada, na neutralidade e objetividade da atuação policial:

**O trabalho de prevenção, proposta do policiamento ostensivo, deve ser baseado em informações e pesquisas estatísticas dentro de séries temporais confiáveis para que possa responder efetiva e adequadamente à demanda do momento, utilizando-se ferramentas administrativas e, em especial, as disponibilizadas pela informática. Note-se que na era da inteligência policial o combate aos agentes causadores da intranquilidade pública não se dá com um emprego empírico dos recursos postos à disposição da Polícia Militar. O escopo colimado é obter a melhor distribuição das Patrulhas no território e proporcionar maior eficácia e eficiência no Policiamento Ostensivo.**<sup>87</sup>

Estruturalmente, as polícias militares estão subordinadas aos respectivos chefes do Poder Executivo do estado da Federação em que estejam situadas. Portanto, além de seus interesses, dinâmicas, estrutura, *modus operandi*, códigos e valores internos, interferem na atuação policial as determinações políticas provenientes da chefia da função executiva estadual.

É imprescindível situar a atuação policial em ao menos parte de seus variados espectros, portanto, tais como suas questões estruturais, posto que tais agências cumprem funções políticas criminais essenciais em programas de governo conservadores e repressivos, a exemplo das que aqui sintetizamos e já exemplificamos anteriormente:

<sup>86</sup> DA ROCHA, Abelardo Júlio, op. cit..

<sup>87</sup> Idem.

O capital precisa cada vez mais da prisão, conjugada às estratégias de criminalização de condutas cotidianas (juizados especiais, penas alternativas, justiça terapêutica etc.) e mais a transformação das favelas e periferias do mundo em “campos de concentração”. O criminal e o bélico se amalgamam no que Raúl Zaffaroni analisa como *direito penal do inimigo*. Os territórios não controlados são classificados como Eixo do Mal, territórios a serem ocupados a partir da legitimação produzida por duas categorias fantasmáticas: o traficante e o terrorista.<sup>88</sup>

A pretensa objetividade da atuação das polícias militares no tocante às ações preventiva e repressiva parece existir, portanto, apenas nos discursos oficiais. Os dados referentes ao sistema penitenciário, bem como os referentes a excessos, violência e abusos policiais demonstram a fragilidade, para não dizer ilusão, das alegações de que o policiamento ostensivo se pautaria apenas por critérios imparciais.

Não é exclusivamente de determinações políticas e institucionais que a atuação policial, e, por conseguinte, a criminalização secundária, se dinamiza. A *suspeita está para a polícia como o medo está para a população*, e a direção destes focos está muito longe de ser casual ou aleatória<sup>89</sup>.

Assim indicam, ao menos, dados concretos sobre o sistema penal, principalmente quando entrecruzados com pesquisas empíricas e etnográficas sobre a atuação das polícias militares. A suspeita, embora pareça arbitrária, opera justamente a partir de preconceitos muito bem consolidados – e históricos, diga-se:

O artifício da *atitude suspeita* vincula-se ao que Sidney Chalhoub chamou de “estratégia de suspeição generalizada” utilizada para o controle das populações negras recém-libertas no final do século XIX. No final do século XX essa estratégia continua entranhada na cultura e nos procedimentos policiais como forma de manter sob controle os deslocamentos e a circulação pela cidade de segmentos sociais muito bem delimitados. A *atitude suspeita* carrega um forte conteúdo de seletividade e estigmatização.<sup>90</sup>

Ainda sobre as estratégias de controle social postas em prática, no caso, pelas polícias, pesquisas como as de Ramos e Musumeci fornecem elementos

<sup>88</sup> MALAGUTI, Vera. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 28.

<sup>89</sup> SOARES, Luiz Eduardo, op. cit., p.11.

<sup>90</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.104.

concretos de análise e crítica sobre o ideário e a *práxis* cotidiana das referidas corporações:

Essa cultura do policial que está na linha de frente do trabalho da polícia manteria relativa autonomia em relação às normas institucionais e seria alimentada por mecanismos próprios da atividade policial, essencialmente discricionária em sua prática cotidiana, havendo um “significativo espaço de manobra decisória dos agentes de ponta, invariavelmente profissionais que ocupam os escalões inferiores da corporação”.<sup>91</sup>

De todo o exposto, concluímos que não é possível reduzir a polícia militar a um ou outro aspecto. Talvez falar em polícia militar, no singular, seja equivocado de antemão. Afinal, conforme Musumeci e Ramos sugerem, é importante ir além da formulação genérica sobre a existência de tal cultura policial de rua; deve-se levar em conta “os contextos socioeconômicos, culturais e criminais demarcados pelos batalhões”<sup>92</sup>, conclusão corroborada pelos próprios policiais ouvidos no extenso trabalho etnográfico realizado pelas autoras. Mais:

**Os registros de autos de resistência (mortes de civis em confronto com polícia)** e de policiais mortos em serviço, desagregados por BPMs da capital, constituem indicadores eloquentes das diferenças da rotina e dos efeitos do trabalho policial segundo variações na geografia social da cidade.<sup>93</sup>

O que interessa, para uma análise crítica do sistema penal que leve em conta sua face subterrânea, é precisamente a cultura policial militar do confronto – eivada de medo, ódio e preconceito. Se há seletividade quanto a quem será punido, há, igualmente, seletividade quanto a quem será exterminado.

O enfrentamento ao “inimigo”, decorrente no mais das vezes da atividade policial ostensiva, produz morte em escala industrial, com índices de letalidade análogos à de zonas de guerra. Conforme mencionado anteriormente, o próprio déficit populacional de jovens no Brasil, decorrente em grande parte do alto número de mortes violentas, é identificado com contextos bélicos propriamente ditos.

A que fatores se devem estes índices enormes de mortalidade decorrentes da atuação policial? Contra quem é dirigida esta letalidade? Quem são os inimigos que

<sup>91</sup> RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda, op. cit. p.31. Grifos acrescentados.

<sup>92</sup> Ibidem, p.32.

<sup>93</sup> Ibidem, p.34.

a polícia extermina há tempos? Há indícios na literatura crítica que permitem sugestões e possíveis esclarecimentos acerca destes questionamentos.

Como à essa altura se pode perceber, partimos, por todo o exposto, da premissa de que o sistema penal criminaliza seletivamente, a partir de estereótipos, medo e critérios político-econômicos, assumindo uma função central na manutenção do modo de produzir hegemônico. Seu alvo preferencial, nesse panorama, é o jovem pobre e negro, como as estatísticas e o cotidiano do sistema penal insistem em denunciar.

Mas a relação entre política criminal e a criminalização da pobreza é mais complexa do que aparentam as estatísticas. Um dos delitos mais punidos atualmente, conforme demonstra a cifra legal, e sem dúvida o foco principal da repressão violenta e da letalidade policial que conformam simultaneamente o sistema penal subterrâneo, o tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006) tem sido a “carta coringa” para criminalizar a miséria e os miseráveis:

No Brasil, a “guerra contra as drogas” é o carro-chefe da criminalização da pobreza, através dos discursos de lei e ordem disseminados pelo pânico. Bala perdida, roubo de veículos, queima de ônibus e até o comércio de produtos por camelôs são diferentes práticas ilícitas imputadas aos “traficantes”, que passam a constituir “uma categoria fantasmática, uma categoria policial que migrou para a academia, para o jornalismo, para a psicologia e que não tem cara, não é mais humana. É uma coisa do mal”.<sup>94</sup>

O medo e o pânico moral que o tráfico de drogas – ou melhor, “o traficante” – gera, tanto na população, políticos, líderes religiosos e comunitários quanto nas próprias polícias militares, são tamanhos que *“a política criminal de drogas assumiu, a partir da assunção dos projetos transnacionalizados pelas agências centrais aos países periféricos, o papel significativo de definição dos horizontes de punitividade”*<sup>95</sup>.

Como diria Nils Christie, “las drogas - en analogía con el pasado uso de las brujas, los judíos o de los Kulaks - han sido usadas para justificar por qué las cosas van mal en la sociedad”<sup>96</sup>. Assim, se as drogas são a gênese do mal na sociedade, os responsáveis por sua circulação, logicamente, são os mais horrendos inimigos da ordem política, da moral e da segurança pública.

---

<sup>94</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.189.

<sup>95</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.45.

<sup>96</sup> CHRISTIE, Nils, op. cit., p.156.

Há uma associação quase imediata do traficante à figura do corruptor moral, do mal consubstanciado em pessoa, do capital podre, enfim, do inimigo a ser exterminado, que ultrapassaria, inclusive, fronteiras internacionais, e, portanto, lidar com esse inimigo seria tarefa conjunta dos países interligados pela globalização.

Não à toa que Salo de Carvalho afirma que o estudo da política criminal de drogas *“permite visualizar não apenas o caso específico do sistema punitivo das drogas, mas possibilita diagnóstico de toda a estrutura repressiva”*<sup>97</sup>.

É fato, ainda, que tudo aquilo que há de mais repressivo, punitivista, violento e letal no sistema penal se consubstancia na política criminal de drogas vigente, atualmente em crise por sua ineficácia e retumbante fracasso:

O fracasso virou tabu? Passará o céu e a terra porém a Convenção de Viena não passará? Ou na verdade este fracasso é um sucesso que não pode ser explicado? Ou simplesmente o Estado do vigilantismo policial não pode abrir mão dos amplos pretextos que as leis anti-drogas lhe facilitam? **O poder, facultado pelas leis anti-drogas, de violar domicílios e privacidades, aterrorizar comunidades inteiras e executar sumariamente infratores integra o arsenal das burocracias policiais-militares encarregadas do controle punitivo dos contingentes humanos desamparados e marginalizados pelo empreendimento neoliberal.** A política criminal de drogas é um fracasso; mas o duro poder punitivo que ela concede às agências policiais é um trágico sucesso.<sup>98</sup>

Assim sendo, é possível e até mesmo lógico analisar o sistema penal (oficial e subterrâneo), a seleção criminalizante, a letalidade policial até o controle social da miséria a partir da política criminal de drogas, o que tentaremos, em alguma medida, fazer adiante.

### 3 POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS E LÓGICO DO INIMIGO

#### 3.1 DROGAS E CONTROLE SOCIAL DE CLASSES PERIGOSAS

*Vida do crime é suicídio lento*

<sup>97</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit, p.45.

<sup>98</sup> BATISTA, Nilo. **Sobre el filo de la navaja**. In: Revista Epos, vol.02, n.01, 2011. Disponível em: < <http://revistaepos.org/?p=338>>. Grifos acrescentados.

*Bangu 1, 2, 3, meus  
amigos lá dentro  
Eu tô ligado qual é, sei  
qual é o final  
Um saldo negativo,  
menos um marginal  
Pra sociedade contar um  
a menos na lista  
E engordar a triste  
estatística*

- MV Bill, “Soldado do Morro”.

O traficante de drogas é, de fato, uma “categoria fantasmática” à qual se aplicam os mais diversos estereótipos - conforme os discursos da mídia jornalística, empresários morais diversos e até mesmo potências imperialistas demonstram periodicamente.

Assim sendo, as representações mais difundidas pelas agências do sistema penal acerca de quem seria concretamente o traficante de drogas pouco correspondem com o padrão real da maior parcela dos indivíduos efetivamente criminalizados por essa espécie de delito:

O Fundo Monetário Internacional calcula que o chamado crime organizado movimenta, por ano, 750 bilhões de dólares, sendo que 500 bilhões de dólares são gerados pelo narcotráfico. No comando deste grande negócio é identificada, em seu aspecto político e legal, a figura do **“narcotraficante”, cujo estereótipo, construído pelo discurso oficial e divulgado pela mídia, aponta para o protótipo do criminoso organizado, violento, poderoso e enriquecido através da circulação ilegal desta mercadoria, conhecida em nossa legislação por “entorpecente”**.<sup>99</sup>

A realidade do sistema penal, demarcada pelo cotidiano dos distritos policiais, delegacias, presídios e Institutos Médicos Legais, contrapõe tal idealização, escancarando a verdadeira face dos sujeitos efetivamente criminalizados por envolvimento com o comércio ilegal de entorpecentes: jovens pobres (ao menos em sua imensa maioria), responsáveis pela venda das drogas no varejo, tornados assim os alvos mais vulneráveis da repressão policial – inclusive por não apresentarem qualquer ameaça ou resistência<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.181.

<sup>100</sup> Ibidem, p.182.



No cotidiano da repressão ao tráfico de drogas, portanto, muito pouco, quase nada, se vê de tais organizações criminosas e dos “narcotraficantes” armados e violentos que alimentam o pânico espalhado socialmente. Nesta toada, Zaccone ressalta:

A escolha em relação às pessoas que são atingidas pela prática da conduta descrita como tráfico de substância entorpecente é algo irrefutável. Um simples olhar pelos milhares de presos condenados por esse crime revela que, apesar de participarem do comércio ilegal de substância entorpecente, não passam daquilo que o criminólogo norueguês Nils Christie denominou de “acionistas do nada”.<sup>101</sup>

O discurso oficial dos operadores e formuladores da política criminal vigente sugere, portanto, que se estaria combatendo um dos maiores volumes de capital em circulação atualmente (conforme dados do FMI referenciados anteriormente), bem como a atividade ilícita mais lucrativa no mundo<sup>102</sup>, mediante a criminalização em massa dos tais “acionistas do nada”, meros trabalhadores assalariados situados na base da grande cadeia produtiva do tráfico de drogas.

Mais do que produzir discursos sobre os sujeitos criminalizados, a política criminal também conforma entendimentos acerca da própria *droga*. A droga, segundo Rosa del Olmo, seria o negócio – econômico e político – “*mais esplêndido dos últimos anos*”, e, exatamente por isso, teria sua *face oculta*, que a transformaria em *mito*<sup>103</sup>.

Os conceitos amplos e imprecisos ofertados por organizações internacionais misturam-se a preconceitos morais e dados falsos e sensacionalistas, o que associa a droga ao desconhecido e proibido – e, em particular, ao temido:

Converte-se desta maneira na “responsável” por todos os males que afligem o mundo contemporâneo porque a própria palavra está funcionando como estereótipo, mais do que como conceito; como crença, mais do que como descoberta científica pesquisada. *É o bode expiatório por excelência.*<sup>104</sup>

<sup>101</sup> Ibidem, p.187.

<sup>102</sup> Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2012, os lucros levantados por traficantes de drogas mundialmente tangenciariam 870 bilhões de dólares ao ano, sendo comparáveis a 1,5% do PIB mundial ou a 7% das exportações mundiais de mercadorias no período. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>>, acesso em 20.10.2014.

<sup>103</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.20.

<sup>104</sup> Ibidem, p.22.

Este estado de confusão sobre as drogas (evidenciado, inclusive, pela generalização refletida na terminologia que refere às drogas sempre *no singular*) é bastante conveniente para uma série de atores sociais que se beneficiam da obscuridade que envolve a temática para pautar seus interesses – econômicos ou políticos, oficiais ou ilegais:

Trata-se, pois, de uma palavra sem definição, imprecisa e de uma excessiva generalização, porque em sua caracterização não se conseguiu diferenciar os fatos das opiniões nem dos sentimentos. **Criam-se diversos discursos contraditórios que contribuem para distorcer e ocultar a realidade social da “droga”, mas que se apresentam como modelos explicativos universais.**<sup>105</sup>

A distorção e ocultação da realidade social da droga as quais se refere Del Olmo dificultam e limitam o debate público sobre o tema, porquanto implicam que apenas especialistas – médicos, psicólogos, políticos, policiais, militares, economistas, jornalistas, líderes religiosos, etc. – estariam aptos a debater a questão de maneira responsável, assim perpetuando suas concepções (e todos os vícios e interesses que as conformam) sobre as quais se formularão políticas diversas sobre drogas.

É excepcional e bastante esclarecedora a problemática levantada por Del Olmo a qual reproduzimos:

O importante, portanto, não parece ser nem a substância nem sua definição, e muito menos sua capacidade ou não de alterar de algum modo o ser humano, mas muito mais o discurso que se constrói em torno dela. Dai o fato de se falar da *droga*, e não das *drogas*. Ao agrupá-las em uma única categoria, pode-se confundir e separar em *proibidas* ou *permitidas* quando conveniente. Isto permite também incluir no mesmo discurso não apenas as características das substâncias, mas também as do ator – **consumidor ou traficante** -, indivíduo que se converterá, no discurso, na expressão concreta e tangível do terror. Algumas vezes será a vítima e outras, o algoz.<sup>106</sup>

Destaca-se a perspectiva da dupla diferenciação, base da *ideologia da diferenciação* que ainda hoje se faz presente na maioria dos discursos sobre drogas e seus protagonistas:

Tudo depende de quem fale. Para o médico, será “o doente”, ao qual deve se ministrar um tratamento para reabilitá-lo; o juiz verá nele o “perverso” que

<sup>105</sup> Idem. Grifos acrescentados.

<sup>106</sup> Ibidem, p.23. Grifos acrescentados.

se deve castigar como dejetos. Mas sempre será útil para a manifestação do discurso que se permita estabelecer a *polaridade entre o bem e o mal* – entre Caim e Abel – que o sistema necessita para criar consenso em torno dos valores e normas que são funcionais para sua conservação. **Por sua vez, desenvolvem-se novas formas de controle social, que ocultam problemas muito mais profundos e preocupantes.**<sup>107</sup>

Portanto, ainda que se pretenda defender a política criminal de drogas vigente, mesmo face às inúmeras provas de seu fracasso e consequências nefastas, mostra-se gritante o descompasso que existe entre o discurso oficial e a criminalização operacionalizada - principalmente face à sua seletividade e suas prioridades concretas.

Evidentemente, *“los traficantes a gran escala pertenecientes a las clases medias y altas existen, aun en las prisiones, pero como raras excepciones”*<sup>108</sup>, exceções estas que reforçam a falácia sobre a suposta isonomia do sistema penal.

Enquanto isso, e *“de manera bastante particular, las políticas de control de la droga han sido importantes a la hora de controlar a las clases peligrosas”*<sup>109</sup> – sendo as tais classes perigosas os miseráveis em nossa sociedade de consumo. Como bem lembra Vera Malaguti, ao aludir à Zigmunt Bauman, são esses os consumidores falhos, os novos impuros, *“obstáculos para o traçado das fronteiras e do ordenamento”*<sup>110</sup>.

O controle social de classes perigosas tem sido realizado mediante o exercício do poder punitivo pelo Estado e agências do sistema penal, fossem os membros de tais classes perigosas os escravos revoltosos, os negros libertos miseráveis, operários em greve ou vadios improdutivos.

Vera Malaguti indica, de maneira extraordinária, os discursos do medo e do pânico que as elites reproduziam sobre as ditas classes perigosas – logo, o recorte era bastante nítido quanto a *quem* integrava tais classes:

Chalhoub, ao estudar as “operações policiais” travadas para eliminação das habitações coletivas e das epidemias na corte imperial na segunda metade do século XIX, afirma que é nessa época que pontifica **o conceito de classes perigosas. Perigosas porque pobres, por desafiam as políticas de controle social no meio urbano e também por serem consideradas propagadoras de doenças.**<sup>111</sup>

<sup>107</sup> Idem. Grifos acrescentados.

<sup>108</sup> CHRISTIE, Nils, op. cit., p.161.

<sup>109</sup> Ibidem, p.157.

<sup>110</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.108.

<sup>111</sup> Ibidem, p.37. Grifos acrescentados.

Trataremos de problematizar quem eram tais classes perigosas mais adiante, no tópico específico sobre o histórico da legislação criminal de drogas e da política criminal de drogas no Brasil.

Já temos situado desde o início desta monografia, entretanto, quem são os principais alvos do sistema penal brasileiro: os jovens negros da periferia, a maioria dos mortos e encarcerados em função da execução programática das políticas criminais colocadas em prática há tempos.

Situando historicamente, temos que essa demarcação acerca das classes perigosas já foi bastante explícita e programática – em termos do desenvolvimento econômico, político e social desejado pelas elites do Brasil republicano (pós-abolição, pretensamente liberal, quando se editam codificações penais e a polícia militar começa a ser estruturada):

Na verdade, o conceito de classe perigosa dava o fundamento teórico para o grande debate pós-abolição. A relação trabalho/ociosidade/criminalidade enriquecia o debate parlamentar por uma lei de repressão à ociosidade. Estavam presentes nesse debate os mesmos fundamentos teóricos da estratégia da atuação da polícia para as primeiras décadas do século XX. A preocupação principal de garantir que, com a abolição da escravidão, os negros continuassem sujeitos ao trabalho, criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como suspeitos preferenciais.<sup>112</sup>

Historicamente, são os discursos do medo e o pânico moral reforçado por diversas agências e atores sociais que, associados a determinados estereótipos e discursos, associados à demandas por ordem e segurança providas de setores privilegiados da sociedade, permitem a criminalização de grupos específicos tomados como perigosos:

Assim, se “como se sabe” a violência urbana tem como principal combustível o tráfico de drogas, sendo o traficante um jovem criminoso “empedernido e irrecuperável”, para o qual parece “brincadeira de mau gosto falar de ressocialização”, a única saída para organizar o caos passa a ser “novas prisões e novas leis”. Convence-se assim a audiência e o próprio interlocutor de que poderemos diminuir significativamente a violência urbana, enterrando todo o mal-estar decorrente da nossa liberdade consumista, através do encarceramento dos “traficantes”, que passam a ocupar o espaço que outrora fora destinado a hereges, judeus e comunistas.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Ibidem, p.38.

<sup>113</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.193-194.

A própria discussão sobre a existência ou não de uma política criminal de drogas demonstra o quão inconsequente é delegar ao sistema penal uma tarefa hercúlea, estrutural e necessitada de saberes e suportes transdisciplinares como é a questão das drogas.

Recusando-se a tomar a questão de drogas como o complexo social, político, econômico e de saúde pública que é, o atual paradigma sustenta-se na repressão estatal e no emprego ostensivo do sistema penal contra o “mal” representado pela droga e pelo traficante.

Como se não bastasse, a racionalidade e os efeitos da atual política criminal de drogas – repressiva, autoritária, violenta, seletiva - espraiam-se em direção às demais áreas, contaminando os discursos de médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais<sup>114</sup>.

Desse modo, *“todas as representações da juventude pobre como suja, imoral, vadia e perigosa formam o controle social no Brasil de hoje e informam o imaginário social para as explicações da questão da violência urbana”*<sup>115</sup>, juventude pobre que é precisamente o alvo predileto do sistema penal e dessa política criminal de drogas.

Salo de Carvalho ressalta o caráter da política criminal de drogas brasileira, que gera dissenso quanto à sua própria natureza enquanto política criminal precisamente por sua configuração violenta, repressiva e letal:

Frequentemente os pesquisadores que criticam o modelo repressivo/preventivo nacional partem do pressuposto da inexistência de política criminal de drogas no país. Ocorre que este diagnóstico somente é possível caso se entenda a política criminal como política pública de tutela e garantia dos direitos fundamentais. (...) **Todavia, distante da programação constitucional de efetivação dos direitos e garantias fundamentais, há conformação belicista do sistema repressivo advinda da gradual e constante incorporação de signos criminalizadores transnacionalizados, operando sérias violações aos direitos dos sujeitos vulneráveis à incidência das agências punitivas.**<sup>116</sup>

Uma breve definição do que seria política criminal parece ser pertinente, ao menos para assegurar uma compreensão mais cristalina do objeto em análise (mesmo que não exauriente, por óbvio).

<sup>114</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.103.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.48.

De acordo com Nilo Batista, uma política criminal engloba finalidades políticas próprias com as quais se pretende modelar o instrumento jurídico penal<sup>117</sup>. Avançando nessa perspectiva, eis a definição de política criminal por ele proposta:

Do incessante processo de mudança social, dos resultados que apresentem novas ou antigas propostas do direito penal, das revelações empíricas propiciadas pelo desempenho das instituições que integram o sistema penal, dos avanços e descobertas da criminologia, surgem princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. A esse conjunto de princípios e recomendações denomina-se *política criminal*.<sup>118</sup>

Quando se coloca em perspectiva a atuação do sistema penal no tocante à questão de drogas, conformando assim a maneira de agir, os discursos, as atribuições, poderes e finalidades das agências que lhe integram, se está discutindo, em última análise, política criminal de drogas.

Em nosso contexto, partindo da premissa ofertada por Carvalho, a política criminal de drogas estaria fundada sob uma conformação belicista, incorporadora de signos criminalizadores diversos, tornando-se, portanto, canal de violação de direitos das pessoas sujeitas ao sistema penal – ao contrário de representar uma política pública de tutela e garantia de direitos fundamentais.

Os entorpecentes, portanto, seriam “problema de polícia” – desde as drogas ilícitas em si, até os sujeitos que com ela se relacionam, i.e., os usuários e os traficantes. Consequentemente, qualquer que seja a questão relacionada às drogas, seja seu abuso ou a criminalidade que lucra com seu comércio – por mais distintas e aberrantes entre si que sejam, demandando diferentes abordagens -, a resposta será invariavelmente dada (ou ao menos perpassada) pelo sistema penal.

Essa resposta, como já disse Salo de Carvalho, manifesta-se não raro sob a lógica de guerra. Guerra esta que se consolidou transnacionalmente, e que, invariavelmente, onde quer que tenha sido declarada, continua a atingir seletivamente os grupos historicamente mais vulneráveis à criminalização e ao sistema penal que são as classes miseráveis (ou perigosas):

La guerra contra las drogas, en la práctica, ha preparado el camino para una guerra contra las personas percibidas como las menos útiles y potencialmente más peligrosas partes de la población, aquellos que como

<sup>117</sup> BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.36.

<sup>118</sup> Ibidem, p.34.

los ha llamado Spitzer (1977) son la basura social. Esta gente ilustra que no todo es como debiera habersido en la fábrica social y, al mismo tiempo, son una fuente potencial de disturbios. Según la terminología de Spitzer, ellos devienen basura y dinamita al mismo tiempo.<sup>119</sup>

O caráter transnacional da guerra contra as drogas é bastante conhecido e estudado por criminólogas e criminólogos latino-americanos, evidenciando que, de fato, a concepção de política criminal desenvolvida sobre a questão prioriza valores belicistas e repressivos, que se demonstram não apenas nos discursos e na terminologia adotada, mas também nos altos índices de letalidade que produz – dignos, pois, de guerras:

**O processo de demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social aprofundando seu caráter letal. O número de mortos na “guerra do tráfico” está em todas as bancas. A violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante.** O mercado das drogas ilícitas propiciou uma concentração de investimentos no sistema penal, uma concentração dos lucros decorrentes do tráfico e, principalmente propiciou argumentos para uma política permanente de violação dos direitos humanos contra as classes sociais vulneráveis: sejam eles jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro, sejam camponeses colombianos, sejam imigrantes indesejáveis no Hemisfério Norte.<sup>120</sup>

Muitos pesquisadores e pesquisadoras perceberam, nas últimas décadas, o estabelecimento de padrões de criminalização e de discursos sobre a(s) droga(s) no continente americano – com nítida influência estadunidense -, que levaram ao estabelecimento de políticas criminais peculiares na América Latina. Aqui destacamos o trabalho realizado por Rosa del Olmo, que desvelou em grande medida “a face oculta da droga”.

Por isso não é absurdo se falar, ao menos em um plano “macroscópico”, daquilo que Vera Malaguti chama de política permanente de violação de direitos humanos que une grupos separados geograficamente, como os pobres das favelas do Rio de Janeiro, os camponeses colombianos e os imigrantes que povoam os EUA.

Isso se deve ao fato de que tal política, mencionada por Vera Malaguti, teve origem clara e propósitos diversos, ainda que tenha tomado feições particulares conforme tenha se capilarizado pelos países influenciados e tenha assumido

<sup>119</sup> CHRISTIE, Nils, op. cit., p.157.

<sup>120</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.107. Grifos acrescentados.

diversas formas (sendo articulada em torno de distintos discursos e estereótipos através do tempo).

Parece importante – a fim de contextualizar a discussão sobre política criminal de drogas e sistema penal no Brasil atual - empreender um breve apanhado histórico acerca dos discursos e estereótipos sobre as drogas e seus atores na América Latina, o que faremos a seguir.

### 3.2 OS DISCURSOS SOBRE DROGAS E A CONFORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: POLÍTICA CRIMINAL *MADE IN USA*

Como quaisquer objetos de importância política, econômica e sanitária, as drogas foram perpassadas e confrontadas por inúmeros discursos, os quais, por sua vez, instrumentalizaram a criação de estereótipos (“*a melhor expressão do controle social informal*”), imprescindíveis para legitimar o controle social formal. Este controle social formal encontra expressão máxima, no caso das drogas, sob a forma de normativa jurídica, conforme ressalta Rosa del Olmo<sup>121</sup>.

Alguns estereótipos possuíram enorme importância e permanência nas das últimas décadas, fundamentando políticas voltadas ao controle social formal das drogas e seus atores – em última análise, portanto, influenciando nas políticas criminais formuladas pelos Estados – e servindo como fator de coesão e consenso em torno do discurso sobre “bem” e “mal” (ou Caim e Abel, segundo Rosa del Olmo)<sup>122</sup>.

Del Olmo traz uma breve classificação dos discursos e respectivos estereótipos em questão, que englobaria, segundo o advogado penal espanhol Carlos Gonzalez Zorrila, três principais tipos: o médico, o cultural e o moral<sup>123</sup>.

O *discurso médico*, produto da difusão do *modelo médico-sanitário*, fundamentaria o *estereótipo médico* - mais especificamente o *estereótipo da*

<sup>121</sup> OLMO, Rosa del, op cit, p.24.

<sup>122</sup> Ibidem, p.23.

<sup>123</sup> Idem.



*dependência*. O problema se centralizaria na *saúde pública*, considerando o usuário como “doente” e a droga um “vírus”, uma “epidemia” ou uma “praga”<sup>124</sup>.

O *discurso dos meios de comunicação*, por sua vez, apresenta o consumidor (o “*drogado*”) como alguém “*que se opõe ao consenso*”. Este discurso admite distinções de classe, variando sua conformação a depender se o consumidor é rico ou pobre (“*estudante ou desempregado*”), mas pressupondo sempre que o sujeito seja “jovem”. Assim, cria-se o *estereótipo cultural*<sup>125</sup>.

O discurso dos meios de comunicação, finalmente, ao qualificar o usuário/consumidor como “*viciado*” ou “*ocioso*” e a droga como “*prazer proibido*”, “*veneno da alma*” ou “*flagelo*”, consolidaria também o *estereótipo moral*, que possuiria origem comum no *discurso jurídico* (produto da difusão do modelo *ético-jurídico*)<sup>126</sup>. Sobre o discurso dos meios de comunicação (em especial, da mídia jornalística) se destinarão algumas páginas desta monografia mais adiante.

A criminóloga salienta, entretanto, a centralidade do discurso jurídico não somente para o estereótipo moral, mas para todos os demais. Os três estereótipos assinalados acima se dirigiriam fundamentalmente ao consumidor, e o discurso jurídico os reforçaria porquanto imputa às drogas e as pessoas que as consomem/traficam o *status* de “perigosas”, ignorando assim as importantes diferenças e complexidade que envolvem cada um dos respectivos elementos<sup>127</sup>.

Ademais, o discurso jurídico, simultaneamente, estabelece maniqueísmos ao declarar ilegal “*apenas a conduta que tenha a ver com a droga definida por esse mesmo discurso como ilegal*”, sendo esta declaração de ilegalidade pautada, em última análise, por critérios políticos e econômicos<sup>128</sup>.

Tangenciado pelo discurso jurídico, existiria então um quarto estereótipo, o *estereótipo criminoso*, que se faria presente desde que existem legislações sobre drogas<sup>129</sup>. Este estereótipo, entretanto:

Na atualidade se converteu em *estereótipo político-criminoso*, ao recorrer ao *discurso político* para legitimar-se como discurso jurídico (produto da difusão do *modelo geopolítico*). **A droga é vista como “inimiga”, e o traficante – objeto central de interesse deste discurso – como “invasor”, “conquistador”, ou mais especificamente como**

<sup>124</sup> Ibidem, ps.23-24.

<sup>125</sup> Ibidem, p.24.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Ibidem, ps.24-25.

<sup>128</sup> Ibidem, p.25.

<sup>129</sup> Idem.

**“narcoterrorista” e “narcoguerrilheiro”, apesar de o traficante poder muito bem não ser um indivíduo, mas um país.** Este *discurso político-jurídico*, mais conhecido como *geopolítico*, tão difundido na atual década de oitenta no Continente americano, concorda com a incorporação dos postulados da Doutrina da Segurança Nacional da qual nos fala Emílio García Méndez, criminólogo argentino. Neste caso, “a tendência à eliminação da fronteira que separa a guerra contra a subversão daquela contra a criminalidade comum”, observa-se concretamente no discurso da droga e seu controle.<sup>130</sup>

Rosa del Olmo conclui, após expor a classificação acima, que situar a questão das drogas através destes diversos discursos *“só contribuiu para reforçar a confusão reinante e para ignorar suas reais dimensões psicológicas e sociais, assim como políticas e econômicas”*<sup>131</sup>.

Ademais, os estereótipos que tais discursos produziram *“servem para organizar e dar sentido ao discurso em termos dos interesses das ideologias dominantes”* – ocultando assim as faces política e econômica da questão das drogas, camuflando-as sob outros aspectos<sup>132</sup>.

Precisamente sobre as conclusões que a criminóloga venezuelana consigna, em especial quanto ao discurso jurídico e sua capacidade de ocultar e obscurecer aspectos das drogas e seus respectivos atores, é que Salo de Carvalho pondera:

Se a criminologia etiológica mantém diversas pesquisas voltadas à resposta da indagação *“por que determinadas pessoas usam drogas?”*, a crítica perguntará *“por que certas substâncias são consideradas lícitas e outras ilícitas?”*. A mudança na forma de questionamento permitirá à criminologia, ao direito penal e processual penal e às políticas criminais absterem-se do papel meramente descritivo das funções oficiais (declaradas) do sistema penal das drogas para descortinar os efeitos de sua programação no incremento e na manutenção dos processos criminalizadores.<sup>133</sup>

O discurso jurídico de fato assume centralidade, em termos de política internacional – o que não significa que tenha suplantado os demais discursos (médico e midiático), muito ao contrário.

Ao projetar às drogas a racionalidade binomial que as divide em lícitas e ilícitas, o discurso jurídico permitiu que fossem pensadas estratégias internacionais de repressão à produção e consumo destas – com base também em discursos médicos e midiáticos, a partir dos respectivos estereótipos que conformam:

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> CARVALHO, Salo de, op.cit, p.43.

A luta contra o tráfico de drogas se tornou uma *guerra mundial*. Como resultado, as experiências dos Estados Unidos se tornaram mais importantes para os outros países como *lições para o futuro*. A partir da II Guerra Mundial, foram os organismos internacionais, particularmente a *Organização Mundial de Saúde* (OMS) e a *Organização das Nações Unidas* (ONU), que contribuíram para universalizar os diversos modelos – com seus respectivos discursos sobre as drogas proibidas e suas características.<sup>134</sup>

Logo, tanto a OMS, “*por meio de seus informes técnicos elaborados por especialistas da medicina e da farmacologia*”, quanto a ONU, “*através de suas comissões de Especialistas (muitos provenientes das ciências médicas, mas com uma importante presença de juristas)*” e “*com a promulgação de seus diversos convênios e protocolos e com a criação de uma série de organismos encarregados de sua aplicação*”, auxiliaram na difusão dos modelos, discursos e estereótipos sobre drogas anteriormente apresentados<sup>135</sup>.

Mais especificamente, dentro da classificação adotada por Del Olmo:

Um exemplo recente é a *Convenção Única sobre Estupefacientes* de 1961 e o *Protocolo* de 1972 que a modifica, assim como o *Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas* de 1971. A primeira organização [OMS] internacionaliza o *discurso médico* e a segunda [ONU] o *discurso jurídico*. É preciso lembrar sem dúvida que ambos se desenvolvem apenas no século XX, tendo sido os Estados Unidos seu promotor fundamental no campo internacional.<sup>136</sup>

Nada obstante, a despeito de os EUA terem sido o “*promotor fundamental*” de ambos os discursos no cenário internacional, não foi sem ruídos que suas propostas e políticas foram incorporadas nos países latino-americanos:

Apesar da inegável influência da legislação internacional nas legislações dos diferentes países que por sua vez determinam a fronteira entre o proibido e o permitido em matéria de drogas, observam-se importantes diferenças nos últimos anos na forma de abordar o tema entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – em outras palavras, entre o centro e a periferia do capitalismo mundial -, assim como dentro de cada país e segundo cada droga, que responda a condicionantes sócio-políticos e econômicos.<sup>137</sup>

Falaremos dessa influência e seus limites com alguns pormenores no resgate histórico de algumas conjunturas latino-americanas sobre drogas que virá a

<sup>134</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.27.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Idem.

seguir. Por ora, importa marcar a leitura que Salo de Carvalho faz acerca dos discursos jurídico e médico (e sua simbiose) que conformaram a legislação internacional, comum a tais países:

A avaliação de Rosa del Olmo é chave de leitura da base discursiva da *Convenção Única sobre Entorpecentes* de 1961. O escopo do estatuto, definido no preâmbulo da Convenção, refere a necessidade de manutenção da saúde física e moral da civilização, sendo a toxicomania considerada “perigo social e econômico para a humanidade”. Desta forma, o “combate a esse mal” exigiria “ação conjunta universal”, “orientada por princípios idênticos e objetivos comuns”, devendo ser projetada política internacional de controle que viesse a “substituir os tratados existentes sobre entorpecentes”. A “ação contra o tráfico” e o “tratamento dos toxicômanos” solidificam o discurso fragmentador. **Não obstante o processo de demonização da droga em face da consolidação da ideologia da diferenciação, pode ser visualizado o uso político dos entorpecentes pelas agências repressivas através da nominação de novos inimigos.**<sup>138</sup>

Carvalho aborda pontos extremamente importantes sobre esta tentativa de estabelecimento de uma política internacional sobre drogas – que demarcava uma perspectiva criminalizante e combativa face aos novos inimigos que traziam “perigo social e econômico para a humanidade”, os traficantes de drogas.

Um destes pontos refere-se à tal **ideologia da diferenciação**, que estabelece classificações entre usuários e traficantes, pautadas a partir do poder aquisitivo e de outros fatores como escolaridade, cor e nacionalidade dos sujeitos.

Del Olmo indica que esta ideologia teria surgido em meados da década de sessenta, nos EUA, tendo por base um “duplo discurso sobre a droga, que pode ser chamado de discurso médico-jurídico, por tratar-se de um híbrido dos modelos predominantes (o modelo médico-sanitário e o modelo ético-jurídico)”<sup>139</sup>.

Através de tal ideologia é que se deu origem a uma diferenciação, dicotômica – ainda hoje existente - entre os sujeitos que se relacionam com drogas; Carvalho pontua que “a principal característica deste discurso é traçar **nítida distinção entre consumidor e traficante**, ou seja, entre **doente e delinquente**, respectivamente”<sup>140</sup>.

Sobre os culpados – *traficantes* - incidiria o discurso jurídico-penal do qual se extrai o estereótipo do criminoso corruptor da moral e da saúde pública<sup>141</sup>. Sobre

<sup>138</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., ps.64-65.

<sup>139</sup> OLMO, Rosa del, op. cit, p.34.

<sup>140</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.62-63

<sup>141</sup> Idem.

os usuários/consumidores (“dependentes”, “viciados”, “doentes”), o discurso médico (consubstanciado pelas comunidades terapêuticas, internações, uso de metadona para contornar a dependência química, dentre outras iniciativas<sup>142</sup>).

O estabelecimento da ideologia da diferenciação representaria, portanto, o momento de criação de “*instrumentos totalizantes de repressão*”<sup>143</sup>, conforme terminologia apresentada por Carvalho. Ademais, a partir das formulações propostas pela criminóloga venezuelana, Carvalho problematiza a pretensão universalista de tal política internacional de drogas:

Segundo Rosa del Olmo, **a globalização da repressão às drogas se insere no projeto de transnacionalização do controle social, cuja finalidade é dirimir as fronteiras nacionais para o combate à criminalidade.** O substrato ideológico desta política global será fornecido pelo Movimento de Defesa Social (MDS), “*que corresponde a uma ideologia caracterizada por uma concepción abstracta y ahistórica de la sociedad donde se destacan fundamentalmente los principios del bem y del mal y de la culpabilidad, necesaria em esse momento como centralizadora y unificadora de las ‘normas universales’ que debían imponerse.*” **Como em todo processo de universalização cultural e/ou econômico, os argumentos centrais para a repressão da delinquência passam a ser invocados de forma autônoma e distante das especificidades locais.** Assim, “*al querer uniformizar el control social transnacionalmente a través de estos códigos, se le está dando al delito um carácter abstracto y ahistórico, olvidando su especificidade concreta en cada formación social.*”<sup>144</sup>

Estes discursos, estereótipos e modelos sobre as drogas, consumidores e traficantes (a partir da ideologia da diferenciação) se consolidaram conforme as drogas foram ganhando importância política e econômica em escala geopolítica, i.e., global.

Evidentemente, este diagnóstico – sobre a partir de qual momento as drogas passaram a ter importância em escala de política internacional – coube às grandes potências, ou melhor, aos EUA. Rosa del Olmo descreve claramente qual foi o percurso histórico até este estado de coisas, conforme observaremos no capítulo seguinte.

### 3.3 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA ÀS DROGAS

<sup>142</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.35.

<sup>143</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.62-63.

<sup>144</sup> Idem.

Reconhecemos a dificuldade de se empreender análises históricas – bem como a facilidade de se recair na confortável, mas simplista e ilusória, perspectiva linear - referentes a sistemas legislativos penais e a temas político-criminais, estes últimos muito mais complexos, conforme destaca Carvalho<sup>145</sup>.

Não é nosso ensejo fazer uma pesquisa historiográfica propriamente dita, muito menos uma “pesquisa de origem”, tampouco um apanhado da legislação de drogas internacional. O que se pretende, adotando desde o início a premissa de que *“qualquer reconstrução (histórica) é sempre arbitrária, mesmo quando o objeto de investigação parece ser relativamente fixo e estável”*<sup>146</sup>, é apontar descontinuidades e permanências discursivas no tocante à proibição, repressão e criminalização de drogas.

A indicação de discursos e suas manifestações de maneira cronologicamente situada não indica que pretendamos estabelecer uma linha causal – à moda positivista – mas tão somente permitir *“a visualização, em determinados momentos da história, dos processos punitivos que ajudaram a solidificar e a compor a atual matriz proibicionista”*<sup>147</sup>.

Para tanto, usaremos *“A Face Oculta da Droga”* - obra consagrada da criminóloga venezuelana Rosa del Olmo - como matriz para este resgate, primeiramente pela qualidade da pesquisa, e, em derradeiro, pela frequência com que é trazida à baila por diversos autores e autoras de renome (o que reforça o primeiro ponto).

Nota-se que na década de cinquenta a droga não era vista como uma questão problemática, despossuindo a importância política e econômica de atualmente<sup>148</sup>. Além disso, o consumo era muito menor e mais localizado, identificado, precisamente, com os grupos tidos como “desviantes”:

Era muito mais um universo misterioso, vinculado sobretudo aos opiáceos – morfina ou heroína -, próprio de grupos marginais da sociedade, desde integrantes da aristocracia europeia, médicos e intelectuais, músicos de *jazz* e grupos de elite da América Latina, até delinquentes comuns. Nos Estados Unidos, os opiáceos não eram assunto de grande preocupação nacional, pois estavam muito mais confinados aos *guetos* urbanos e, em especial vinculados aos negros e/ou porto-riquenhos. Por sua vez, a maconha

<sup>145</sup> Ibidem, p.55.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Ibidem, p.57.

<sup>148</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.29.

também era própria de grupos marginais, fundamentalmente emigrantes mexicanos. Era chamada de “a erva assassina” (*the killer weed*) porque era associada à violência, agressividade e criminalidade. Na Inglaterra, começava-se a considerá-la “ameaça social”, porque se vinculava à emigração negra das Antilhas e do oeste da África, cujos integrantes eram vistos como “depravados sexuais”, que buscavam suas vítimas entre juvenzinhas inglesas. **Nos países da periferia, e concretamente na América Latina, também se associava a droga à violência, à classe baixa e especialmente à delinquência. Pensar nas drogas era associá-las aos “baixos escalões”.**<sup>149</sup>

Tanto os países centrais quanto os periféricos, deste modo, compreendiam a droga (em regra) como algo obscuro e vinculado à grupos marginalizados. Por esse motivo que muitos sociólogos e estudiosos da organização social à época consideravam o consumo de entorpecentes como prática de subcultura (“a subcultura do ‘retraimento’ da qual nos fala R. Merton em seu célebre Paradigma de la conducta desviada”), subcultura que poderia conviver - à sua maneira, com seus padrões e códigos particulares – com a sociedade estabelecida<sup>150</sup>.

Entretanto, ainda na década de cinquenta, alguns modelos se estabeleceriam a partir da atuação de organizações internacionais:

Por outro lado, começava-se a escutar a voz dos especialistas internacionais através da Organização Mundial da Saúde e das Organizações das Nações Unidas e suas respectivas Comissões que emitiam suas primeiras observações e medidas de controle em termos farmacológicos, médicos e jurídicos, para qualificar a droga como problema de saúde pública. Eram as primeiras tentativas de difundir internacionalmente os *modelos ético-jurídico* e *médico sanitário* para enfrentá-la.<sup>151</sup>

Del Olmo aponta que tal período insuflou enorme moralismo sobre a droga, cujo potencial atrativo amedrontava o *establishment*. O consumo era tratado como “*perversão moral*” e os usuários eram tachados de “degenerados” ou “*criminosos viciados dados a orgias sexuais*”; o viés moralista associava, deste modo, o uso de entorpecentes à prática de sexo<sup>152</sup>.

Salo de Carvalho aponta que o principal mecanismo de divulgação do discurso ético-jurídico a que Del Olmo se refere foi o *Protocolo para Regular o Cultivo de Papoula e o Comércio de Ópio*, promulgado em Nova Iorque em 1953<sup>153</sup>.

<sup>149</sup> Idem. Grifos acrescentados.

<sup>150</sup> Ibidem, p.30.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.61.

Discursos distintos, geridos a partir de diferentes modelos e que conformavam determinados estereótipos, se imiscuíam, conforme se podia observar:

Seu controle se limitava à proibição e seu tratamento a penas severas nos famosos hospitais-prisão. Nos Estados Unidos, por exemplo, devido à aprovação em 1956 do *Boggs-Daniel Narcotic Control Act*, que aumentou consideravelmente as condenações à prisão, abordava-se o problema com um critério religioso e a possibilidade de arrependimento porque era “por culpa própria” que se incorria nesta prática.<sup>154</sup>

Em síntese, nos anos cinquenta havia prevalência do discurso *ético-jurídico* e, por consequência, do *estereótipo moral* que considerava a droga “*sinônimo de periculosidade, apesar de começar a se impor o modelo médico-sanitário com as opiniões dos especialistas internacionais*”<sup>155</sup>.

A década de sessenta, por sua vez, teria sido “*o período decisivo de difusão do modelo médico-sanitário e de consideração da droga como sinônimo de dependência*”. Del Olmo destaca a *Convenção Única sobre Estupefacientes* de 1961, celebrada na cidade de Nova Iorque, e ressalta que em 1962 a Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos ratificou seu entendimento que diferenciava usuário de traficante (ou seja, consolidando a ideologia da diferenciação)<sup>156</sup>.

Também no ano de 1962, o presidente estadunidense John Kennedy promoveu uma conferência em Washington acerca do “uso indevido de drogas”, criando em seguida o *Comitê Assessor do Presidente sobre Estupefacientes e Uso Indevido de Drogas*<sup>157</sup>. Esse é um período em que o consumo de drogas passa por uma crescente, conforme indica Rosa del Olmo.

Neste momento despontam drogas psicodélicas como o LSD (com todas as repercussões, artísticas e culturais, que implicavam), e ao avançar da década se percebe um aumento radical do consumo de maconha – “*já não só entre os trabalhadores mexicanos, mas também entre os jovens de classe média e alta*”<sup>158</sup>.

É importante este diagnóstico já que, conforme exposto, na década anterior o consumo de drogas como maconha era *identificado* com grupos marginalizados – o que não implica dizer que as demais parcelas da sociedade não consumissem

<sup>154</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.30.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Ibidem, p.33.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Idem.



drogas de qualquer natureza - mas agora encontrava difusão e recepção nas classes privilegiadas:

Este estouro da droga sem dúvida era considerado inexplicável, não só por sua magnitude, mas porque o consumo já não era próprio dos guetos urbanos nem dos negros, porto-riquenhos ou mexicanos, pobres e/ou delinquentes, mas também dos jovens brancos da classe média norte-americana.<sup>159</sup>

Esse aumento do consumo de drogas historicamente associadas à grupos desviantes ou marginalizados – i.e., negros, mexicanos, boêmios, pobres, criminosos, etc. – por jovens brancos de classe média certamente gerou incômodos, considerando ser um contexto em que a *ideologia da diferenciação* já se fazia sentir.

Passa a se consolidar mais fortemente o estereótipo moral sobre as drogas, ao mesmo tempo em que se reforçava a ideologia da diferenciação a partir de reforços ao discurso médico-jurídico:

O problema da droga se apresentava como “uma luta entre o bem e o mal”, continuando com o *estereótipo moral*, com o qual a droga adquire perfis de “demônio”; mas sua tipologia se tornaria mais difusa e aterradora, criando-se o pânico devido aos “vampiros” que estavam atacando tantos “filhos de boa família”. **Os culpados tinham de estar fora do consenso e ser considerados “corruptores”, daí o fato de o discurso jurídico enfatizar na época o estereótipo criminoso, para determinar responsabilidades; sobretudo o escalão terminal, o pequeno distribuidor, seria visto como o incitador ao consumo, o chamado *pusher* ou revendedor de rua.** Este indivíduo geralmente provinha dos guetos, razão pela qual era fácil qualificá-lo de “delinquente”. O consumidor, em troca, como era de condição social distinta, seria qualificado de “doente” graças à difusão do *estereótipo da dependência*, de acordo com o discurso *médico* que apresentava o já bem consolidado *modelo médico-sanitário*.<sup>160</sup>

Essa perspectiva, que associava o traficante a um “corruptor”, era explicada pelos discursos associados às drogas mais comuns à época (e que, não por acaso, eram associadas a grupos de imigrantes, como o ópio a chineses e maconha a mexicanos) e pelo pânico que se fomentava em torno de seus supostos efeitos.

À maconha, chamada de “*killer weed*” (erva assassina, em uma tradução direta) pela mídia e por agentes públicos, eram atribuídos comportamentos agressivos/animalescos, defeitos congênitos e até mesmo *crimes*, conforme alguns relatos históricos demonstram:

<sup>159</sup> Ibidem, p.34.

<sup>160</sup> Idem. Grifos acrescentados.

From the 1930s to the mid-1960s, marihuana was primarily characterized as a “Killer Weed”, a drug that made its users violent, criminal and aggressive. Writing shortly after the passage of the Marihuana Tax Act of 1937, anti-drug crusaders Earle and Robert Rowell put it this way: “While opium kills ambition and deadens initiative, marihuana incites to immorality and crime”.<sup>161</sup>

Os discursos sobre as drogas e seus supostos efeitos permitiam transformar o combate às drogas em uma cruzada moral, capitaneada por grupos proibicionistas e pela mídia, que explorava muito o discurso sobre a violência que supostamente envolvia o consumo de drogas (a *killer weed*, no caso).

A propaganda estatal estadunidense usou muito destes estereótipos para produzir vídeos “informativos” alarmistas para acentuar os supostos malefícios do consumo de drogas, vídeos os quais, hoje em dia, dada a virada discursiva e a mudança de perspectiva sobre as drogas em geral (em especial a maconha), poderiam ser classificados como ficção/comédia.

Este conteúdo midiático apenas ilustrava o que o discurso padrão anti-drogas afirmava a respeito das drogas, em especial a maconha. O consumo de certas drogas, afirmava-se, leva invariavelmente à prática de crimes e de atos de violência (Himmelstein pontua: “*the violence theme was supported by quotes from appropriate authorities and by examples of “marihuana crimes”*”<sup>162</sup>).

Os estereótipos sobre determinadas drogas em particular, portanto, se difundiam. E essa difusão não ocorria ao acaso, assim como os estereótipos não incidiam sobre qualquer droga, mas sim sobre as mais consumidas. Havia um esforço em caracterizar a droga como a origem do mal, a exemplo da maconha:

From the mid-1930s to the early 1960s, marihuana was characterized in public discussion primarily as a Killer Weed. Although the drug was said to produce a myriad of effects and was sometimes condemned as unpredictable in this regard, violence was the main adverse effect claimed for use: marihuana was said to destroy users’ internal controls, stimulate their aggressive drives, and lead them to assault, murder, rape, or self-destruction. The drug was believed to release a fundamentally destructive human nature and thus cause a *failure of restraint*.<sup>163</sup>

<sup>161</sup> HIMMELSTEIN, Jerome L. **From killer weed to drop-out drug: the changing ideology of marihuana**. In: **Contemporary Crises**, vol.07, n.01. Amsterdam: Elsevier, 1983, p.13.

<sup>162</sup> Ibidem, ps.19-20.

<sup>163</sup> Ibidem, p.19.

Fato era que o discurso do pânico sobre as drogas somente ganhava força e difusão porquanto o próprio consumo de drogas se tornava mais frequente. Carvalho apresenta uma possível representação dos motivos que levaram à popularização e aumento do consumo de drogas proibidas neste período nos (e a partir dos) EUA:

Associado às posturas reivindicatórias e libertárias, o uso de drogas ilícitas [na década de 60] compõe, junto com outros elementos da cultura (música, literatura, artes plásticas, cinema, vestuário, alimentação, sexualidade), o quadro de manifestações estéticas das políticas de ruptura. **Contrariamente ao que aconteceu nas décadas anteriores, o consumo de drogas ganha o espaço público, aumentando sua visibilidade e, conseqüentemente, gerando o pânico moral que deflagrará intensa produção legislativa em matéria penal. Neste quadro, campanhas idealizadas pelos empresários morais e por movimentos sociais repressivistas aliadas aos meios de comunicação justificarão os primeiros passos para a transnacionalização do controle sobre os entorpecentes.** A *Convenção Única sobre Estupefacientes*, aprovada em Nova Iorque em 1961, é reflexo imediato desta realidade.<sup>164</sup>

Há uma virada discursiva muito importante, deste modo, que gera reflexos materiais muito evidentes no sentido da criminalização do consumo, produção e comercialização de drogas.

Nils Christie ressalta como o estereótipo moral motivou, a partir deste momento, o incremento da criminalização (após o reforço da legislação penal) sobre as drogas e seus atores. Consumir drogas representava “*um estilo de vida ofensivo*”, “*hedonismo deplorável*”, manifestação de “*defeitos sociais*”. Começa a se delinear uma guerra às drogas, portanto, através da qual gradativamente se reforçou o controle do Estado sobre as “*classes perigosas*”<sup>165</sup>.

Assim, as “*leis severas e ações contra as drogas ilegais*” desenvolvidas para coibir estes comportamentos acabaram por gerar um veloz crescimento da população carcerária dos EUA:

Ellos no desafían, como describía Gusfield, pero sí es ofensivo su estilo de vida. No sólo son justificados el hedonismo deplorado y los defectos sociales, sino que también, y bastante concretamente, un amplio segmento de la población no productiva es firmemente ubicado tras de los barrotes. Gran parte del - increíblemente veloz - incremento de la población carcelaria de los EE.UU. es consecuencia de las estrictas leyes y acciones contra las

<sup>164</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p. 63. Grifos acrescentados.

<sup>165</sup> CHRISTIE, Nils, op. cit., p.157.

drogas ilegales. Gran parte de las severas tensiones en las prisiones europeas se deben a la misma guerra contra las drogas.<sup>166</sup>

Rosa del Olmo destaca a relação simbiótica que passa a se desenvolver entre os discursos jurídico e médico, a qual já mencionamos antes. Nos EUA se delineou uma situação tal que, a despeito de diferenciar usuário e traficante (a partir dos estereótipos do doente e do criminoso, respectivamente), o Estado permitia, em certos casos, que o tratamento dispensado a eles fosse idêntico (vez que o primeiro podia optar pelo tratamento médico, a reabilitação ou a prisão – única via para os traficantes):

É por isso, por exemplo, que em fevereiro de 1966 se aprovaria nos Estados Unidos o *Narcotic Addict Rehabilitation Act* pelo qual, por lei (*discurso jurídico*), se permite ao consumidor optar por uma sanção civil, ou seja, escolher entre o tratamento e a reabilitação ou a prisão. Isto é, o *discurso jurídico reforça o discurso médico*, que por sua vez estava adquirindo importância desde 1963 quando, por lei, o *Instituto Nacional de Saúde Mental* lhe destinou um papel fundamental na solução dos problemas sociais do país. Assim se difundiria o *estereótipo da dependência* para o consumidor, com o qual se inicia a experiência com diferentes tipos de tratamento ao longo da década.<sup>167</sup>

São promovidas, neste período, as primeiras experiências oficiais com comunidades terapêuticas. Embora pretendessem escapar à lógica repressiva do sistema penal e do tratamento dispendido ao traficante, através de concepções “clínico-comunitárias” ou sectárias (no sentido literal do termo, remetente à “seita”), na prática muitas segregavam os usuários e/ou aplicavam punições e castigos metodicamente aos internos (*punishment cure*)<sup>168</sup>.

Foram experimentados outros modelos de tratamento, como a aplicação de drogas para contornar a dependência química (no caso, administrava-se metadona para usuários de heroína), ou, ainda, métodos de reabilitação para “resgatar o viciado e torná-lo como os demais”<sup>169</sup> – discurso este que, em verdade, revela muito do *estereótipo moral* que se coligava ao discurso médico:

O importante seria o tratamento, não tanto o tipo. Também se incorporaria a discussão sobre drogas às escolas como tema obrigatório de saúde mental,

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.35.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

“para educar os inocentes”. Todos os problemas da época eram atribuídos à droga, especialmente quando se tratava de jovens.<sup>170</sup>

Aproxima-se o final da década de sessenta, acirrando mais ainda os discursos punitivistas sobre o comércio e consumo de drogas ilícitas. A perspectiva criminalizante se intensifica, e os EUA começam a diversificar e especializar seu aparato burocrático/repressivo, demonstrando que, ao contrário da década passada, a droga agora desfrutava de considerável importância econômica e política.

Himmelstein ressalta essa ascensão da perspectiva repressiva, assim como do estereótipo criminoso. Como o autor evidencia, “*up through the early 1960s, the FBN’s annual reports continued to list spectacular examples of marihuana crimes and, even as late as 1966, the Bureau stressed the violence theme*”<sup>171</sup>.

Assim, a partir do discurso jurídico – e da criminalização que implica –, busca-se reforçar o aparelho estatal repressivo, bem como especializar as agências do sistema penal:

Às vésperas das eleições, no final da década, se enfatizariam as campanhas da “lei e ordem”, com planos de reorganização e criação de novos escritórios governamentais para controlar o problema, como, por exemplo, o novo *Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs*, dentro do Departamento de Justiça, a partir de abril de 1968. **Tudo reforçando, ao mesmo tempo, o estereótipo criminoso para o traficante.**<sup>172</sup>

A droga e seus protagonistas, afirma Rosa del Olmo, haviam se modificado. O consumo de substâncias tóxicas passou a ser encarado pelos próprios usuários - em consonância ao que Salo de Carvalho identifica como “*posturas reivindicatórias e libertárias*” – como um modo de contestar a ordem vigente nos países capitalistas avançados (por exemplo, os EUA).

O aumento do uso de drogas nas camadas médias estadunidenses repercutiu em novos discursos sobre os seus efeitos. Em outras palavras, a partir do momento em que o consumo de determinadas drogas deixou de ser adstrito a grupos marginalizados, o discurso sobre o seus efeitos consequentemente se alterou. Mais uma vez, a maconha é um exemplo dos mais didáticos.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> HIMMELSTEIN, Jerome L., op cit., p.20.

<sup>172</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.35.

Antes associada aos imigrantes mexicanos, a maconha representava um catalisador dos instintos mais violentos e praticamente dirigia seus consumidores à prática de crimes. Era, como já dito, a *killer weed*:

Mexican laborers were often perceived as “criminal types”, noted for carrying knives and being drunk and disorderly; marihuana was clearly associated with Mexican laborers. As a result, marihuana also became associated with violence. It became a Killer Weed.<sup>173</sup>

Ao menos esse era o discurso reproduzido exaustivamente pelo FBN havia décadas, reforçando o estereótipo criminal que recaía sobre a maconha e seus usuários.

O FBN teve sucesso em dominar o debate público sobre as drogas, em especial a maconha, por várias décadas graças a condições sociais específicas. Antes da década de sessenta a maconha era considerada insignificante, e nenhum grupo organizado possuía qualquer interesse no trato com a droga<sup>174</sup>.

Além disso, seus usuários eram, ao menos até o momento, marginalizados e pouco numerosos. Quase ninguém conhecia ou sabia algo sobre a maconha, ou sequer possuía interesse nela. A população mal sabia o seu nome e dispunha de escassas fontes de informação sobre drogas para além do próprio Bureau. Isso até meados da década de sessenta, quando o consumo da maconha explode.

Além de difundir os estereótipos sobre as mais diversas drogas no debate público – com relevo, a maconha neste momento histórico -, o FBN alimentava suposições como o de que o consumo de *marihuana* levaria ao uso de drogas “mais pesadas”:

The public image of marihuana from the mid-1930s through the early 1960s was largely what the Bureau dictated; those who wrote or talked about the drug relied heavily on the Bureau and its sources. The Bureau dominated the Congressional hearings on the Marihuana Tax Act; it presented the bulk of the testimony, sponsored most of the other significant witnesses, and submitted most of the accompanying materials. (...) The Bureau’s dominance continued through the 1940s and 1950s and even into the 1960s. Its rejection of the findings of the 1945 LaGuardia Report, which again questioned the dangers of marihuana, was generally accepted. Its new claim that marihuana led to the use of harder drugs, first voiced in its 1949 report, gained common-sense quickly. In hearings on the Boggs Act (to

<sup>173</sup> HIMMELSTEIN, Jerome L., op. cit., p.22.

<sup>174</sup> Ibidem, p.26.

increase penalties for narcotic offenses) two years later, it was already regarded as a “tragically familiar story”.<sup>175</sup>

Usamos aqui o exemplo da maconha para ilustrar os perigos de se totalizar e centralizar o debate sobre questões políticas, tais quais o consumo e a criminalização de drogas, a partir de um único interlocutor. Esse “monopólio” da verdade tornava invisível o caráter ideológico de determinadas assertivas sobre as drogas e seus efeitos – algo que, hoje, conseguimos perceber mais nitidamente.

Já dissemos como o discurso do FBN sobre a maconha associava seu consumo à prática de crimes e condutas violentas – *“violence was not simply quantitatively predominant; it also was central to the images of user and drug and thus provided a framework for the entire discussion”*<sup>176</sup>.

Passados alguns anos, com a gradual expansão do debate público sobre as drogas para outros participantes, o discurso sobre os efeitos da maconha se modificaria diametralmente – a ponto de comparar, pasmem, os efeitos da maconha aos do ópio. Falava-se da “síndrome amotivacional” e da “letargia”, o oposto da irracionalidade violenta que o FBN atribuía ao consumo da erva:

To an extent, the Killer Weed image was replaced by the belief that marihuana was not an especially dangerous drug in any respect. For many, though, what changed was not the *degree* of danger, but the *kind*. The most common claim now was that marihuana use destroyed ambition and initiative, undermined the effort to cope with the world, and facilitated withdrawal from reality. It led, in the National Commission’s words to “lethargy, instability, social deterioration, a loss of interest in virtually all activities other than drug use”. (...) It was now a Drop-out Drug; it caused a *failure of achievement*, or in common parlance, an *amotivational syndrome*.<sup>177</sup>

A alteração radical do discurso sobre a maconha indicava, em um primeiro plano, *“the demise of the FBN’s dominance of public discussion, the increase in middle-class use, and the emergence of marihuana as a symbol of the Counterculture”*<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> Ibidem, p.20.

<sup>176</sup> Ibidem, p.21.

<sup>177</sup> Ibidem, p.27.

<sup>178</sup> Ibidem, p.30.

Noutro prisma - extremamente importante em termos de política criminal -, denunciava o caráter histórico, social, político e ideológico dos discursos sobre as drogas.

Segundo Himmelstein, é possível concluir que a aceitação de um discurso pela opinião pública não necessariamente está associada à sua veracidade – e nem pode presumi-la automaticamente. Ainda, evidencia que mesmo as crenças mais naturalizadas e aceitas podem ser (e geralmente são) tanto *historicamente* variáveis quanto *socialmente* condicionadas<sup>179</sup>.

Ocorre, portanto, que o consumo de drogas aumentou vertiginosamente no período, sendo associado à contracultura e a comportamentos contestatórios ou meramente improdutivos (como a síndrome amotivacional).

O pânico, com a expansão do debate público, igualmente aumenta, assim como os discursos alarmistas, principalmente face o consumo de drogas pelos “bons moços” de classe média. Assim, conclui Del Olmo, “*não é estranho então que se comesse a falar da droga, em matéria de segurança, como o inimigo interno*”<sup>180</sup>.

Nos anos setenta a heroína se tornou, conforme denominou o presidente estadunidense Richard Nixon, “o primeiro inimigo público não econômico” dos EUA, e passou a ser referenciada como causa de “perturbação social” – principalmente entre os jovens de classe média<sup>181</sup>.

Para Del Olmo, entretanto, a questão central quanto à heroína seria a “*sua grande produção, com a cumplicidade dos governos do Sudeste Asiático e sua comercialização por parte do crime organizado*”<sup>182</sup>. O discurso do governo norte-americano seguia outro viés:

Só enfatizava o consumo como preocupação fundamental e assim continuava com o *discurso médico* e o *estereótipo da dependência*. Qualificar a heroína de “inimigo público” permitia iniciar o *discurso político* para que a droga comesse a ser percebida como ameaça à ordem.<sup>183</sup>

Mirava-se, ao mesmo tempo, para um inimigo interno: o (alegado) aumento da criminalidade para manter o vício. A resposta para este fenômeno se desenvolveu a partir do *estereótipo da dependência*: foram criados *programas de*

<sup>179</sup> Ibidem, p.35.

<sup>180</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.36.

<sup>181</sup> Ibidem, p.39.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.



*manutenção da metadona, “uma forma indireta de legalizar e controlar o vício da heroína, mas não de curar o vício”*<sup>184</sup>.

Em verdade, o que essa política concretamente possibilitou foi a substituição de uma droga ilícita por uma legal – com um potencial de causar dependência igual ou superior ao da heroína. Mais que isso, “*terminou criando também o mercado ilegal da metadona*”.

Esta última constatação demonstra que, mesmo com a mais estrita das regulamentações (ou talvez em função delas, diriam os mais liberais), mercados paralelos de drogas se estabelecem, em alguma medida. Por evidente, havendo uma demanda volumosa por um produto qualquer, no capitalismo, haverá alguma oferta correspondente (que opere licitamente ou não).

A demanda por drogas lícitas e ilícitas aparentava estar em alta no período em análise, o que reforçou, de diversas formas, o estereótipo da dependência:

Nesses momentos [do aumento do número de consumidores de drogas diversas, bem como do pânico moral que se espalhava pela opinião pública] o discurso não se vincula a substâncias específicas, mas à classe social e à idade. Fala-se do consumo dos jovens em termos de *dependência* e aos programas educativos sobre o tema se incorpora o álcool, que vinha sendo estudado por vários comitês do Congresso dos Estados Unidos junto com as drogas proibidas desde 1971. Definia-se que todo jovem da classe trabalhadora que consumisse qualquer tipo de droga – proibida ou permitida – *era um dependente*, e, portanto, devia ser sujeito a tratamento. Nixon, em sua segunda Mensagem ao Congresso em 1971, assinalou o seguinte: “O problema das drogas atingiu dimensões de emergência nacional que aflige o corpo e a alma da América”.<sup>185</sup>

Ao passo que o consumo de drogas explicitava o *inimigo interno*, agora combatido pelo discurso médico e o estereótipo da dependência, inicia-se uma discussão fundamental para o desenvolvimento do projeto de expansão global da influência estadunidense que viria a se chamar “*war on drugs*”: a existência de *inimigos externos*.

Identificado particularmente com o tráfico, conceber um inimigo externo “*era a forma de responsabilizar pelo consumo de drogas no “Mundo Livre” um país então inimigo; discurso que se difundiria rapidamente em outros países na mesma época com grande intensidade*”<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Ibidem, ps.42-43.

<sup>186</sup> Ibidem, p.41.

Internamente, os EUA passaram a adotar diversas medidas e estratégias que possibilitassem intervenções internacionais – respaldadas, entretanto, em normativas jurídicas internacionais que facilitassem tais ações. Daí advém a aprovação do *Convênio Sobre Substâncias Psicotrópicas em 1971* e do *Protocolo de 1972* que modificava a *Convenção Única Sobre Estupefacientes* de 1961, de modo a tornar ilegais outras substâncias (as anfetaminas, por exemplo)<sup>187</sup>.

Pode parecer absurdo atribuir aos EUA a responsabilidade por orquestrar essa conjunção internacional de esforços para criminalizar determinadas drogas e condutas – algo que já se percebia na década de 1960, ainda que em outra proporção -, mas houve, de fato e novamente, direta responsabilidade estadunidense:

Nesse momento [1971], o vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush – depois um dos principais dirigentes da campanha antidrogas do presidente Reagan -, era representante na ONU dos Estados Unidos e conseguiu que 104 países ratificassem a nova normativa. Curiosamente, porém, apenas em 1980 os Estados Unidos a ratificaram.<sup>188</sup>

Os EUA, no mesmo período, editariam uma série de leis bastante severas visando reforçar a criminalização sobre o tráfico de drogas e, também, o consumo de drogas. Rosa del Olmo destaca alguns exemplos de tais leis, tais quais o *Comprehensive Drug Abuse Prevention and Control Act*, o *Controlled Substances Act*, o *Racketeer Influenced and Corrupt Organization Statute*, e o *Continuing Criminal Enterprise Statute*.

Visando assegurar que estes dispositivos legais seriam eficazes e efetivamente aplicados, o governo estadunidense reforçou o já estabelecido quadro burocrático institucional especializado em drogas do sistema penal com a criação da *Drug Enforcement Agency* em 1973 (posteriormente *Drug Enforcement Administration*), ou DEA.

A DEA serviu de inspiração para diversos departamentos de polícia judiciária em países latino-americanos, reforçando o discurso da droga como inimiga da ordem e preocupação do sistema penal. Era ligada ao Departamento de Justiça, e unificava “vários escritórios federais criados anteriormente para converter-se no

---

<sup>187</sup> Ibidem, p.43.

<sup>188</sup> Idem.

*organismo responsável pela coordenação e implementação das funções de informação e investigação relacionadas com a repressão às drogas ilícitas*<sup>189</sup>.

Aproximando-se a década de oitenta, os Estados Unidos se viram confrontados por contundentes problemas econômicos e políticos (crise energética, do dólar, inflação, desemprego, e até a revolução sandinista na Nicarágua, que ameaçava sua dominação e confrontava sua política externa, marcada pela Guerra Fria)<sup>190</sup>. Tudo isso repercutiria, por evidente, no discurso sobre a droga e seus atores, ainda marcado sobre o signo do *inimigo* (interno e externo).

Além disso, no início da década de oitenta os EUA contabilizavam os maiores índices de consumo de drogas de sua história (em especial de maconha e cocaína). Nesse contexto de crise e instabilidade, o consumidor passou gradualmente a deixar de ser considerado “doente” para ser encarado como “*cliente [do tráfico] e consumidor de substâncias ilícitas*”<sup>191</sup>.

Esta conclusão é ofertada por Del Olmo, que afirma que mesmo os especialistas sobre o discurso médico passam a colocar os aspectos econômico e político da droga em primeiro plano. Citando um famoso psiquiatra estadunidense à época, a criminóloga venezuelana mostra como a mortalidade decorrente do uso de cocaína passa a ser inferiorizada diante do impacto dos “*bilhões de cocadólares nas nações produtoras e consumidoras, que produz um nível de corrupção, violência e desmoralização que prejudica a todos*”<sup>192</sup>.

As atenções voltaram-se à *droga procedente do exterior*, e muito se formulou a respeito dos “*aspectos econômicos e políticos do tráfico de cocaína*”. Com discursos políticos de austeridade econômica ganhando força no período, nada mais natural que aspectos de tais ordens pautassem a repressão à droga ilícita:

(...) com relação ao aspecto econômico da droga, é significativo que já em 1980 “o DEA havia detectado importantes fugas de capital em direção a contas bancárias situadas fora dos Estados Unidos no valor de mais de 2 bilhões de dólares acumulados por vendas de cocaína e maconha. Comprovou-se igualmente na época que 31 dos 250 bancos de Miami haviam sido cúmplices das fugas e que cinco deles eram propriedades de “narcotraficantes”, que enviavam seu dinheiro à Suíça, Panamá, Bahamas e

---

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Ibidem, p.55.

<sup>191</sup> Idem, p.55.

<sup>192</sup> Ibidem, ps.56-57.

outros locais para ser lavado e introduzido novamente nos Estados Unidos através de investimentos legais.<sup>193</sup>

A preocupação econômica sobre a droga aumenta em proporção correlata à crise que os EUA enfrentavam, e no governo do presidente Ronald Reagan, um dos aventadores do neoliberalismo, a *economia subterrânea* passa a ser monitorada com afinco. A “*indústria da droga*” vira objeto de análise financeira, e as especulações sobre a sua rentabilidade – expressa em *cocadólares* – florescem.

Para que se tenha ideia, o *Comitê Econômico Conjunto* da administração Reagan divulgou informe em 1983 apontando que a economia subterrânea dos Estados Unidos “sonegava 222 bilhões de dólares” do Imposto de Renda, algo equivalente a 7,5% do Produto Interno Bruto estadunidense<sup>194</sup>.

Os números, num contexto de crise econômica, eram bastante impressionantes: “*apenas o negócio das drogas é estimado em mais de 100 bilhões de dólares dentro dos Estados Unidos, o que equivale a 10% da produção industrial do país*”<sup>195</sup>.

O problema com o tráfico de drogas, portanto, era a circulação de milhões de dólares livres de impostos que promovia, inclusive para fora dos Estados Unidos. As sugestões de combate ao tráfico, neste período, evidenciavam a importância política e econômica que conquistou tal criminalidade: “*espera-se que o Congresso emende nossas leis bancárias, de impostos, etc., para impedir ao máximo a mobilidade dos lucros dos traficantes*”<sup>196</sup>.

Os EUA modificam, portanto, sua estratégia de repressão ao tráfico – “*as drogas produzidas no exterior não deviam chegar aos Estados Unidos, nem tampouco sair do país de acordo com a política econômica protecionista da nova Administração*”<sup>197</sup>.

Fazemos aqui um breve salto cronológico apenas para ilustrar um dos aspectos econômicos que a repressão às drogas assumiria nos EUA: em 1984 foi aprovado o Comprehensive Crime Control Act, “*que permitia o confisco das*

---

<sup>193</sup> Ibidem, ps.55-56.

<sup>194</sup> Ibidem, p.57.

<sup>195</sup> Idem, p.57.

<sup>196</sup> Ibidem, p.56.

<sup>197</sup> Ibidem, p.58.

*propriedades e do dinheiro provenientes do tráfico*<sup>198</sup>. Para os padrões estadunidenses, confisco é uma medida bastante radical.

Defendia-se a necessidade, imperiosa, de controlar a economia subterrânea além das fronteiras dos Estados Unidos, e “*surge assim, para sua legitimação, o discurso jurídico transnacional*”:

Ao examinar o discurso jurídico transnacional que se desenvolve, a primeira coisa que se observa é a ratificação por parte dos Estados Unidos, em 1980, da CUE/1961, da ONU, assim como do CSP/1971. Não se poderia implementar este novo discurso se não se acolhia, como o haviam feito há vários anos mais de 100 países, a normativa internacional.<sup>199</sup>

Aos poucos, dada a centralidade da cocaína na *economia subterrânea* da droga que os EUA buscaram combater, foi se criando o *estereótipo criminoso latino-americano*, “*produto não apenas do discurso jurídico, mas também do discurso dos meios de comunicação*”<sup>200</sup>.

A responsabilidade pelo tráfico de drogas nos EUA passou a ser associado aos imigrantes da América Latina no país, com destaque para a associação dos colombianos ao tráfico de cocaína (“*ocultando deste modo o caráter transnacional do negócio da cocaína no mundo contemporâneo*”).

A América Latina passa a ser o foco da política transnacional de enfrentamento ao tráfico de drogas, encabeçada pelos EUA, o que teve repercussões de diversas ordens nos diversos países latino-americanos (de início, e especialmente, a Colômbia): inaugurava-se no governo Reagan a famigerada *war on drugs*, a guerra contra as drogas, que respaldou intervenções militares e extermínios em nome do combate ao *inimigo* representado pelo tráfico – ou melhor, o traficante.

O intervencionismo ganhou força, principalmente sob a forma de intervenção militar. Camuflando diversos interesses simultâneos, os EUA transformaram a guerra contra as drogas em uma tática de controle e vigilância sobre as demais nações (latino)americanas, ao mesmo tempo em que pauta o extermínio dos traficantes e a assunção de uma racionalidade bélica pelos países em que exerce sua influência:

---

<sup>198</sup> Ibidem, p.63.

<sup>199</sup> Ibidem, ps.58-59.

<sup>200</sup> Ibidem, ps.59.

**Nos últimos anos, o pretexto de dar combate ao narcotráfico tem encoberto verdadeiras invasões de certos países da América Latina por forças americanas.** Deixando de lado a sistemática de combater o tráfico através do fornecimento de verbas e condições materiais a grupos independentes e governos aliados, o governo americano tem agora uma frota de aviões e helicópteros para atuar diretamente na América Latina. Esse esquadrão foi organizado com a finalidade de realizar ataques a laboratórios de cocaína e pistas de aterrissagem supostamente utilizadas por traficantes da região andina. Outra estratégia, a de pulverizar com inseticida as plantações de coca da região, tem sido denunciada por entidades ambientalistas (apud Folha de S. Paulo - 13/10/1988). **As possibilidades que isso abre à ingerência estrangeira em áreas marcadas por conflitos sociais e políticos são imensas, ameaçando seriamente a soberania dos países da América Latina.**<sup>201</sup>

Encerramos este apanhado histórico mais amplo para então - e finalmente - discutir os efeitos da *guerra às drogas* na América Latina e a lógica do inimigo que conformava.

### 3.4 GUERRA ÀS DROGAS NA AMÉRICA LATINA

Aqui nos aproximamos, finalmente, do que interessa de fato para o presente trabalho: *os modos pelos quais esses discursos incubados no norte da América se difundiram, e ganharam feições particulares, pela América Latina.*

Em 1970 foi lançada uma campanha de combate às drogas em diversos países da América Latina, com conteúdo bastante similar em todos. Este conteúdo consistia de discursos e ideários importados dos EUA mediante suas embaixadas, provavelmente com o intuito “*de incorporar os países da América Latina no processo antidrogas de uma maneira mais do que simbólica*”<sup>202</sup>.

Ocorre, evidentemente, que apesar de processos globalizantes incipientes, as realidades dos países latino-americanos em questão eram absolutamente distintas à dos EUA – tanto em forma quanto magnitude, demarca Del Olmo<sup>203</sup>.

Apesar disso, alguns dos Estados latino-americanos ratificaram a *Convenção Única Sobre Estupefacientes de 1961* da ONU, modificando então seus ordenamentos jurídicos e assim introduzindo neles o *discurso médico-jurídico*:

<sup>201</sup> MAC RAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias.** Salvador: EDUFBA, 2004, ps.122-123.

<sup>202</sup> OLMO, Rosa del, op. cit., p.37.

<sup>203</sup> Idem.

A Venezuela, por exemplo, modificaria seu *Código Penal* para aumentar as penas; **o Brasil promulgaria o decreto-lei n.159 em 1967, em cujo título de se fala de “substâncias que produzam dependência”**.<sup>204</sup>

Uma das várias demonstrações das diferenças existentes entre o contexto estadunidense e os dos países latino-americanos era perceptível a partir das consequências da ideologia da diferenciação; na América Latina, “a concepção do consumidor como ‘doente’ teria consequências distintas” em comparação aos EUA:

Se o que se pretendia nos Estados Unidos com esta separação entre “delinquente” e “doente” era aliviar o consumidor da pena de prisão, nos países periféricos, sem os serviços de assistência para tratamento dos países do centro, o consumidor se converteria em inimputável penalmente. Na prática significou que o consumidor era privado de liberdade e da capacidade de escolha ou vontade, e, portanto, sujeito a um controle muito mais forte.<sup>205</sup>

Não por acaso, com a ratificação da Convenção Única sobre Estupefacientes de 1961 da ONU por parte dos países latino-americanos e com as campanhas anti-drogas coordenadas pelas embaixadas dos EUA na região, observa-se de maneira simultânea a regulação do *discurso jurídico* sobre as drogas na América Latina a partir do início da década de setenta.

A primeira medida nesse sentido foi precisamente a produção legislativa pelos Estados signatários de modo a compatibilizar seus ordenamentos às sugestões da referida Convenção.

O Brasil editou neste período sua primeira lei antitóxicos, a Lei n. 5.726 de 1971, que teria seus dispositivos revogados cinco anos depois pela Lei 6.368 de 1976. Esta última, por sua vez, foi revogada expressamente pela atual Lei de Drogas brasileira, a Lei 11.343 de 2006. Sem maiores atropelos cronológicos, eis um apanhado de leis produzidas por países latino-americanos no início da década de 1970:

O primeiro país foi o Equador, em 1970, com sua lei n.366 de *Controle e Fiscalização do Tráfico de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas*, **seguido pelo Brasil com sua lei n.5.726 ou lei Antitóxicos de 1971**; em seguida o Paraguai e a Costa Rica em 1972, e nesse mesmo ano o Peru aprova seu decreto lei n.19.505; em 1973 a Bolívia com seu decreto

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Idem.

n.11.245 ou *Lei Nacional de Controle de Substâncias Perigosas*; o Chile com sua lei 17.934 para reprimir o tráfico, e o México sanciona o *Código Sanitário dos Estados Unidos Mexicanos*; Colômbia, Uruguai, Argentina e Jamaica promulgam suas leis sobre estupefacientes em 1974; a República Dominicana em 1875, a *Lei 168*; a Venezuela elabora um anteprojeto em 1974, que não foi nem sequer discutido, porque ocorreu aos legisladores incluí-lo na regulamentação sobre álcool e tabaco.<sup>206</sup>

É no início dos anos setenta, também, que se inicia o “pânico” em torno da droga nos países da América Latina, fundamentalmente através dos *discursos dos meios de comunicação*.

Del Olmo aponta para mais um ruído que a transnacionalização do combate às drogas intentado pelos EUA criou ao ser implantado mecanicamente nos países latino-americanos: “*em muitas ocasiões se misturavam de maneira incoerente os diversos estereótipos da droga, surgidos numa sociedade totalmente distinta, como a norte-americana*”<sup>207</sup>.

A venezuelana pontua também que “*os resultados foram desastrosos porque estavam sendo importados, e sendo impostos, discursos alheios que não levavam em conta nem a diferença entre as drogas, nem entre os grupos sociais*”<sup>208</sup>.

Entretanto, isso não parecia ser problema para grande parte dos governos (ou melhor, regimes militares) latino-americanos, que enxergavam nos EUA um aliado e parceiro econômico. O contexto era fortemente marcado pela Guerra Fria, e persistiam diversas estratégias de controle político, ideológico e educacional - como as parcerias USAID, por exemplo.

O “pânico” sobre as drogas que se difundia na América Latina, conforme era de se esperar, era perpassado por critérios bastante marcados de classe, raça e idade. Estereótipos comumente reproduzidos no sistema penal e que demarcavam a seletividade com que o sistema opera passaram a encontrar correspondência nos discursos sobre as drogas:

Já se dava atenção à coca nos países produtores (especialmente a Colômbia). Entretanto, o alvo predileto dos meios de comunicação em massa era a maconha, chamada de “erva maldita” e considerada responsável pela criminalidade e a violência.

---

<sup>206</sup> Ibidem, p.45.

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> Idem.



Em um aparente paradoxo, a maconha era, ao mesmo tempo, considerada responsável pela “*síndrome amotivacional*” que gerava apatia, indiferença e improdutividade. A resposta para essa contradição é bastante simples (ainda que revele uma questão bastante complexa): o estereótipo a ser aplicado, na América Latina, dependia de quem a consumia a droga:

**Se eram os habitantes de favelas, seguramente haviam cometido um delito, porque a maconha os tornava agressivos. Se eram os “meninos de bem”, a droga os tornava apáticos. Daí que aos habitantes das favelas fosse aplicado o estereótipo criminoso e fossem condenados a severas penas de prisão por traficância, apesar de só levarem consigo um par de cigarros; em troca, os “meninos de bem”, que cultivavam a planta em sua própria casa, como aconteceu em inúmeras ocasiões, eram mandados a alguma clínica particular para em seguida serem enviados aos Estados Unidos porque eram “doentes” e seriam sujeitos a tratamento, de acordo com o discurso médico tão em moda na época nos Estados Unidos. A eles corresponderia o estereótipo da dependência.**<sup>209</sup>

Paralelamente aos esforços dos países latino-americanos em adaptar seus ordenamentos – e, conseqüentemente, seus sistemas penais – à legislação internacional sobre drogas, os Estados Unidos atuava para coordenar a política externa do país sobre a temática na América Latina.

Em 1972, o Congresso estadunidense lançou um informe denominado “*O tráfico mundial de drogas e seu impacto na segurança dos Estados Unidos*”, enviando em seguida uma missão especial de estudos à América Latina em 1973<sup>210</sup>.

O presidente estadunidense à época, Richard Nixon, sancionou a criação nesse mesmo ano do *Cabinet Committee for International Narcotic Control* (CCINC), agência destinada precisamente para articular os interesses, intervenções e esforços dos Estados Unidos no exterior (notadamente, na América Latina).

Também em 1972 seria aprovado o *Drug Abuse Office and Treatment Act*, por meio do qual se iniciou a centralização e o controle da produção de drogas no exterior<sup>211</sup>, denunciando o claro e permanente viés intervencionista do governo norte-americano (“*big stick*”). Rosa del Olmo sintetiza a interferência estadunidense a partir da década de 1970 por meio do discurso das drogas:

<sup>209</sup> Ibidem, p.47.

<sup>210</sup> Ibidem, p.44.

<sup>211</sup> Idem.

Como temos assinalado, com Nixon começou a se exportar a aplicação da lei em matéria de drogas, isto é, a legitimar o *discurso jurídico-político* e o *estereótipo político-criminoso* da droga além das fronteiras dos Estados Unidos. (...) A opinião pública seguia considerando a droga como “inimigo”, mas o critério de segurança se tornava incerto. Qualificava-se a droga de *inimigo interno* ou *inimigo externo*; tudo dependia do contexto.

Como já pincelamos no tópico anterior, o aumento do consumo e da disponibilidade de cocaína nos EUA, nesse mesmo período, atraiu a atenção do governo estadunidense, que passou a considerar o tráfico internacional crescente como “*ameaça à segurança nacional*”.

Aqui ocorre um fenômeno curioso: enquanto os meios de comunicação locais alardeavam o pânico na América Latina a partir dos eixos propagandísticos estadunidenses (conforme já mostramos), nos EUA ocorria uma inversão – a difusão de um estereótipo positivo associado ao consumo de drogas, transmitido precisamente pelo discurso dos meios de comunicação. Mais claramente:

O *discurso dos meios de comunicação* se encarregou nesses primeiros anos de estimular seu consumo ao ressaltar as virtudes de alguns dos heróis da época, assíduos consumidores, como por exemplo as estrelas do *rock*, do cinema ou esportistas famosos. **Estava-se criando um estereótipo cultural que, em vez de ser negativo como em outras épocas, apresentava agora a droga, mas muito especialmente a cocaína, como símbolo de êxito:** todos os que estavam em evidência a consumiam. Ao mesmo tempo, surgia maciçamente a indústria da “parafernália” da cocaína, anunciando nos diversos meios de comunicação tipos de colheirinhas, cigarros, balanças, etc., para facilitar seu consumo (como havia ocorrido dez anos antes com a maconha). Tudo isto contribuiu para aumentar a demanda, a qual por sua vez estimulou a produção e a organização do mercado.<sup>212</sup>

Apesar da *guerra contra as drogas* ter se consolidado como política de Estado somente no início da década de oitenta, os EUA, já em 1974, atuando através do DEA, inauguraram sua política de intervenção direta em território estrangeiro (no caso jamaicano) sob o pretexto de enfrentar o tráfico internacional (o *inimigo externo*) naquela que ficou conhecida por *Operação Bucanero*.

A premissa da operação era destruir as plantações de maconha do país, solapando sua distribuição interferindo diretamente na base da cadeia produtiva. Nada obstante, a produção de maconha aumentou, principalmente na Colômbia, de

<sup>212</sup> Ibidem, p.49. Grifos acrescentados.

tal modo que “*inclusive se discutia no final da década, nos círculos de poder de Washington e de Bogotá, a possibilidade de sua descriminalização e legalização*”<sup>213</sup>.

As interferências estadunidenses produziram, pois, efeitos não calculados (ao menos em sua maioria). A América Latina passava por processos e dinâmicas políticas, econômicas e culturais distintas dos EUA, gerando ciclos discursivos próprios:

Observa-se no final da década, na América Latina, um reinício do *discurso médico jurídico* da droga, depois de alguns anos de aparente silêncio. Desta vez dirige-se especificamente à droga cocaína. Por isso são observadas tentativas de legislar de novo, mas tendo presente fundamentalmente a droga da moda [cocaína, no período em questão].<sup>214</sup>

No mesmo ano em que assumiu a presidência dos Estados Unidos, 1981, Ronald Reagan estabeleceu aquela que viria se chamar a política de *guerra contra as drogas* (“*war on drugs*”), legitimando ações diretas de intervenção em outros países com a finalidade de coibir o tráfico de drogas. Retoricamente, afirmava-se que “*as tentativas de diminuir o uso indevido das drogas dentro dos Estados Unidos deviam ser combatidas no exterior com a ajuda dos Estados Unidos*”<sup>215</sup>:

(...) nesse mesmo ano o presidente Reagan assinou uma emenda ao *Posse Comitatus Act* para a ajuda militar, de aplicação da lei de parte de forças civis, e foi ditada a ordem executiva n. 12.333, que autoriza o Serviço de Informações dos Estados Unidos a recolher dados sobre o tráfico de drogas no exterior (...). Iniciava-se a *guerra contra as drogas* do presidente Reagan.<sup>216</sup>

Se a pretensão inicial era coibir o tráfico de cocaína – pelas razões políticas e econômicas que esmiuçamos anteriormente – o Departamento de Estado americano entendia se tratar, mesmo, de uma “*guerra contra as drogas internacionais*”<sup>217</sup>.

No ano seguinte, 1982, Reagan subscreve a “*estratégia federal contra as drogas*”, que pretendia englobar cinco pontos essenciais:

---

<sup>213</sup> Ibidem, p.50.

<sup>214</sup> Ibidem, ps.53-54.

<sup>215</sup> Ibidem, p.61.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Idem.

1. A cooperação internacional
2. A aplicação da lei
3. A educação e a prevenção
4. A desintoxicação e o tratamento
5. A investigação<sup>218</sup>

As estratégias de imposição da política externa estadunidense para expandir seu controle e influência usando o argumento do *inimigo externo* representado pelo tráfico internacional de droga se sofisticaram.

Além de estabelecer acordos bilaterais com países específicos (tal qual fizera com a Colômbia, firmando pacto de extradição), os EUA passaram a suspender, em 1983, repasses de ajuda aos países que não cooperassem com o seu programa antidrogas, formalizando tal medida com a *Emenda Gilman-Hawkins*<sup>219</sup>.

São enviadas missões de estudo a países como México, Peru, Bolívia, Colômbia e Jamaica. Retomam-se as grandes operações, visando ampliar o controle e o acesso territorial dos EUA. Para que se tenha ideia do número de ações, foram realizadas a *Operação Pez Espada* no sul da Flórida, a *Operação Trampa* no Caribe (1982), a *Operação Padrino* na Colômbia e no México (1983), a *Operação Pássaro* no Brasil e as *Operações Chihuahua* e *Hat Trick* no México e na Colômbia<sup>220</sup>.

Em meados da década de oitenta, o Grupo de Trabalho (GT) sobre drogas da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi ativado. Esse mesmo GT convocou uma reunião continental, realizada no Rio de Janeiro em 1986, chamada de *Conferência Especial Interamericana sobre Narcotráfico*<sup>221</sup>.

O perigoso (e letal) discurso do *inimigo*, associado às drogas e seus “vetores” - os “traficantes” -, começa a ser sedimentado cada vez mais na América Latina por influência dos EUA.

Os reflexos dos discursos e ações estadunidenses para difundir a sua “*war on drugs*” na América Latina, mediante propaganda, operações militares, investigações e simpósios, fizeram-se sentir na política criminal de drogas brasileira.

Pode-se dizer que no Brasil houve uma incorporação bastante intensa de tal ideologia pela mídia, pelos políticos e, mais fortemente, pelos operadores do sistema penal – principalmente a polícia militar -, já que a droga, aqui, sempre esteve

---

<sup>218</sup> Idem.

<sup>219</sup> Ibidem, p.62.

<sup>220</sup> Ibidem, ps.62-63.

<sup>221</sup> Ibidem, p.63.

associada às classes “perigosas” e a repressão aos tóxicos era um instrumental eficaz para controlá-las.

Entendemos que o Brasil já possuía uma própria política criminal para drogas, ao menos segundo o conceito amplo de política criminal ofertado por Nilo Batista, e mesmo de acordo com a definição *stricto sensu* de política criminal de drogas colocada em foco por Salo de Carvalho.

A interferência estadunidense geraria novas formas de se reprimir o tráfico, com o respaldo da legislação internacional e sob signos, fortalecidos, de ódio e pânico contra o inimigo representado pelo traficante – leitura consoante aos estereótipos trazidos pelos EUA:

Ainda sem considerar os interesses transnacionais presentes no atual modelo bélico, que assegura a presença militar americana nos países do eixo sul, em especial naqueles em cujos territórios encontra-se a Floresta Amazônica, **a atual política criminal de “combate” às drogas, longe de eliminar o comércio das substâncias consideradas entorpecentes, acaba por reforçar e concentrar o grande negócio do tráfico nas mãos dos grandes grupos econômicos e financeiros.**<sup>222</sup>

Desde estes aportes iremos, muito sucintamente, analisar a atual política criminal de drogas brasileira – ou, como Zacccone coloca, política criminal de *combate*, às drogas e seus protagonistas.

### 3.5 POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL: HISTÓRICO DE LEIS E DISCURSOS SOBRE A DROGA E SEUS PERSONAGENS

Uma brevíssima exposição da história da legislação de drogas no Brasil soa útil para contextualizar a política criminal vigente nos dias de hoje, desde que se mantenha em mente o alerta de Salo de Carvalho: todo resgate histórico é sempre arbitrário e deve ser encarado, em nossa perspectiva, como um indicador da difusão de determinados discursos no tempo e no espaço<sup>223</sup>.

<sup>222</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zacccone, op. cit., p.188.

<sup>223</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.55.

Ademais, se realizar um levantamento historiográfico sobre legislação penal já é bastante difícil, por razões metodológicas e práticas, torna-se tarefa ainda mais árdua quando o objeto é matéria político-criminal.

Sabe-se que os primeiros dispositivos a criminalizar genericamente o uso, porte e comercialização de substâncias entorpecentes no Brasil foram as Ordenações Filipinas, seguidas do Código de 1890 (o Código Penal Brasileiro do Império de 1830, anterior, sequer abordava a proibição do uso e comércio de drogas)<sup>224</sup>.

O Código Penal da República, de 1890, previa dentro do Título denominado “*Dos Crimes contra a Tranquilidade Pública*” os chamados crimes contra a saúde pública – um deles, o art.159, criminalizava as condutas de “*expor à venda, ou ministrar, substâncias venenosas sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários*”<sup>225</sup>.

É interessante correlacionar alguns dados sobre o contexto social e político da época com a edição de tais dispositivos legais, pois evidenciam interesses (políticos e econômicos), crenças, valores e medos por detrás do processo de criminalização primária – elementos integrantes de toda política criminal.

Algumas drogas eram utilizadas socialmente no Brasil havia tempos, como, por exemplo, a maconha – é defendido por vários(as) pesquisadores(as) que o hábito de fumar extratos da cannabis teria sido introduzido no país por escravos africanos *desde a colonização*<sup>226</sup>.

Passadas algumas décadas, o consumo da referida droga teria se difundido por áreas do Norte e Nordeste, sendo utilizado por “*populações indígenas, habitantes de zonas rurais e segmentos urbanos populares e marginalizados*”<sup>227</sup>. Difundiu-se por seus efeitos medicinais, estimulantes e sociais; era comum, entre tais grupos, que se estabelecessem rodas de fumo de cannabis<sup>228</sup>.

Além disso, pesquisadores(as) de religiões de matrizes africanas e de cultos afro-brasileiros apontam que era frequente o uso de maconha em rituais religiosos; o próprio Gilberto Freyre teria associado tais tradições religiosas e o uso da erva como elementos culturais de resistência à “desafricanização”.

---

<sup>224</sup> Ibidem, p.58.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> MAC RAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis, op. cit., p.19.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Idem.

Como se pode perceber, o consumo de determinadas drogas no Brasil, à época, era bastante vinculado a determinados conjuntos populacionais, havendo forte demarcação por traços étnicos, principalmente – negros, indígenas, caboclos e outros grupos marginalizados.

Comparações do gênero são bastante perigosas, mas não há como não relembrar do contexto estadunidense e a associação entre maconha e imigrantes mexicanos – a eles eram imputados estereótipos bastante depreciativos, os quais, por sua vez, estenderam-se à própria “marihuana”. O mesmo se percebeu com os imigrantes chineses e o ópio.

Retomando ao histórico da criminalização de drogas no Brasil, estes aportes sobre os grupos marginalizados - aos quais o consumo de certas drogas era associado - parecem ser pertinentes até mesmo para que se compreenda a razão de ser de certos dispositivos legais.

A seguinte passagem é extremamente elucidativa sobre os primeiros dispositivos criminalizantes do uso de drogas no Brasil bem como sobre suas racionalidades, em alguma medida:

**Embora tenha surgido no Brasil o primeiro ato legal de proibição da venda e uso da maconha no mundo ocidental – determinado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1830** - o consumo da planta só se tornou plenamente uma **questão de saúde pública** neste século [XIX]. **O Código Penal da República, em 1890**, embora proclamasse a proibição do comércio de "coisas venenosas", não fazia menção expressa à maconha (Toron, 1986:141). **Desde as primeiras décadas deste século, porém, passou-se a identificar perigo no uso da maconha praticado por estratos populares em centros urbanos, os quais, segundo Henman (1982), haviam adotado seu consumo fora dos padrões tradicionais da roda de fumantes nordestina.** Começou a cristalizar-se, entre autoridades médicas e policiais brasileiras, a associação "pobre - preto - maconheiro - marginal - bandido".<sup>229</sup>

Havia em tais leis reflexos tanto do discurso médico quanto jurídico, fortalecendo os estereótipos do doente e do criminoso, portanto. Destaque-se, ainda, o fato de que o primeiro ato legal de proibição da venda e uso da maconha no Ocidente ter sido editado no Brasil em 1830 – justamente a maconha, cuja importância social era notada entre negros, indígenas e sertanejos.

---

<sup>229</sup> Ibidem, ps.19-20.

Não parece ser coincidência, portanto, a criminalização da maconha em tal período – ainda que sua proibição expressa tenha se limitado, a princípio, no Rio de Janeiro, e não se tenha feito direta menção a ela no Código de 1890.

Entretanto, o estereótipo parecia ser bastante difundido, e a criminalização específica da maconha (a qual, como já dito, era associada à população negra e a seus costumes, sociais e religiosos) confluiu com demais dispositivos legais que criminalizavam a cultura negra em geral: *“na criminalização da cultura negra, expressa nos artigos repressivos do Código de 1890, os elementos principais são a capoeira e a expressão religiosa”*<sup>230</sup>.

Remetemos, a fins de pormenorização (e para não nos repetirmos), à parte inicial desta monografia, onde tratamos de analisar a criminalização primária e estratégia de se editar leis penais para perseguir e controlar grupos sociais.

O ponto, neste momento, é ressaltar o objetivo do programa de criminalização à época e seus alvos prioritários - algo essencial para entender o ponto de partida da política criminal de drogas no Brasil, que desde cedo atenta para grupos marginalizados como a população negra.

Imprescindível reconhecer a situação do(a) negro(a) no Brasil no período pós “abolição”:

**Até a abolição da escravatura quase a totalidade da força de trabalho rural e também boa parte da urbana era negra, presume-se, então, que o contingente de ex-escravos livres, e que foram as cidades em busca de trabalho, tenha contribuído vertiginosamente para o crescimento populacional urbano, o que deve ter assustado e muito as minorias dominantes. A criação de uma norma repressora seria alternativa em curto prazo para controlar e disciplinar este novo contingente de negros nas cidades.** Ainda nas palavras da antropóloga Letícia Reis: “podemos dizer que, a construção de um Brasil “moderno” e “civilizado”, implicava, principalmente, a eliminação do “peso” secular da herança Africana, ou seja, as elites republicanas brasileiras almejavam apagar o grande elemento social da herança africana, aqui deixada por vários séculos pela escravidão.”<sup>231</sup>

Deduzimos – talvez precipitadamente, mas não nos parece o caso – que a criminalização da produção e consumo da maconha também teve (ainda que talvez não exclusivamente) o condão de servir ao disciplinamento do contingente de pessoas negras libertas.

<sup>230</sup> SERAFIM, Jhonata Goulart, e AZEREDO, Jeferson Luiz de. **A (des)criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940**. In: Amicus Curiae, vol.6, n.6. 2009, p.02.

<sup>231</sup> Ibidem, p.07. Grifos acrescentados.



Mais que isso, buscava-se, através da criminalização dos mais diversos elementos culturais de matrizes africanas (capoeira, religiões, consumo de maconha), *purificar* o Brasil – os discursos eugenistas e civilizatório, eixos políticos de uma burguesia amedrontada e ávida por se desenvolver e se afirmar, pautavam a tônica da criminalização no Brasil.

Exemplos sobejam do caráter eugenista da (incipiente) empreitada criminalizante sobre as drogas no Brasil:

Textos da literatura internacional sobre ópio e haxixe, tanto de cientistas como Morerau de Tours, quanto de literatos "hachischin" cultuadores do decadentismo como Baudelaire e Gauthier, fomentaram a interpretação do uso da maconha como fonte de degeneração psíquica e moral e de enfraquecimento da "raça brasileira".<sup>232</sup>

A raça, portanto, era um elemento determinante para o processo criminalizante em sua totalidade – desde a produção legislativa (criminalização primária) até o aspecto seletivo do sistema penal no cotidiano (criminalização secundária).

O historiador Boris Fausto, memorado por Serafim e Azeredo, admitia a premissa de que o negro, para o sistema penal da época, assim como nos discursos de vítimas, policiais e juízes, era sinônimo de delinquente, conforme concluiu a partir da análise de “*estatísticas diversas sobre prisões, inquéritos e processos criminais, além de análise criteriosa sobre o conteúdo dos autos criminais: as partes, testemunhas, o fato tipificado*”<sup>233</sup>. Em síntese:

[Boris] Fausto justifica em sua tese, que o elemento negro não era apenas uma característica física pessoal, mas era sim um agravante na caracterização do nível de delinquência do acusado ou acusada. **Portanto, a capoeira e os rituais religiosos africanos foram criminalizados pelo primeiro código penal da República, não tanto porque estes representavam risco à sociedade, mas porque seus principais praticantes, os negros, eram vistos pela sociedade como perigosos, vagabundos, desordeiros, como bem escreveu Fausto, “na consciência coletiva, estão profundamente arraigados as associações entre o negro e o ócio, a violência, a permissividade sexual”**<sup>234</sup>

Vera Malaguti apresenta uma perspectiva diferente de Fausto no que se refere à percepção do negro e seus costumes como perigosos à sociedade. Foi

<sup>232</sup> MAC RAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis, op. cit., p.20.

<sup>233</sup> SERAFIM, Jhonata Goulart, e AZEREDO, Jeferson Luiz de, op. cit., p.07.

<sup>234</sup> Ibidem, p.08. Grifos acrescidos.

justamente em nome da manutenção de uma organização social rígida e hierarquizada, sem os distúrbios de possíveis levantes dos negros libertos, é que ditas classes subalternas passaram a ser normalizadas e controladas.

Assim, a partir do diagnóstico dessa perspectiva de defesa da ordem que vigorava à época, é que a criminóloga afirma:

**Essas alegorias, esses discursos, essas imagens produzem um arranjo estético, em que a ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas (pelos pobres de tão pretos, ou os pretos de tão pobres) produz fantasias de pânico do “caos social”.** Aparece a cidade como jardim, metáfora fundadora das “utopias urbanas retrógradas”, a necessitar de limpeza de pragas, de ervas-daninhas. Conflui para a explicação desse arranjo estético **o discurso higienista e racial que é incorporado no Brasil pós-República** “para desfazer as ilusões de igualdade política invocada na primeira constituição republicana, mirando a ‘economia étnica’ da população como desafio – chave de análise.”<sup>235</sup>

A autora, que analisou documentos diversos, principalmente excertos de jornais, na sua pesquisa sobre o medo no Rio de Janeiro (em dois tempos distintos, no século XIX e no século XX), estabelece diversas correlações entre o “medo branco”, a implementação de uma nova ordem política e econômica, e o controle das classes perigosas – consubstanciadas nos negros recém-libertos -, o que se exprimiu de várias formas na legislação penal:

O projeto de construção da ordem burguesa no país se deparou sempre com o medo da rebeldia negra. Essa vertente autoritária que se impõe no mimetismo cultural do liberalismo brasileiro propõe, contra os abolicionistas radicais, uma monarquia constitucional que garante a exclusão das massas. (...) Desde a abdicação do primeiro Pedro a agitação da malta produzia pânico na corte com sucessivas rebeliões, insurreições, levantes e revoltas. Mas o que muda na corte entre 1830 e 1870 é o que Sidney Chalhoub denomina processo de formação da cidade negra. No censo de 1849, o Rio de Janeiro tem a maior população escrava urbana das Américas. A preocupação com a segurança se traduz em todos os níveis. O medo branco faz com que o temor à insurreição seja mais sólido que a própria perspectiva da insurreição.<sup>236</sup>

Entretanto, à época em que é editado o Código Penal da República de 1890 – ou seja, segunda metade do século XIX – o disciplinamento da cidade escravista (e pós-escravista, ao menos formalmente, a partir de 1888) se tornou cada vez mais difícil.

<sup>235</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.53. Grifos acrescentados.

<sup>236</sup> Ibidem, p.36.

Segundo Malaguti, “*esta cidade imprevisível dá medo, produz o temor da mobilização contínua e as estratégias de suspeição generalizada*”; seria operando por essas lógicas que os senhores brancos, com sua paranoia da defesa da propriedade, “*principalmente a partir da grande insurreição negra do Haiti e da Revolta dos Malês*”, <sup>237</sup> defenderiam políticas autoritárias e repressivas.

Não à toa que o Código de 1890 traria tantos dispositivos criminalizando explicitamente os afro-brasileiros e seus costumes:

**Esse medo branco que aumenta com o fim da escravidão e da monarquia produz uma República excludente, intolerante e truculenta com um projeto autoritário.** Essa foi sempre a síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro, que funda a nossa República carregando dentro de si o princípio da desigualdade legítima que herdara da escravidão. **É por isso que, segundo Neder, “a eficácia das instituições de controle social se funda na capacidade de intimidação que estas são capazes de exercer sobre as classes subalternas”.** <sup>238</sup>

Estas considerações são fundamentais para se compreender a atual política criminal, em específico, a política criminal de drogas brasileira. Mais do que apenas realizar uma compilação de dispositivos legais que criminalizassem o tráfico de drogas, buscamos contextualizar a(s) lógica(s) da política criminal brasileira sobre a matéria desde então.

Como já dito, a criminalização de drogas foi explicitamente pautada no Código Penal da República de 1890, embora já em 1830 houvesse lei do estado do Rio de Janeiro proibindo o consumo e comercialização de maconha – droga claramente associada à população afro-brasileira, que foi objeto de processos criminalizantes bastante fortes no contexto da República/pós-abolição (por todos os motivos já expostos).

Parece haver forte permanência de discursos do pânico, medo e até mesmo de elementos eugenistas no que se refere à perspectiva de controle social de determinados grupos mediante a efetivação de políticas criminais:

No Rio de Janeiro do século XIX, o chefe de polícia Eusébio de Queiro apontava a escravidão como limitação à adoção de políticas mais modernas de policiamento urbano. Propõe então o confinamento dos escravos nas fazendas e o rígido controle de seus deslocamentos. Para Neder, **nem o fim da escravidão e nem a República romperam com o legado da fantasia absolutista do controle social, da obediência cadavérica. A**

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Ibidem, p.37.

**atuação da polícia nas favelas cariocas nos dias de hoje é a prova viva deste legado.**<sup>239</sup>

Salo de Carvalho ressalta que o referido art. 159 do Código Penal de 1890, o qual criminalizava o tráfico de drogas no Brasil – sujeitando o autor à pena de multa -, estava elencado junto a delitos como exercício irregular da medicina (art. 156), prática de magia e espiritismo (art. 157), curandeirismo (art. 158), do emprego de medicamentos alterados (art. 160), do envenenamento das fontes públicas (art. 161), dentre outros<sup>240</sup>.

No início do século seguinte, o aumento do consumo do ópio e do haxixe (especialmente entre intelectuais e aristocratas urbanos, afirma Carvalho) estimulou a edição de novos dispositivos sobre uso e venda de drogas. Assim, uma vez suplantado o Código Penal da República de 1890 pela Consolidação das Leis Penais de 1932, estabeleceram-se alterações substanciais quanto aos delitos contra a saúde pública.

O art. 159, que antes tratava do comércio e aplicação de “*substâncias venenosas*” de maneira não autorizada, teve seu *caput* modificado – o termo substantivo passou a ser “*substâncias entorpecentes*” - e lhe foram acrescentados doze parágrafos. Ademais, à pena anterior – multa, apenas – foi acrescentada a de prisão celular<sup>241</sup>. Face à essas e outras alterações, que complexificaram a disciplina penal referente às drogas, é que Carvalho diagnosticaria:

A pluralidade de verbos nas incriminações, a substituição do termo substâncias venenosas por substâncias entorpecentes, a previsão de penas carcerárias e a determinação das formalidades de venda e subministração ao Departamento Nacional de Saúde Pública passam a delinear novo modelo de gestão repressiva, o qual encontrara nos Decretos 780/36 e 2.953/38 o primeiro *grande impulso* na luta contra as drogas no Brasil.<sup>242</sup>

Salo de Carvalho entende que, a despeito de serem encontrados esparsos diplomas legais de criminalização das drogas em períodos anteriores, “*somente a partir da década de 40 é que se pode verificar o surgimento de política proibicionista sistematizada*”<sup>243</sup>. De maneira mais clara:

<sup>239</sup> Ibidem, p.32. Grifos acrescentados.

<sup>240</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.58.

<sup>241</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.59.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> Idem.

Diferentemente da criminalização esparsa, a qual apenas indica preocupação episódica com determinada situação, **nota-se que as políticas de controle (das drogas) são estruturadas com a criação de sistemas punitivos autônomos que apresentam relativa coerência discursiva**, isto é, modelos criados objetivando demandas específicas e com processos de seleção (criminalização primária) e incidência dos aparatos repressivos (criminalização secundária) regulados com independência de outros tipos de delito. **No caso da política criminal de drogas no Brasil, a formação do sistema repressivo ocorre quando da autonomização das leis criminalizadoras (Decretos 780/36 e 2.953/38) e o ingresso do país no modelo internacional de controle (Decreto-Lei 891/38). A edição do Decreto-Lei 891/38, elaborado de acordo com as disposições da Convenção de Genebra de 1936, regulamenta as questões relativas à produção, ao tráfico e ao consúo, e, ao cumprir as recomendações partilhadas, proíbe inúmeras substâncias consideradas entorpecentes.**<sup>244</sup>

Embora concordemos com a análise de Carvalho, sobre o caráter “sistêmico” das políticas de controle das drogas – que se autonomizam e apresentam uma coerência discursiva mínima -, não podemos deixar de apontar uma dúvida no que se refere à “criminalização esparsa” e sua alegada falta de caráter programático.

No caso da proibição da maconha, em específico, não nos parece se tratar de mera preocupação episódica, mas sim de uma medida conjunta à diversos outros dispositivos criminalizadores que visavam disciplinar/docilizar/civilizar a população negra e reprimir suas manifestações culturais, sociais e religiosas.

Relembramos aqui o Decreto de 1830 no Rio de Janeiro, que tornava prescrito o consumo e uso de maconha, associando-o às posteriores criminalizações da capoeira e religiões de matrizes africanas no Código de 1890.

Ademais, a própria noção de classes perigosas à época, aliada ao “medo branco” que Vera Malaguti muito bem analisou, nos fazem indagar sobre o caráter “episódico” de tal proibição. Até mesmo Gilberto Freyre tratou de enfocar o consumo de maconha à época como uma forma de resistência do povo negro contra a “desafricanização”.

Sob esta perspectiva, ao menos este dispositivo de 1830, supostamente o primeiro no mundo ocidental a tornar proscrita a maconha, parece transcender uma preocupação pontual, portanto, e passaria a representar uma dentre várias outras medidas de controle social de classes perigosas (no caso, a população negra) – algo que já tratamos com mais afinco anteriormente e evitaremos repetir aqui.

<sup>244</sup> Ibidem, ps.59-60. Grifos acrescentados.

De todo modo, é uma mera suposição que mereceria um estudo muito mais detido, responsável e aprofundado que a mera conjectura aqui apresentada; não ousamos afirmar nada categoricamente nesta simples e falha monografia.

A perspectiva de Carvalho, por sua vez, é extremamente sólida, muito bem fundamentada, e a tomamos por premissa, principalmente no que se refere aos elementos necessários para a caracterização de uma política criminal *de fato* sobre as drogas, o que só teria ocorrido concretamente deste período em diante.

Chegamos à década de 1940, quando o Código Penal brasileiro é editado e passa a vigorar pelo Decreto-Lei 2.848/40. A matéria penal referente às drogas passa a encontrar guarida essencialmente no art.281 do respectivo *códex*, sendo renomeada sob a epígrafe de “*comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes*”<sup>245</sup>. O *caput* do respectivo artigo trazia diversos verbos-núcleo:

Art. 281 - Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar ao consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

O Código Penal conservava a pretensão, já observada na Consolidação das Leis Penais da década de 30, de assegurar a coesão entre “as hipóteses de criminalização junto às regras gerais de interpretação e de aplicação da lei codificada”<sup>246</sup>.

Mas, conforme ressalta Carvalho, a edição de outros dispositivos legais (como o Decreto-Lei 4.720/41, que tratava do cultivo, e a Lei 4.451/64, que modificava o art.281 para nele incluir o verbo-núcleo “plantar”) demarcou um processo de descodificação “cujas consequências serão drásticas para o (des)controle da sistematicidade da matéria criminal (dogmática jurídico-penal)”<sup>247</sup>.

Mais adiante, o Brasil ingressaria no cenário internacional do combate às drogas com a aprovação e promulgação da CUE/1961 da ONU, cuja recepção no ordenamento jurídico pátrio se deu através do Decreto 54.216/64, assinado por Castello Branco em plena ditadura militar<sup>248</sup>.

---

<sup>245</sup> Ibidem, p.60.

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Ibidem, p.61.

<sup>248</sup> Ibidem, ps.61-62.

Mais adiante é editado o Decreto-Lei 159/67, “*que iguala aos entorpecentes as substâncias capazes de determinar dependência física e/ou psíquica*”<sup>249</sup>. Entretanto, uma alteração realmente polêmica e substancial do Código Penal sobre a matéria foi assegurada pelo Decreto-Lei 358/68.

Até o momento, o art. 281 do Código Penal somente punia o “*comerciante de drogas*” (i.e. o “*traficante*”), perspectiva defendida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – o qual entendia que tal dispositivo não incluía os consumidores. Era a consubstanciação da ideologia da diferenciação na política criminal de drogas brasileira.

Entretanto, o Decreto-Lei 358/68 modificou o art. 281 do Código Penal precisamente para criminalizar o usuário com pena idêntica à imposta ao traficante, mediante a inclusão de novo parágrafo, o qual estabelecia que “*nas mesmas penas incorre quem ilegalmente: traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica*”.

Salo de Carvalho ressalta que esta alteração contrariou a orientação internacional e desconsiderou a própria perspectiva da diferenciação<sup>250</sup>. Foi, sem dúvida alguma, um retrocesso voltado ao âmbito de ampliação da repressão.

Três anos após a vigência do referido Decreto-Lei, a descodificação da disciplina criminal referente às drogas foi demarcada definitivamente pela edição da Lei 5.726/71, a qual “*adequa o sistema repressivo brasileiro de drogas à orientações internacionais*”<sup>251</sup>. Em detalhes:

A Lei 5.726/71 redefine as hipóteses de criminalização e modifica o rito processual, inovando na técnica de repressão aos estupefacentes. Todavia o fato de não mais considerar o dependente como criminoso escondia faceta perversa da Lei, pois continuava a identificar o usuário ao traficante, impondo pena privativa de liberdade de 01 a 06 anos.<sup>252</sup>

Conforme Salo de Carvalho evidencia, a lei 5.726/71 manteve os estereótipos da dependência e do criminoso ao fazer a associação, explicitada por Rosa del Olmo e já mencionada no presente trabalho, entre usuário e dependente, traficante e delinquente<sup>253</sup>.

---

<sup>249</sup> Ibidem, p.66.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Ibidem, p.67.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Idem.

Vera Malaguti aprofunda a análise acerca do referido diploma legal:

**A Lei 5.726 transpôs para o campo penal as cores sombrias da Lei de Segurança Nacional e a repressão sem limite que era imposta aos brasileiros, no período mais agudo da ditadura militar.** Esta lei sintetiza o espírito das primeiras campanhas de “lei e ordem” em que a droga era tratada como inimigo interno. **A construção do estereótipo (sempre com o auxílio luxuoso da imprensa) se observa no tratamento dado aos jovens estudantes envolvidos com drogas;** a suposição de que portem drogas para uso ou tráfico determina o cancelamento da matrícula escolar e os professores, os diretores e todas as pessoas físicas e jurídicas são incentivadas a delatar os “inimigos”. No artigo 24 lê-se: “considera-se serviço relevante a colaboração prestada por pessoas físicas ou jurídicas no combate ao tráfico e uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”. Esta lei é assinada por Emílio Garrastazu Médici, então Presidente da República.<sup>254</sup>

Novas alterações legais seriam concretizadas através do Decreto-Lei 358/68, que consolidará a Lei 6.368/76, e, finalmente, na atual Lei 11.343/2006. A Lei 6.368/76 estabeleceria o início do modelo jurídico-político da repressão às drogas, repressão esta que se densificou através do estabelecimento de severa punição ao traficante e ao usuário de drogas.

Carvalho ressalta que, a despeito das condutas tipificadas pela Lei 6.368/76 não serem muito distintas daquelas cominadas nos dispositivos anteriores (como o art. 281 do Código Penal, modificado pela Lei 5.726/71), haveria grande distinção precisamente na graduação das reprimendas – *“cujo efeito reflexo será a definição do modelo político-criminal configurador do estereótipo do narcotraficante”*<sup>255</sup>.

Nesse momento remetemos à seção desta monografia que destinamos à discussão da profusão do projeto de transnacionalização do combate às drogas, capitaneado pelos EUA, que foi assentado, precisamente, na racionalidade do inimigo (interno e externo), consubstanciado precisamente na figura do narcotraficante, com a esperança de que tenha servido adequadamente para contextualizar, ao menos minimamente, a análise que agora empreendemos.

Já abordamos, reivindicando a obra de Rosa del Olmo, a tentativa estadunidense de globalizar o controle penal sobre as drogas ilícitas – que desembocaria na infame *“war on drugs”*. Neste momento histórico, entretanto, reportamos ao *“processo de transferência marcado pela responsabilização de*

<sup>254</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.88.

<sup>255</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.69.



*países marginais pelo consumo interno de drogas nos EUA*<sup>256</sup>, evidenciado por Del Olmo.

Nesta dicotomia entre “mundo livre” vs. “países inimigos”, associou-se o tráfico de drogas à subversão e à periclitção da segurança internacional (traduzida no Ocidente pela segurança dos EUA). O próprio DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social da ditadura militar brasileira (claramente alinhada aos Estados Unidos), associava as drogas à subversão – a toxicomania seria “arma dos comunistas” para destruir o mundo ocidental<sup>257</sup>.

Não surpreende, portanto, que o projeto de criminalização de drogas estadunidense tenha impactado a política criminal brasileira sobre a temática, fomentando inclusive alterações legislativas que respaldassem as premissas internalizadas:

Os reflexos do projeto norte-americano incidiram diretamente nas políticas de segurança pública dos países da América Latina. Se a Lei 5.726/71 pode ser considerada reflexo dessa assertiva, com a Lei 6.368/76 o discurso jurídico-político belicista toma a dimensão de modelo oficial do repressivismo brasileiro. (...) O relatório da Resolução 116/74, embrião da Lei 6.368/76, revela a sintonia do projeto nacional ao modelo transnacionalizado na preservação do discurso médico-jurídico e na implementação normativa do discurso jurídico-político.<sup>258</sup>

Em síntese, a Lei 6.368/76 manteve a ideologia da diferenciação, permanecendo “a concretização moralizadora dos estereótipos consumidor-doente e traficante-delinquente”. Mas, mais importante para a compreensão da atual conjuntura, está na “*implementação gradual do discurso jurídico-político no plano da segurança pública*”: o traficante passa a ser encarado através do papel (político) do inimigo interno<sup>259</sup>.

O modelo jurídico-político transnacional incorporado ao Brasil na década de setenta apontava “a ideia do traficante como inimigo interno a ser eliminado pelas agências punitivas civis”. Ocorre que, no contexto da ditadura militar brasileira, já se faziam presentes postulados análogos desde a década de sessenta, quando o golpe introduziu os postulados da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>260</sup>.

---

<sup>256</sup> Ibidem, p.70.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> Ibidem, p.71.

<sup>259</sup> Ibidem, p.72.

<sup>260</sup> Ibidem, p.73.

O caráter da própria repressão à criminalidade entendida como “comum” seria afetado drasticamente, havendo uma confusão entre a repressão aos “subversivos” e aos criminosos comuns que levaria à conformação de excessos e práticas extremamente violentas pelas polícias, conforme aponta Elizabeth Leeds em sua análise sobre a cocaína nas favelas cariocas nas últimas décadas do século XX:

The involvement of the Polícia Militar in a “war on crime” was expanded further in a 1977 amendment in the same legal guarantees that existed during the late 1960’s, “thus obliterating the boundaries between the ‘ongoing war’ against guerrillas and the control of common crime. Thus, the Brazilian state once again created a mechanism for violence by fusing common or civilian elements with political and military segments. As when the state brought together common criminals and political prisoners during the dictatorship and inadvertently helped reshape violent criminal organization into its current form, the state similarly helped create the mechanism of violent police repression by assigning a military role and *raison d’être* to a civilian police force.”<sup>261</sup>

A perspectiva que Leeds traz à tona não é, entretanto, incontroversa. O DOPS insistia, em seus documentos sobre crime organizado, tráfico e subversão, que “a esquerda” teria se infiltrado nos quadros da criminalidade comum – que, por sua vez, teriam se organizado mais e melhor -, mas Vera Malaguti discorda afirmando ser *“interessante notar que tanto os ‘bandidos’ quanto os ‘subversivos’ negam tal versão, mas ela é exposta como se fosse real”*<sup>262</sup>. Divergências à parte, essa versão é frequente na literatura e até mesmo na mídia, em filmes e documentários.

Mediante os postulados da referida Doutrina, o país passou a dispor “*de modelo repressivo militarizado centrado na lógica bélica de eliminação/neutralização de inimigos*”<sup>263</sup>, operando-se uma constante (re)adequação da lógica bélica à segurança pública e política criminal:

A estruturação da política de drogas requeria, portanto, reformulação: ao inimigo interno político (subversivo) é acrescido o inimigo interno político-criminal (traficante). Categorias como *geopolítica, bipolaridade, guerra total*, adicionadas à noção de *inimigo interno*, formatam o sistema repressivo que se origina durante o regime militar e se mantém no período pós-transição democrática.<sup>264</sup>

<sup>261</sup> LEEDS, Elizabeth. **Cocaine and Parallel Politics in the Brazilian Urban Periphery: Constraints on Local-Level Democratization**. In: Latin American Research Review, Vol. 31, No. 3. The Latin American Studies Association Stable, 1996, ps.63-64.

<sup>262</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.85.

<sup>263</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.73.

<sup>264</sup> Idem.

Permanecendo a dicotomia assegurada pela ideologia da diferenciação, falava-se em doente e inimigo – para além do mero criminoso. Uma ponderação interessante é trazida por McRae e Simões, sobre esse maniqueísmo que revolvía a questão da droga no período ditatorial:

Na sociedade brasileira, segundo [Gilberto] Velho, dois tipos de acusação mostram o funcionamento da ideia de doença mental como elemento explicativo e exorcizador: "subversivo" e "drogado". "Subversivo" serviu durante o período ditatorial para estigmatizar os opositores esquerdistas do regime. Este, visto como perigoso e violento, seria uma ameaça à ordem estabelecida e agiria em conjunto com outros de igual inclinação. Mas as acusações extrapolariam o campo da política. **O "subversivo" seria também uma ameaça à ordem moral; características atribuídas a ele como de ser criminoso e agente de ideologia alienígenas, ateu, traíçoeiro, levavam ao questionamento de sua própria humanidade.**<sup>265</sup>

A “matabilidade” do subversivo estava associada, precisamente, à sua própria desumanização sob a ótica da repressão. Esta característica seria extendida aos traficantes, logicamente, a partir do momento em que também fossem incluídos – conforme aponta Carvalho – à categoria dos inimigos internos.

Os documentos do DOPS que associavam a “toxicomania” à uma estratégia subversiva dos “comunistas” para destruir a sociedade ocidental (pontuada por Salo de Carvalho, ao lembrar a pesquisa de Vera Malaguti) são exemplificativas das ponderações de McRae e Simões – e ainda mais específicas no tocante à questão das drogas.

Os autores continuam a analisar a questão das drogas na ditadura, ainda sob o prisma da ideologia da diferenciação que a Lei 6.368/76 mantinha, e denunciando também a perspectiva oficial dos agentes da repressão da ditadura sobre a dependência de drogas:

Já a categoria "drogado" percorre caminho inverso. Ambas são acusações totalizadoras, mas enquanto no caso do "subversivo" a acusação política contamina todo o comportamento, no caso do "drogado", uma acusação inicialmente restrita ao campo médico e moral, assume dimensões políticas. **Além de "moralmente nocivo", ameaçando assim os valores instituídos, ele seria presa das maquinacões de forças estrangeiras que desejariam alcançar o controle do País através do domínio e do enfraquecimento da juventude.** Assim, além de ser "doente mental", o "drogado" seria uma ameaça à família constituída, além de ser um parasita fugindo às suas obrigações e incapacitado para o trabalho. **Através dessas**

<sup>265</sup> MAC RAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis, op. cit., ps.123-124. Grifos acrescentados.

**acusações desqualifica-se, portanto, aqueles que por suas ações ou pelas opiniões que defendem põem em dúvida uma ordem e concepção do mundo, que até então vinha sendo vista como naturais e indiscutíveis (Velho, 1981).**<sup>266</sup>

Salo de Carvalho defende, assim, que a estrutura ideal e ideológica da lógica bélica permanece pungente no atual paradigma proibicionista, formatando o sistema repressivo que se manteria no período pós-transição democrática<sup>267</sup>.

A evidência desta constatação estaria “*nas ações punitivas de intervenção legal, judicial e executiva*”, dentre as quais a criminalização dos crimes hediondos, repressão ao crime organizado e a formulação de políticas penitenciárias diferenciadas (incluindo o RDD, o infame “regime disciplinar diferenciado”)<sup>268</sup>.

A tese sobre a permanência desta racionalidade belicista é muito forte, e defendida por outras(os) autoras(es) – dentre os quais Vera Malaguti:

Na transição da ditadura para a “democracia” (1978-1988), com o deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum, e com o auxílio luxuoso da mídia, permitiu-se que se mantivesse intacta a estrutura de controle social, com mais e mais investimentos na “luta contra o crime”. E, o que é pior, **com as campanhas maciças de pânico social, permitiu-se um avanço sem precedentes na internalização do autoritarismo. Podemos afirmar sem medo de errar que a ideologia do extermínio hoje é muito mais massiva e introjetada do que nos anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura. O “mito da droga” se estabelece nesse período de transição da ditadura, a partir dos anos setenta.** Há uma determinação estrutural regulada por leis de oferta e de demanda concomitante a uma carga ideológica e emocional disseminada pela mídia e acolhida pelo imaginário social a partir de uma estratégia dos países capitalistas centrais.<sup>269</sup>

Mas a maior evidência dessa continuidade estaria nos índices da violência *contra e através do* tráfico de drogas, enormes, que evidenciam que o traficante, assim como o subversivo à época da ditadura – os *inimigos*, portanto – é exterminável. Em suma, “*o número de mortos na ‘guerra do tráfico’ está em todas as bancas. A violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante*”<sup>270</sup>.

Portanto, conclui Salo de Carvalho:

<sup>266</sup> Idem. Grifos acrescentados.

<sup>267</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.73.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.134. Grifos acrescentados.

<sup>270</sup> Ibidem, p.135.

Nesta complexa rede de (re)afirmação de estereótipos e de distribuição arbitrária e seletiva de etiquetas ocorre o incremento e densificação, na estrutura dos aparatos da seguridade pública, da lógica militarizada. As agências de controle penal, agregando nestas o importante papel desempenhado pelos meios de comunicação, amparam e são amparadas pelas nascentes campanhas de Lei e Ordem, (re)definindo o inimigo interno a ser combatido.<sup>271</sup>

Segundo o autor, é nesse período do começo da “redemocratização” – final da década de setenta e início da década de oitenta – que ocorrerá a formatação do modelo repressivo do proibicionismo nacional. A ideia de Defesa Social contaminará o legislativo e o judiciário, ao passo que o modelo de Segurança Nacional “*determinará lógica militarizada, a qual será transferida às agências civis de controle do desvio punível*”<sup>272</sup>.

Para Carvalho, o sistema proibicionista brasileiro se sustentaria, portanto, no tripé ideológico consubstanciado pelos Movimentos de Lei e Ordem (MLOs), Ideologia da Defesa Social (IDS) e Ideologia da Segurança Nacional (ISN)<sup>273</sup>.

Em síntese muito apertada – para não dizer simplista e reducionista -, temos que a estrutura principiológica da IDS autoriza a constante (auto)legitimação do sistema repressivo a partir da ideia de poder racionalizado(r) – e cujo escopo seria, em tese, a tutela de bens jurídicos da estrutura social homogênea<sup>274</sup>.

Além disso, mantém a estrutura hierarquizada e seletiva do sistema de controle social: não igualiza a repressão, ao contrário, determina atuação letal, contrariando o discurso oficial de proteção dos direitos fundamentais<sup>275</sup>.

A ISN, tal qual o Movimento da Defesa Social, origina-se no contexto da Guerra Fria, em que há forte bipolaridade sob a perspectiva geopolítica. Tanto a ISN quanto a IDS apresentariam configurações maniqueístas, mas, enquanto na IDS os antagonismos se refletem na cisão entre indivíduos (criminosos X “cidadãos de bem”), na ISN estão em antagonismo blocos políticos ou nações. Em ambas, entretanto, a divisão se opera entre bem e mal<sup>276</sup>.

O que apresentamos anteriormente acerca do inimigo interno – enxergado no “subversivo”, primordialmente, durante a ditadura militar – é a essência da

<sup>271</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.74.

<sup>272</sup> Ibidem, p.74.

<sup>273</sup> Ibidem, p.83.

<sup>274</sup> Ibidem, p.89.

<sup>275</sup> Idem

<sup>276</sup> Ibidem, p.94.

perspectiva da ISN. Como Carvalho expressa, a forma de manutenção do “corpo social sadio” contra os “subversivos” (i.e., aqueles que se opõe à ordem estabelecida e seus valores morais) sob esta perspectiva seria a “*sanção neutralizadora*”<sup>277</sup>.

Diferentemente da IDS, aqui não se pretende “recuperar” o infrator, mas sim exterminá-lo, eliminá-lo:

Neste quadro não é difícil perceber a estruturação beligerante dos sistemas de segurança pública e das reformas penais e processuais penais dela decorrentes, pois, “*por coerência com a doutrina, particularmente com a ‘doutrina militar’, inimigo é inimigo mesmo, a ser neutralizado de qualquer forma; guerra é guerra mesmo, implicando inclusive o emprego não-seletivo da força e da inteligência militar; combate é combate mesmo; há de haver vencedores e vencidos.*”<sup>278</sup>

Os conceitos colocados em pauta por esta perspectiva belicista “*moldam intervenções punitivas que invertem os postulados legitimadores do Estado de Direito*”<sup>279</sup>, recepcionando institucionalmente um modelo repressivo pautado na letalidade, no confronto e na lógica da guerra permanente.

Não é surpresa então que assistamos, no caso das drogas, à passagem do modelo sanitário ao modelo bélico, para compor o que Batista denominou política criminal com derramamento de sangue. O elemento bélico, acompanhado do caráter religioso e moral da cruzada contra as drogas, permite que esta política criminal não tenha limites, nem restrições, nem padrões regulativos. O modelo bélico traz marcas no judiciário que, ao tratar o suspeito ou condenado como inimigo, tolera violações de direitos e reifica os preconceitos contra as garantias constitucionais.<sup>280</sup>

Zaffaroni, em “O inimigo no Direito Penal”, parte da hipótese segundo a qual o poder punitivo sempre discriminou os seres humanos, conferindo-lhes tratamento que não contempla a condição de pessoa, mas sim de ente perigoso<sup>281</sup>.

Os sujeitos os quais o poder punitivo submete são, portanto, estigmatizados, assinalados como inimigos da sociedade, e “*a eles é negado o direito de terem suas*

<sup>277</sup> Ibidem, p.95.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Ibidem, p.96.

<sup>280</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, ps.103-104.

<sup>281</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007, 2ª ed., p.11.

*infrações sancionadas dentro dos limites do direito penal liberal*<sup>282</sup>. Essa perspectiva é levada ao extremo sob a lógica da ISN.

Zaffaroni aponta que esta perspectiva não é verificada somente por dados de fato, revelados pela história e pela sociologia, mas também por dados de direito – i.e., doutrina jurídica e produção legislativa –, que legitimam este tratamento diferenciado. Esta perspectiva, de diferenciação de pessoas em *inimigos*, seria típica do Estado absoluto, antítese do Estado de direito<sup>283</sup>. Com isso:

Introduz-se uma contradição permanente entre a doutrina jurídico-penal que admite e legitima o conceito de *inimigo* e os princípios constitucionais internacionais do Estado de direito, ou seja, com a teoria política deste último.<sup>284</sup>

Salo de Carvalho aponta, ainda, que as categorias vagas que a ISN traz estão assentadas na coação direta exercida por três sistemas penais concomitantes, ainda que distintos, mas igualmente repressivos: o formal, o administrativo e o subterrâneo<sup>285</sup>.

Sobre sistemas penais já nos detivemos no início dessa monografia, inclusive trabalhando a noção de sistema penal subterrâneo – com o intuito, precisamente, de adentrar a discussão que travamos agora acerca de sua conformação na política criminal de drogas.

“A *consequência da configuração deste modelo repressivo bélico*”, afirma Carvalho, “*será o estabelecimento de programação genocida na América Latina*”<sup>286</sup>. A violência estatal é banalizada, sempre tendendo ao abuso – e, legítima ou não:

(...) a intervenção das agências repressivas é sempre considerada válida “porque é justificada por sua segurança nacional. E a segurança nacional é insaciável. Nunca está satisfeita. Não tem limites. (...) Esse poder será sempre utilizado a serviço do Bem.”<sup>287</sup>

A violação da legalidade torna-se a regra sob este paradigma. A segurança nacional destrói, estraçalha, esfarela quaisquer barreiras ao poder punitivo que as

---

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.96.

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Idem.

garantias constitucionais eventualmente possam assegurar<sup>288</sup>, bem como aquelas colocadas pelo direito penal liberal (conforme ensina Zaffaroni).

A tarefa interminável de exterminar o inimigo e negá-lo a sua condição de ser humano perdura, cristalizada, no Brasil e outros países da América Latina marcados pela perspectiva da “war on drugs” em nome da segurança nacional:

O sistema penal está estruturalmente montado para que não opere a legalidade processual e para exercer seu poder com o máximo de arbitrariedade seletiva dirigida aos setores vulneráveis. Na América Latina, a própria lei se ocupa de renunciar à legalidade concedendo ampla margem de arbitrariedade a suas agências.<sup>289</sup>

São as consequências do estabelecimento de uma *ratio* militarizada dentro das estruturas formais de segurança pública e do próprio judiciário – fenômeno ocorrido, como já dito à exaustão, durante a ditadura militar<sup>290</sup>. Ainda:

É sobre os setores mais vulneráveis da população que recai a violência cotidiana. Os sistemas penais latino-americanos exercem seu poder de maneira muito mais configuradora do que repressiva. Os órgãos judiciais são militarizados, burocráticos e discricionários e as agências não judiciais atuam à margem de qualquer controle, impondo penas, violando domicílios, fichando a população, etc.<sup>291</sup>

Finalmente, os MLOs podem ser definidos como “*instrumentalizadores positivos*”, isto é, planos de ação de ideologias ocultadoras (negativas) que visam intensificar o enfrentamento ao crime (conforme sintetiza de Salo de Carvalho)<sup>292</sup>.

As campanhas de Lei e Ordem teriam se originado na década de 60 nos Estados Unidos da América como uma resistência conservadora aos movimentos de contestação à ordem vigente, e suas primeiras manifestações se fundaram “*no sentido de orientar a (re)produção legislativa em matéria criminal/punitiva, adquirindo a droga, nesse contexto, papel de destaque*”<sup>293</sup>.

Mais especificamente quanto à questão das drogas, os MLOS intensificaram sua cruzada por maior repressão a partir da década seguinte:

<sup>288</sup> Ibidem, p.97.

<sup>289</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.54.

<sup>290</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.97.

<sup>291</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.56.

<sup>292</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.97.

<sup>293</sup> Idem.



No início dos anos setenta aparecem as primeiras campanhas de “lei e ordem” tratando a droga como inimigo interno. Permitia-se assim a formação de um discurso político para que a droga fosse transformada em uma ameaça à ordem. As ações governamentais e a grande mídia trabalham o estereótipo político criminal. Na medida em que se enuncia a transição democrática, este novo inimigo interno justifica maiores investimentos no controle social.<sup>294</sup>

Os MLOs estão interligados, historicamente, à chamada *direita punitiva*. Ambos exploram os pânico morais de maneira bastante contundente:

Instrumentalizado pela mídia, transmite ao senso comum do homem da rua (*every day theory*) estado de perigo constante e iminente, apenas excluído pela atuação profilática dos aparatos do Estado Penal. Desta maneira, veem na ampliação do espectro punitivo, na flexibilização das regras processuais e na implementação de penalidades severas o instrumento eficaz para conter a ação dos criminosos que ousam desrespeitar harmonia social.<sup>295</sup>

Entendemos que o papel da mídia no sentido da criminalização em sentido amplo, e, em específico, no que se refere à execução da política criminal de drogas vigente, é de importância tamanha que as agências de comunicação social (i.e., a mídia jornalística, por exemplo) integrariam o próprio sistema penal – entendimento este esposado por Zaffaroni et. al., conforme já discutiremos acerca no início desta monografia, e também por Salo de Carvalho<sup>296</sup>.

O próximo e último capítulo dessa monografia tratará especificamente do papel da mídia na política criminal de drogas atualmente posta em prática no Brasil, pois entendemos que tal debate concentra elementos centrais dos aportes que pretendemos trazer no presente trabalho: discussões sobre sistema(s) penal(is), criminalização primária e secundária, seleção criminalizante e seletividade penal, política criminal (em sentido amplo e referente às drogas), direito penal do inimigo e a representação da criminalidade e seus efeitos sobre as “*every day theories*”.

Os MLOs, portanto, reivindicam um direito penal máximo, reivindicação essa suportada pelos discursos de pânico moral e de medo que seus defensores propagam com o auxílio da mídia (em especial, a jornalística, massificada). Afinal, se

<sup>294</sup> MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.84.

<sup>295</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.98.

<sup>296</sup> Ibidem, ps.98-99.

aparentar que a criminalidade está sempre crescendo, incontrolável, torna-se mais fácil defender discursos de tendência penal maximalista:

Neste quadro, os resultados das campanhas deflagradas pelos MLOs, em sua relação simétrica com a mídia, podem ser considerados desde o ponto de vista interno e externo. Nas conjunturas nacionais, produzem efeitos irreversíveis no tecido social, fundamentalmente com a proliferação do pânico (moral) e a divulgação de medos (...) Desde o ponto de vista externo (transnacional), tais ações reproduzem a crença no sistema penal como único meio eficaz de combate à criminalidade, logrando, entre outros efeitos, a criação de demandas às agências internacionais de controle, a deterioração de valores vinculados aos direitos humanos e às suas garantias e a promoção de fratura artificial da sociedade (bem *versus* mal).<sup>297</sup>

Embora tenha se originado, conforme já dito, na década de sessenta, a estratégia midiática dos MLOs – apesar de consciente e estratégica – já era de conhecimento e de uso por grupos desejosos de ampliação da repressão.

O trabalho todo de Vera Malaguti em “O medo na cidade do Rio de Janeiro”, obra genial – sob o prisma criminológico e mesmo historiográfico -, orbita em torno de fontes jornalísticas para ilustrar os discursos do medo e do pânico referentes à criminalidade e classes perigosas em dois tempos (sécs. XIX e XX).

São diversas as menções à jornais como o *Aurora Fluminense*, que representava, no séc. XIX, a direita liberal defensora da monarquia constitucional<sup>298</sup>, e que por sua vez noticiava às elites acontecimentos cotidianos da capital. Assim, iam fomentando o “medo branco” e o pânico quanto às classes perigosas:

As notícias cotidianas vão fazendo a crônica da microfísica do poder e dos interstícios do medo: tiroteios no morro das Laranjeiras, africanos portando armas já assustavam os “proprietários” naquele tempo. (...) Ao contrário da crônica contemporânea da *utopia retrógrada*, que imaginava um Rio antigo sereno e bucólico, já se temia a movimentação de homens armados, com especial atenção para negros armados, com açoites para uns e para outros, as penas da lei.<sup>299</sup>

O trabalho de Jerome Himmelstein, sobre os discursos referentes à maconha nos EUA desde o início do século XX até a contemporaneidade, se pauta também na análise de fontes como jornais e revistas das épocas.

<sup>297</sup> Ibidem, p.100.

<sup>298</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.172.

<sup>299</sup> Ibidem, p.173.

Aliás, são estes os indicadores de viradas discursivas que o autor adota durante diversos de seus trabalhos, como o excelente artigo em que aponta a alteração do estereótipo da maconha como “erva assassina” para “droga da apatia”. Por exemplo:

In the turbulent debate over marihuana beginning in the 1960s, the Killer Weed claim was abruptly replaced by the virtually opposite assertion that marihuana induced passivity and destroyed motivation. What the Rowells had once said about opium in the 1930s in contrast to marihuana now has said about marihuana itself: it killed ambition and deadened initiative; it created an “amotivational syndrome”; it was a “Drop-out Drug”. **Thus, in summarizing the drug’s effects, *Time Magazine* argued in 1965 that marihuana “affects users’ judgment and if used daily will dull a student’s initiative”;** and Benjamin Spock, the pediatrician and political activist, noted that a “small percentage of users”, the ‘potheads’, make its frequent use the focus of theirs existence and lose some of their ambition and aim”.<sup>300</sup>

O debate público tem se deslocado, cada vez mais, para a esfera midiática. Portanto, nada mais natural que atentar para os discursos colocados pelos veículos de comunicação de massa e interpretá-los, a partir de seus articuladores e protagonistas, para compreender seus efeitos na cotidianidade – expressas criminalmente, por exemplo, no respaldo social que as agências do sistema penal terão em praticar abusos ou atuar de maneira violenta de maneira impune, ou mesmo a adesão ao *lobby* por dispositivos legais penais mais severos.

Em derradeiro, temos atualmente em vigor o estatuto político-criminal estabelecido pela Lei 11.343/2006, que substituiu a Lei 6.368/76. Após 30 anos em vigor, a Lei de Entorpecentes anterior tornou-se defasada; isto, aliado ao amplo processo de descodificação do direito penal que marcou a década de 90, tornou “*absolutamente complexo o sistema brasileiro de controle de drogas ilícitas*”<sup>301</sup>:

A publicação de inúmeros estatutos penais, que direta ou indiretamente afetam a política criminal de drogas, e a tentativa frustrada de renovação normativa, com publicação parcial do texto da lei 10.409/02, ratificaram a ambiguidade e a contraditoriedade dos mecanismos de criminalização primária e secundária. Mais: expuseram à sociedade civil e política a dificuldade das agências governamentais de desenvolvimento de política criminal razoavelmente coerente sobre drogas, seja proibicionista ou antiproibicionista.<sup>302</sup>

<sup>300</sup> HIMMELSTEIN, Jerome L., op. cit., p.13. Grifos acrescentados.

<sup>301</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.139.

<sup>302</sup> Idem.

Salo de Carvalho entende que, apesar das notáveis mudanças no que se refere à pluralidade de hipóteses típicas para o tráfico de drogas e da hipótese de “descarcerização” do porte de droga ilícita para consumo próprio, “*é possível afirmar que a base ideológica da Lei 11.343/06 mantém inalterado o sistema proibicionista inaugurado com a Lei 6.368/76*”<sup>303</sup>, inclusive reforçando-o.

Na Lei 11.343/06 se manifesta a “lógica histórica da dupla face do proibicionismo” (ideologia da diferenciação): a *obsessão repressivista às hipóteses de comércio ilegal* em contraste com a *idealização da pureza e da normalidade representada socialmente por condutas abstinências*. Ladeiam-se, então, o aumento desproporcional da repressão ao tráfico e o projeto moralizador de abstinência pautado aos usuários de drogas<sup>304</sup>.

Nada obstante, a atual Lei de Drogas se distingue da antiga precisamente no que concerne aos tratamentos (distintos) dispendidos a traficante e usuário. A atual lei criou dois regimes legais com “*respostas punitivas de natureza distinta*”, punindo severamente o traficante e patologizando o usuário a partir do estereótipo da dependência, impondo-lhe penas e medidas<sup>305</sup>.

Para que se tenha ideia, o art. 33 da Lei 11.343/06, que estabelece diversos verbos-núcleo como *tráfico de drogas*, comina pena de reclusão elevada - variando o *quantum* da pena entre 05 (cinco) e 15 (quinze) anos - associada a multa:

**Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:**

**Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.**

Quanto ao porte para consumo pessoal, previsto no art. 28 da referida Lei de Drogas, o legislador optou por ir na contramão das tendências descriminalizantes vislumbradas em países europeus. Não se comina, entretanto, pena restritiva de liberdade, mas ainda assim incidem penas restritivas de direitos e medidas de

<sup>303</sup> Idem, p.140.

<sup>304</sup> Ibidem, p.141.

<sup>305</sup> Idem.

segurança atípicas, supostamente com propósitos educativos (a respeito da “nocividade” das drogas ilícitas)<sup>306</sup>:

**Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:**

**I - advertência sobre os efeitos das drogas;**

**II - prestação de serviços à comunidade;**

**III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.**

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

**I - admoestação verbal;**

**II - multa.**

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Para Salo de Carvalho, embora não preveja o encarceramento para usuários de droga, o atual diploma legal sobre entorpecentes “*conserva mecanismos penais de controle (penas restritivas e medidas de segurança inominadas), com similar efeito moralizador e normalizador*”<sup>307</sup>.

Em resumo, mesmo com a crítica criminológica qualificada à guerra contra as drogas e com as incontáveis provas do fracasso da política criminal que se assenta sobre essa lógica, optou-se por manter no atual estatuto legal a criminalização do tráfico de drogas (com aumento substancial das penas e com a restrição das hipóteses de incidência dos substitutivos penais)<sup>308</sup>.

<sup>306</sup> Ibidem, p.142.

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Ibidem, p.141.

## 4 O TRÁFICO DE DROGAS ENTRE A MÍDIA E A REALIDADE

### 4.1 SOBRE MÍDIA JORNALÍSTICA E TRÁFICO DE DROGAS

*É muito fácil vir aqui me  
criticar  
A sociedade me criou e  
agora manda me matar  
Me condenar a morrer na  
prisão  
Virar notícia de televisão*

- MV Bill, “Soldado do Morro”.

Vivenciamos um período de intensificação do sistema penal subterrâneo, principalmente na repressão ao tráfico de drogas. Como ressalta Carvalho, a constância da mentalidade beligerante na programação da punitividade e da repressão no Brasil, em especial face as drogas e os traficantes, contrasta com o direito penal liberal, “*sendo os postulados teóricos humanistas e garantidores rupturas prático-teóricas descontínuas e fragmentárias*”<sup>309</sup>.

Não por acaso que se fale em um “direito penal do terror” deflagrado pelos operadores da estrutura repressiva (em todas as esferas: legislativa, executiva, judiciária, acadêmica<sup>310</sup> – e aqui adicionamos outra à classificação de Carvalho, a midiática).

Há uma enorme cisão entre as funções declaradas e as funções reais exercidas pelas agências penais, sendo incontestes a presença de “*germens antiliberais*” (i.e., garantistas) nas teorias penais da Modernidade – sobretudo, afirma Salo de Carvalho, face à permanência e transversalidade epocal da IDS, que pauta

---

<sup>309</sup> Ibidem, p.144.

<sup>310</sup> Idem.

o extermínio do inimigo, a negação absoluta de seu *status* de cidadão e ser humano<sup>311</sup>.

Há, ainda, uma forte presença de MLOs que fomenta práticas de extermínio e ilegalidade por agências do sistema penal, e não só – suficiente ver os discursos recentes de “jornalistas” conservadoras(es) em rede nacional defendendo a prática de *linchamentos* de supostos autores de delitos por civis.

Tudo em nome do combate à criminalidade, criminalidade esta que no ideário dos atuais representantes dos MLOs estaria irrefreável e pode vitimar qualquer um de nós a qualquer instante.

Ao tráfico, por sua vez, são atribuídos os mais violentos, grotescos e mesquinhos crimes. Nos noticiários televisivos, jornais e notícias de internet, homicídios sem motivação aparente são, *automaticamente*, “acertos de contas” referentes a dívidas de drogas. Pais matam mães, mães matam crianças, crianças matam adultos, tudo para sustentar o seu vício em tóxicos.

O “crime organizado”, na linguagem midiática, está invariavelmente envolvido com o comércio de substâncias ilícitas, e o seu lucro é usado para equipar suas fileiras com armamentos de grosso calibre. Tráfico de drogas é, no cotidiano da mídia jornalística, representado como sinônimo de enfrentamento à ordem e seus agentes.

Há, portanto, um estímulo permanente ao pânico moral e ao medo a partir da figura do traficante – e, conseqüentemente, ao reforço de medidas repressivas para conter esse mal abominável e destrutivo:

O trabalho jornalístico reflete, de forma indiciária, aquilo que o professor Nilo Batista denominou “guerra santa contra as drogas”, em que se constrói a figura do “traficante herege”, combinando elementos morais e religiosos. Associando a imagem do “traficante” à um ser violento e cruel, ao contrario da real dimensão daqueles que são selecionados para ingressar no sistema penal pela prática do delito de tráfico, a mídia passa a exercer um papel relevante no sistema penal. Enquanto a imensa maioria de traficantes desarmados e não violentos são encarcerados, os veículos de comunicação justificam as ações do sistema penal através do chamado “combate à violência”.<sup>312</sup>

Como já disse Vera Malaguti, “*a violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante*”, precisamente pelas reminiscências que

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.191.

Carvalho identifica na atual política criminal de drogas a partir da IDS. É preciso reforçar que o traficante é o inimigo e que a sua morte é necessária, ou, ao menos, um efeito colateral esperado pela própria natureza da sua atividade.

Enquanto a mídia jornalística insiste em reforçar esta perspectiva, o sistema penal continua operando de maneira seletiva sobre as classes perigosas, povoadas de miseráveis que, ao adentrarem o universo do comércio ilegal de substâncias ilícitas, se tornam automaticamente matáveis.

**A ideia da formação de um “exército de marginais” através do comércio de drogas ilícitas é tão fantasiosa quanto a existência de armas químicas no Iraque. Pode até servir para justificar uma guerra, mas não se comprova através de dados reais.** A imensa maioria das pessoas envolvidas no tráfico de drogas ilícitas ostenta uma realidade distinta de uma organização paramilitar voltada para a destruição do Estado e das instituições democráticas, conforme propõem as campanhas deflagradas pelos veículos de comunicação.<sup>313</sup>

O sistema penal é *invariavelmente seletivo*, pelos motivos e das formas que expusemos no início desta monografia; os critérios (estereótipos) pelos quais esta seletividade irá se operar estão intimamente interligados aos discursos da mídia jornalística e das agências de comunicação de massa, conforme Zaffaroni, resgatado por Carvalho, aponta:

Constata Zaffaroni que “o sistema penal atua sempre seletivamente e seleciona de acordo com os estereótipos fabricados pelos meios de comunicação de massa. Estes estereótipos permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes (delinquência do colarinho branco, dourada, de trânsito, etc.)”.<sup>314</sup>

Possuímos ressalvas, entretanto, quanto ao termo adotado por Zaffaroni para se referir à atuação dos meios de comunicação de massa; estes não “fabricam” os estereótipos, mas trabalham com os seus elementos a partir do imaginário social e da “opinião pública”, conformando-os, mas não os inventam pura e simplesmente.

Face a difusão massiva de aparelhos televisivos na maioria das residências brasileiras, da difusão enorme de jornais impressos e revistas, bem como do acesso histórico à internet e seus portais virtuais, soa exagerado defender que a mídia jornalística teria o *poder* de simplesmente criar estereótipos ao seu bel prazer.

<sup>313</sup> Ibidem, p.192.

<sup>314</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.99.



Entretanto, é certo que, quanto mais hegemônicos forem determinados meios de comunicação, mais provável é que consigam estabelecer discursos com efeito de verdade a respeito de pessoas e fatos.

No histórico da criminalização das drogas nos EUA, por exemplo, essa tese ficou demonstrada com a alteração radical dos discursos sobre a maconha na década de 1960, precisamente pois os discursos sobre a “marihuana” deixaram de ser produzidos a partir de um único interlocutor (no caso, o FBN).

Com a ampliação do debate público sobre as drogas – com especial atenção à maconha -, tornou-se mais difícil para o Bureau atribuir à seus discursos e versões o mesmo efeito de verdade que outrora. Com a diversidade de interlocutores, o direito de dizer a verdade a respeito das drogas deixou de ser privilégio de quem dominava a esfera de debate:

In the early 1960s, President Kennedy initiated a series of White House conferences, panels, and commissions on “narcotics and drug abuse” that effectively opened up the discussion of marihuana to other government agencies and interested groups. Later in the decade, the rapid increase in marihuana use made the drug a major social issue for the first time – **the subject of widespread popular debate, headlines, and endless hearings and reports. The basis of the Bureau’s dominance of the marihuana issue was thus undermined. Marihuana became an important matter; other interested groups (notably scientists, physicians, and public health officials) became involved; users themselves became a force in their own right; and the general populace was aroused.**<sup>315</sup>

No caso em tela, o fim da dominação do FBN no espaço público sobre drogas com a inserção de outros interlocutores e falantes levou ao afastamento do estereótipo da maconha como “killer weed” para que se consolidasse a figura da “drop-ou drug”, a droga da amotivação – simplesmente a antítese do discurso anterior no que concerne aos efeitos do consumo da droga.

Portanto, se a mídia exacerba, de maneira mais ou menos confluyente aos discursos de outros interlocutores, suposições e discursos sobre as drogas e seus efeitos, bem como seus usuários e fornecedores, é provável que lentamente se consolidem tais imagens enquanto estereótipos no ideário popular. Ainda contemplando o exemplo estadunidense:

The shift from Killer Weed to Drop-out Drug involved a change not only in the specific dangers attributed to marihuana use but also (and more

<sup>315</sup> HIMMELSTEIN, Jerome L., op. cit., p.30.

importantly) in the general image of the drug and its users. It thus entails nothing less than a transformation of the assumptions underlying public discussion of marihuana.<sup>316</sup>

Essa mesma lógica havia operado para reforçar o estereótipo anterior – defendido pelo FBN, que hegemonizava o debate público sobre as drogas, e que encontrava correspondência em estereótipos raciais historicamente associados a imigrantes mexicanos (conforme já discorremos anteriormente).

Himmelstein enfoca que a associação entre “marihuana” e a prática de crimes e atos violentos era reforçada frequentemente em revistas e periódicos – os mesmos que, futuramente, pautariam um discurso *absolutamente distinto* acerca do mesmo objeto:

Periodical articles from the mid-1930s to the early 1960s also focused on the violence theme. Between 1935 and 1940, the period of most intensive attention given to marihuana, 85% of the twenty *Readers' Guide* articles that discussed specific effects at all mentioned violence; between 1935 and 1963, 63% of the 35 articles that addressed the issue did. In contrast, only a few articles mentioned addiction, passivity, stepping-stone, accidents, sexual debauchery, or other specific effects. More importantly, violence was virtually the only theme that received detailed attention. The claim that marihuana stimulated aggression was discussed at length and was buttressed by various legends and alleged cases of marihuana-induced crime.<sup>317</sup>

Evidentemente que o discurso midiático que levou à virada discursiva sobre os efeitos do consumo da maconha apenas reforçou aquilo que estava subjacente no debate público, agora ampliado. Não fora criado, portanto, nenhum estereótipo na mídia, mas sim *formatado, lapidado e repercutido* – assentando-o assim na opinião pública.

Os meios de comunicação em massa possuem, de fato, a faculdade de destacar fatos, objetos e sujeitos e de dar visibilidade a determinados discursos sobre eles, aos quais são atribuídos muito facilmente efeito de verdade.

A capacidade de fomentar pânico morais e medo advém precisamente disso, da capacidade da mídia jornalística de deslocar determinados acontecimentos da totalidade e noticiá-los com o enfoque e destaque que lhes for conveniente:

Sabe-se ser notável a capacidade dos meios de comunicação de ampliar a visibilidade da violência individual, particularmente aquela que Zaffaroni,

<sup>316</sup> Ibidem, p.13.

<sup>317</sup> Ibidem, p.20.

Batista, Alagia e Slokar definem como *obras toscas da criminalidade* (delitos grosseiros cometidos com fins lucrativos), viabilizando o recrudescimento da violência institucional. A volumosa publicidade nos casos de violência, sobretudo em condutas com expressivo dano ao ofendido (crimes contra a vida e contra a liberdade sexual, p.ex.), fixa no imaginário a estética da delinquência (estereótipo), (re)significando a criminalidade e apontando as baterias do sistema punitivo aos grupos vulneráveis, ou os que através de posturas ou atos pessoais são identificáveis com o estereótipo.<sup>318</sup>

Portanto, parece bastante fácil, considerando a realidade de violência urbana, de difusão do comércio ilícito de drogas e a mentalidade que prepondera na política criminal de drogas e que demarca a atuação das agências do sistema penal brasileiro, que se reforcem através da mídia os discursos do medo e do pânico face à figura fantasmática, nos dizeres de Nilo Batista, do inimigo representado pelo traficante.

A partir dos movimentos de Lei e Ordem e da presença desconfortável das Ideologias da Defesa Social e da Segurança Nacional – em especial, da primeira – é possível entender que os meios de comunicação em massa criam *metarregras* de atuação para as agências do sistema penal através do reforço de estereótipos e discursos favoráveis a práticas violentas e repressivas.

São *metarregras* pois não se situam no mesmo plano das determinações legais que, em tese, deveriam conformar a atuação cotidiana dos mais diversos atores do sistema penal; são reiteradas cotidianamente, no espaço público, no ideário das corporações e instituições, no conteúdo propagado pelos veículos de comunicação de massa.

Nada obstante, as metarregras conformam e dirigem as condutas dos agentes públicos, muitas vezes em direção à ilegalidade e à prática de ações que negam o próprio Estado Constitucional de Direito:

O principal veículo dos MLOs para a produção do consenso sobre o crime, a criminalidade e a necessidade do incremento constante das penas é a imprensa – compreendendo neste conceito todos os meios de comunicação de massa. **Entendida neste sentido como parte integrante das agências penais, a imprensa, notadamente a sensacionalista, provoca exposições à vulnerabilidade, ou seja, distribui estereótipos delinquenciais que criam metarregras de atuação das agências formais de controle, sobretudo das esferas policiais e judiciais.**<sup>319</sup>

<sup>318</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.99.

<sup>319</sup> Ibidem, ps.88-89.

Voltamos aqui à discussão de um tema que permeou os primeiros tópicos deste trabalho: a centralidade das polícias – em especial as militares - para o sistema penal e a execução do programa de política criminal.

Sabe-se que os policiais militares, enquanto agentes públicos, devem atuar em estrito respeito à legalidade, de acordo com as determinações funcionais e constitucionais pensadas para que “*mesmo diante do caráter discricionário de suas atividades, a polícia não incorra em violações das normas de conduta, tais como o abuso de poder*”<sup>320</sup>.

Entretanto, a atuação policial concreta é, há tempos, objeto de descrédito e de medo precisamente pelos excessos e abusos que são frequente e impunemente praticados pelos policiais. Percebe-se a existência de “*uma tênue linha estabelecida entre a execução da lei e o uso da força de fato*”<sup>321</sup>, cujo emprego deveria ser a *ultima ratio* mas se converteu em regra para indivíduos suspeitos e, principalmente, para os *inimigos*.

Contra estes últimos, a letalidade é, em grande medida, legitimada, “*até mesmo facilitada, por normas jurídicas e pelo apoio muitas vezes declarado de determinados grupos e segmentos sociais às ações repressivas*”<sup>322</sup>. Esse apoio é frequentemente manifestado, precisamente, nos discursos veiculados pela mídia jornalística e pelos meios de comunicação de massa.

Assim, tal letalidade se torna *metarregra*, usando a terminologia apresentada por Salo de Carvalho, e a prática do extermínio dos inimigos (identificados principalmente nos traficantes de drogas) se consolida como atuação padrão das polícias militares.

Tornam-se comuns, cada vez mais, os confrontos armados e as ações de repressão direta por parte das polícias contra o tráfico de drogas. Em algumas localidades brasileiras, como a cidade do Rio de Janeiro, esta lógica belicista atinge níveis surreais, ao menos para os defensores do Estado de Direito:

Na cidade do Rio de Janeiro são frequentes confrontos entre facções criminosas, assim como operações policiais nos morros, favelas e áreas tidas como populares. O propósito alardeado é o controle do tráfico de drogas ou repressão ao seu comércio. O aumento substancial do número

<sup>320</sup> VELLOSO, Saint'Clair da Silveira. **Autos de resistência: algumas considerações sobre tráfico de drogas e letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011, p.19.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> Idem.

de vítimas, sobretudo letais, da chamada “violência urbana” em todo país, principalmente em função de confrontos armados, cada vez mais frequentes entre policiais e não-policiais, nos coloca diante de um sério problema que diz respeito à esfera das relações travadas entre polícia e sociedade, ou, mais especificamente, entre aquela e determinados segmentos sociais.<sup>323</sup>

As interações frontais entre suspeitos e policiais, geralmente ocorridas em áreas “de risco”, são marcadas pelo conflito e *“nem sempre existe um controle efetivo em relação ao uso da força empregada para restabelecer a normalidade social infringida, o que comumente redundava em casos de violência policial”*<sup>324</sup>.

Ao contrário, as mortes em tais contextos e lugares a partir dos encontros com policiais são comuns e frequentemente justificadas como necessárias frente à resistência da vítima (ou do inimigo, a quem sequer se concede o status de ser humano) à ordem do policial militar:

Frente a esse quadro percebe-se que, quando um civil é morto por um agente do Estado, esta ocorrência é normalmente registrada como “resistência seguida de morte” ou “auto de resistência”. Isto porque, se o registro é prontamente realizado utilizando estas categorias, parte-se do pressuposto de que o policial atirou em legítima defesa. Os “autos de resistência”/“resistência seguida de morte” não constituem um tipo criminal específico e são, na realidade, crimes de homicídio – tipificados no artigo 121 do Código Penal – teoricamente praticados com “exclusão de ilicitude”. Segundo o artigo 23 do mesmo código, não existe crime se o agente o pratica em estado de necessidade, em legítima defesa, ou ainda em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito<sup>325</sup>.

O uso excessivo da força por policiais em situações de conflito - que frequentemente resulta em mortes - tem sido *“legitimado pelo discurso público através da metáfora da guerra”*<sup>326</sup>.

Esse discurso, que já identificamos na política criminal de drogas vigente a partir da obra de Salo de Carvalho, tem assumido caráter hegemônico e assim reforçado *“uma ideologia militarista no amago das diversas esferas de influência política, econômica, intelectual, etc., aprovando a adoção de medidas”* como a exemplificada acima<sup>327</sup>.

<sup>323</sup> Ibidem, p.18.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel e LIMA, Renato Sérgio de. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/sob-fogo-cruzado-ii-letalidade-da-acao-policial>>, acesso em 30.10.2014.

<sup>326</sup> VELLOSO, Saint'Clair da Silveira, op. cit., p.34.

<sup>327</sup> Idem.

Daí o motivo de existir uma tentativa de tradução e respaldo jurídico ao extermínio praticado por policiais militares através da infame figura dos “autos de resistência”:

Embora esta nomenclatura tenha sido implementada como um mecanismo para amparar legalmente o agente policial, a mesma pode ceder espaço para graves distorções, principalmente se a rotina indicar que não há investigação e acompanhamento adequado das ocorrências com resultado morte envolvendo policiais (Nascimento et al, 2009). **Fato é que as ocorrências designadas como “resistência seguida de morte” passaram a ser utilizadas com muita frequência por algumas polícias, mesmo em casos em que tudo indicava tratar-se de um homicídio, ou mesmo execução.**<sup>328</sup>

Os “autos de resistência” possuiriam tal nomenclatura por remissão aos artigos 284 e 292 do Código de Processo Penal, que estabelecem as hipóteses em que o “emprego de força” pelo agente público é autorizado. *Ipsis verbis*:

Art. 284. Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

(...)

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto suscrito também por duas testemunhas.

Supostamente respaldados pelas excludentes de tipicidade do art. 23 do Código Penal (estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal), os autos de resistência pretensamente tornariam o homicídio praticado pelo policial um “recurso legítimo” frente a supostas “situações consideradas limites”<sup>329</sup>.

Ocorre que a quase totalidade de tais enfrentamentos, que resultam nos infames autos de resistência, acontece em favelas ou áreas periféricas em geral – áreas estas historicamente entendidas como “locais de perigo, o que muitas vezes torna passível de legitimação práticas violentas aí realizadas pela polícia”<sup>330</sup>.

Para que se tenha ideia, no universo de análise de autos de resistência que Velloso analisou em sua pesquisa, referentes à cidade do Rio de Janeiro, 86,3% dos

<sup>328</sup> BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel e LIMA, Renato Sérgio de, op. cit.. Grifos acrescentados.

<sup>329</sup> VELLOSO, Saint'Clair da Silveira, op. cit., p.40.

<sup>330</sup> Ibidem, p.62.

autos de resistência foram registrados em área classificada pela polícia civil como “favela”/“morro”/“comunidade”, contra apenas 13,7% no “asfalto”<sup>331</sup>.

A conclusão do trabalho realizado por Velloso, ao analisar registros de autos de resistência no Rio de Janeiro, é de que a letalidade praticada por policiais se concentra principalmente em “áreas menos privilegiadas e com altas concentrações de favelas”, e que “*as principais vítimas da letalidade policial no Rio de Janeiro são jovens, negros e/ou pardos, maiores de idade, moradores de bairros periféricos (...) exatamente as áreas consideradas mais pobres da cidade*”<sup>332</sup>.

Vera Malaguti já apontara para a imagem consolidada da favela como o lugar do perigo e de onde se originam as ameaças:

**Essa ideia da favela como *locus* do mal com os perigos decorrentes do transbordamento das suas fronteiras** (“de dentro dos morros para fora irradia-se nova ética, de sangue e violência”, editorial “Vacilou, dançou”, *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1994) **se vincula à função da mídia de direcionar o público para um falso consenso.**<sup>333</sup>

A partir destes falsos consensos se consolidam perigosos discursos e metáforas, como as metáforas biológicas e científicas; a partir dessas figuras de linguagem, torna-se frequente a referência a fenômenos sociais como doença, à maneira da ideia central do nazismo, “*a utilização do conceito de doença para definir o que ameaça o ser coletivo*”<sup>334</sup>.

Malaguti entende que, pois, que “*é este conceito que, na interseção do jurídico com o científico, pode ter dado ao surgimento do sistema institucional do genocídio*”<sup>335</sup>. Para a autora, as metáforas biológicas são consequências direta da visão da favela como lugar natural do mal, e ilustra sua perspectiva com diversos conteúdos publicados por veículos de comunicação de massa que reverberaram discursos do gênero:

“Rio (...) vítima da favelização não contida no limite histórico, reproduzindo-se como ameiba e se expandido como cogumelo” (editorial “Vacilou, dançou”, *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1994)<sup>336</sup>

---

<sup>331</sup> Idem.

<sup>332</sup> Ibidem, p.63.

<sup>333</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.112. Grifos acrescentados.

<sup>334</sup> Ibidem, p.113.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

“Estes violentos bandidos se animalizaram (...). Eles são animais. Não podem ser compreendidos de outra maneira. Por isso os confrontos não podem ser civilizados. Essa gente não tem que ser tratada civilizadamente. Tem que ser tratados como animais. (Marcello Alencar, Governador do Rio de Janeiro à época, em rede nacional de TV, programa Jornal da Manchete, TV *Manchete*, 11 de maio de 1995)<sup>337</sup>

“Histórias como essa demonstram que traficantes, a exemplo dos sequestradores, não tem a menor consideração com direitos humanos, comportando-se como animais selvagens que não merecem qualquer consideração” (editorial do Jornal do Brasil, 15 de dezembro de 1995)<sup>338</sup>

“Os traficantes, vocês já se deram conta, são os cupins de nossa sociedade. Eles e os consumidores de drogas. A diferença é que o cupim-consumidor rói o próprio osso, depois de roer o próprio e alheio bolso. Os cupins-trafficantes estão aí enfurnados em colônias, nas favelas, e saem em formação militar para grandes batalhas. E nisto, confirmam as características genéticas da espécie” (Affonso Romano de Sant’Anna, poeta e diretor da Biblioteca Nacional, no jornal *O Globo*, 02 de janeiro de 1996, Segundo Caderno, p.02)<sup>339</sup>

É importante destacar a referente tentativa de *desumanizar* o inimigo a partir de metáforas biológicas. Esse é um dos elementos que permitem o seu extermínio, ou, no limite, a sua “*perda da personalidade política*”. Para Jakobs, romper de maneira duradoura com as expectativas de comportamento definidas socialmente, “*disminuye la disposicion a tratar al delincuente como persona*”<sup>340</sup>.

Segundo Carvalho, para Jakobs, na ocasião de rompimento com as expectativas, deixa de existir um “*mínimo de garantia cognitiva de condutas pessoais estabilizadoras da vigência das normas*”, o que torna admissível o processo de despersonalização do desviante – “*no qual a perda da personalidade política (cidadania) deflagraria exclusão dos direitos a ela inerentes*”<sup>341</sup>.

Deste modo, a conclusão lógica sob essa perspectiva é a de que os sujeitos que se negam a participar do contrato social (atendendo às expectativas mínimas sobre suas condutas pessoais no sentido de assegurar a vigência das normas) não poderiam receber o *status* de pessoa, tornando-se assim indignos do direito penal de garantias<sup>342</sup>.

Esclarecendo tal perspectiva, Salo de Carvalho diferencia esta dicotomia entre cidadão e não-cidadão no âmbito do direito penal:

<sup>337</sup> Ibidem, p.113-114.

<sup>338</sup> Ibidem, p.114.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> CARVALHO, Salo de, op. cit., p.148.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Idem.



Com o procedimento de cisão entre pessoas e não pessoas são elaborados dois modelos distintos de intervenção punitiva – o direito penal do cidadão e o direito penal do inimigo -, redefinindo-se as funções das agências repressivas, pois *“quien por principio se conduce de modo desviado no ofrece garantía de um comportamento personal; por ello, no puede ser tratado como ciudadano, sino debe ser combatido como enemigo. Esta guerra tiene lugar com um legítimo derecho de los ciudadanos, em su derecho a la seguridad; pero a diferencia de la pena no es Derecho también respecto del que es penado; por el contrario, el enemigo es excluído.*<sup>343</sup>

Da metáfora biológica ao direito penal do inimigo, o discurso da defesa social apresenta a dicotomia entre o saudável e o doente, o bem e o mal, e a expurgação do elemento negativo mediante seu extermínio ou sua exclusão. Na atualidade, nada é mais evidente sob tais lógicas do que os discursos sobre o traficante como o *inimigo* da ordem, da família, da sociedade e da saúde pública – portanto matáveis.

Saint’Claire Vellozo, ao sintetizar a sua pesquisa - que correlaciona precisamente o tráfico de drogas à letalidade policial na cidade do Rio de Janeiro -, conclui que os locais com os maiores índices de morte praticadas por policiais (e traduzidas sob a figura dos autos de resistência) são, precisamente, as favelas e morros. Mais que isso, propõe uma leitura sobre o papel da polícia em tais áreas:

(...) verifica-se que as mortes praticadas pela polícia possuem dinâmica própria. **A polícia, ao invés de administrar os conflitos, figura como uma das principais instituições responsáveis por seu incremento.** Como muito bem lembra Kant de Lima, **o sistema judicial hierárquico, ao alargar os poderes discricionários da polícia, permitiu que as práticas repressivas dessa instituição recaíssem de maneira excessiva sobre determinados segmentos sociais, justamente sobre aqueles que mais facilmente são submetidos ao processo de sujeição criminal.**<sup>344</sup>

O discurso hegemônico na mídia jornalística defende as intervenções policiais com base no suposto recrudescimento da violência urbana, hoje claramente associado ao tráfico de drogas, e o extermínio dos “traficantes” então passa a ser encarado como medida necessária para a resolução de conflitos sociais.

A mídia jornalística assume papel central de repercutir estas perspectivas, associando o aumento da violência ao tráfico de drogas, apresentando simultaneamente a solução:

A representação dominante que associa o recrudescimento da “violência urbana” ao desenvolvimento do tráfico de drogas, de forma consentânea,

<sup>343</sup> Idem.

<sup>344</sup> VELLOSO, Saint’Clair da Silveira, p.73. Grifos acrescentados.

elege também aquele que é considerado o responsável por seu avanço e pela instalação do atual quadro de insegurança (...): o Estado. Como se vê, a “violência urbana” é tomada não como fenômeno em si, mas como sintoma da desordem, cabendo ao Estado o papel e a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da ordem.<sup>345</sup>

Aqui, repetimos excerto já colacionado de autoria Orlando Zaccone o qual reforça esta perspectiva:

Assim, se “como se sabe” a violência urbana tem como principal combustível o tráfico de drogas, sendo o traficante um jovem criminoso “empedernido e irrecuperável”, para o qual parece “brincadeira de mau gosto falar de ressocialização”, a única saída para organizar o caos passa a ser “novas prisões e novas leis”. Convince-se assim a audiência e o próprio interlocutor de que poderemos diminuir significativamente a violência urbana, enterrando todo o mal-estar decorrente da nossa liberdade consumista, através do encarceramento dos “traficantes”, que passam a ocupar o espaço que outrora fora destinado a hereges, judeus e comunistas.

Ao traficante, inimigo número um, irrecuperável, resta somente um caminho: o extermínio pelas mãos do Estado em nome do reestabelecimento da ordem. O sistema de justiça criminal, por sua vez, ao buscar legitimidade, acata várias formas de “violência”, afirma Vellozo<sup>346</sup> – incluindo, não raro, o extermínio praticado por policiais camuflado sob o (des)confortável manto dos autos de resistência.

O discurso hegemônico, por sua vez, aceita e considera legítima a violência exercida pelas instituições de controle, ao reconhecer no acusado uma posição de fraqueza moral que justifica as ações policiais com base em uma política de repressão ao tráfico de drogas, reforçando, assim, um conjunto de violências simbólicas que associam o aumento da “violência urbana” a uma questão de periculosidade das favelas e de “suas” drogas.<sup>347</sup>

Numa metáfora contundente, mas precisa, Vera Malaguti evidencia a pretensão subjacente aos discursos do medo propagados pela imprensa.

**A difusão de imagens do terror produz políticas violentas de controle social. As estruturas jurídico-policiais fundadas no nosso processo civilizatório nunca se desestruturam, nem se atenuam. É como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes. É como se**

<sup>345</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.193-194.

<sup>346</sup> VELLOSO, Saint'Clair da Silveira, op. cit., p.74.

<sup>347</sup> Idem.

**torturadores estivessem sempre a postos, prontos para entrar em cena e limpar o jardim.**<sup>348</sup>

Como no passado, os discursos de medo veiculados pelos veículos meios de comunicação de massa exploram medos preexistentes, potencializando-os e reforçando estigmas, estereótipos e imagens já dadas no imaginário social. Evidentemente, podem fortalecer traços ou discursos que entenderem mais convenientes.

No que se refere ao tráfico de drogas, a insistência midiática é no sentido de vincular o tráfico de drogas a grandes quadrilhas e a bandidos armados, estruturados sobre a forma de exércitos ou organizações paramilitares. Nada mais longe da realidade da maioria dos sujeitos criminalizados de fato pelo delito de tráfico de drogas, ao contrário da criminalidade violenta destacada pela mídia:

A ideia da formação de um “exército de marginais” através do comércio de drogas ilícitas é tão fantasiosa quanto a existência de armas químicas no Iraque. Pode até servir para justificar uma guerra, mas não se comprova através de dados reais. A imensa maioria das pessoas envolvidas no tráfico de drogas ilícitas ostenta uma realidade distinta de uma organização paramilitar voltada para a destruição do Estado e das instituições democráticas, conforme propõem as campanhas deflagradas pelos veículos de comunicação.<sup>349</sup>

Enquanto a mídia hegemônica se esforça para associar a imagem do traficante de drogas à do soldado do narcotráfico, violento e impetuoso, o que se percebe no cotidiano do sistema penal é um perfil majoritário de miserabilidade do indivíduo criminalizado pelo art. 33 da Lei 11.343/2006.

Poucos são presos com armas – talvez pelo fato de que traficantes armados não sejam levados ao cárcere, mas sim ao IML. A maioria é identificada como “peão” do varejo de drogas, meros funcionários da cadeia do comércio de drogas ilícitas.

Entretanto, a mídia insiste em retratar o tráfico a partir dos grandes traficantes e dos “soldados”, ignorando o perfil hegemônico da maioria dos sujeitos criminalizados pela Lei de Drogas. É importante destacar, portanto, a demarcada divisão social do trabalho que o tráfico de drogas conforma:

<sup>348</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.105.

<sup>349</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, op. cit., p.192.

Desprovidos do apoio de qualquer “organização”, surgem, rotineiramente, nos distritos policiais, os “narcotraficantes” de verdade, que superlotam os presídios e casas de detenção. **O sistema penal revela assim o estado de miserabilidade dos varejistas das drogas ilícitas, conhecidos como “esticas”, “mulas” e “aviões”, ou seja, aqueles jovens pobres das favelas cariocas, responsáveis pela venda de entorpecentes no varejo, alvos fáceis da repressão policial por não apresentarem nenhuma resistência aos comandos de prisão.**<sup>350</sup>

A divisão básica da cadeia de comércio de drogas ilícitas, portanto, se assemelharia muito mais à uma *empresa* do que à um exército paralelo – contrariando diretamente os estereótipos mais comuns difundidos pela mídia jornalística hegemônica:

O fato de a imprensa e as autoridades públicas darem grande destaque às prisões dos chamados “chefões” do tráfico, dedicando as primeiras páginas dos jornais e muitos esforços à captura dos “donos” do negócio relativo ao comércio de substâncias entorpecentes, demonstra, por si só, a existência de um escalonamento. De um lado “grandes” traficantes, como Fernandinho Beira Mar, e um pouco mais de uma dezena de nomes considerados de alta periculosidade, para os quais são reservadas algumas celas nos presídios de segurança máxima; do outro, milhares de “fogueteiros”, “endoladores” e “esticas” que, juntos dos “soldados” – única categoria armada e responsável pela segurança do negócio -, assemelham-se mais à estrutura de uma empresa do que a de um exército, lotando as carceragens do estado.<sup>351</sup>

É evidente, portanto, que o sistema penal opera de maneira seletiva também quanto ao tráfico de drogas. Tão evidente que as próprias agências do sistema penal, notadamente as policiais, reconhecem e formulam a respeito do caráter seletivo de sua atuação.

Orlando Zaccone, neste sentido, traz à lume a denominada “*Teoria dos 3 níveis*”, também chamada de “*Teoria do Iceberg Invertido*”. Esta teoria, desenvolvida pelo Coronel da PMRJ Romeu A. Ferreira – e adotada pela Subsecretaria de Inteligência da SSP/RJ após a Operação Rio de maio de 1995 -, classifica a criminalidade relacionada ao tráfico de drogas em diferentes níveis<sup>352</sup>.

Segundo a Teoria do Iceberg Invertido, o comércio ilegal de entorpecentes nos morros e favelas seria a parte superior de um iceberg invertido, em que há uma concentração maior de sujeitos expostos à repressão policial (criminalidade de nível

<sup>350</sup> Ibidem, p.182. Grifos acrescentados.

<sup>351</sup> Idem.

<sup>352</sup> Ibidem, p.194.

3). Os “novos ricos” e os “cidadãos acima de qualquer suspeita” conformariam a criminalidade de nível 2 e 1, que estaria oculta, submersa, tal qual a ponta do dito iceberg<sup>353</sup>.

Outro lado perverso dessa política criminal de drogas seletiva – para além da própria seletividade com que opera - é evidenciado pelo fato de que o sistema penal “*reconhece diferentes níveis de delinquência ao tratar do tráfico*”, mas oferece tratamento penal indistinto a todos os que participam da empreitada – seja o “*fogueteiro*”, o gerente dos negócios no varejo ou o empresário que se beneficia da lavagem do dinheiro proveniente do tráfico. Todos respondem abstratamente pelo mesmo art. 33 da Lei 11.343 de 2006<sup>354</sup>.

Somente estas últimas considerações evidenciam a complexidade do tráfico de drogas concretamente posto em prática. A complexidade do tema mostra-se ainda maior ao reconhecermos que a maioria das obras adotadas nesta monografia se restringe ao contexto do tráfico de drogas praticado na cidade do Rio de Janeiro; por tal motivo, conserva particularidades que devem ser levadas em conta ao se pretender analisar a política criminal de drogas brasileira como um todo.

Talvez se os meios de comunicação fossem democratizados e estivessem mais libertos da lógica do mercado, propiciando uma pluralidade de interlocutores e discursos, a discussão sobre o tráfico de drogas e a política criminal voltada a seu combate levariam em conta perspectivas críticas e mais detalhadas sobre esse universo intrincado.

Entretanto, a repercussão de discursos praticamente uníssonos pelos meios de comunicação de massa cumpre um papel político-criminal de relevo para o sistema penal atual, e qualquer análise crítica deve reconhecer essa função. Como tem se demonstrado historicamente, a função primordial da mídia hegemônica é difundir o medo sobre o tráfico e criar pânico moral:

A concentração da repressão penal na ultima ponta do comercio de substâncias entorpecentes, ou seja, naquele setor mais débil, incapaz de reagir aos comandos de prisão, é uma realidade. **Os veículos de comunicação e a própria polícia, ao difundir a cultura do medo, tem por habito relacionar o aumento das prisões e da participação de alguns estratos sociais no tráfico de drogas ao aumento da violência.** Tal correlação não se faz presente. Hoje, a grande maioria dos presos no trafico de drogas é formada pelos chamados “aviões”, “esticas”, “mulas”, verdadeiros “sacoleiros” das drogas, detidos com uma “carga” de substancia

<sup>353</sup> Idem.

<sup>354</sup> Ibidem, p.182.

proibida, através da qual visam obter lucros insignificantes em relação à totalidade do negócio. **Estes “acionistas do nada”, na expressão de Nils Christie, são presos, na sua imensa maioria, sem portar sequer um revólver.**<sup>355</sup>

Com estas afirmações, não pretendemos dizer que a mídia jornalística hegemônica mente, em princípio. O que ocorre, inegavelmente, é uma seletividade no que se refere a quais representações, estereótipos (em matéria criminal) e discursos encontrarão vazão, e esta escolha atende a critérios políticos e econômicos do interesse do proprietário ou concessionário de tais meios de comunicação.

Por exemplo, não é possível negar que o tráfico de drogas possua uma face violenta. Não pretendemos também romantizar a conduta criminosa, enaltecendo-a e ignorando o complexo de violência e abusos que a conformam – com relação às possíveis vítimas e ao próprio “criminoso” e aqueles que o cercam.

O tráfico de drogas afeta diretamente as vidas de centenas de milhares de pessoas. No Rio de Janeiro, promove formas de relação social características, as quais evidenciam os aspectos negativos do comércio de drogas proibidas para os próprios traficantes.

As pessoas comumente esquecem, ou ignoram, o fato de que o tráfico de drogas é uma indústria como outra qualquer, ainda que proscrita e criminalizada. Entretanto, em função de seu caráter criminoso, o tráfico de drogas (assim como qualquer atividade econômica ilícita) potencializa práticas concorrenciais e disputas por consumo de maneira violenta e brutal.

Ademais, considerando que o tráfico de drogas opera também sobre a forma capitalista (embora muitas pessoas possam contrariar tal afirmação, alegando que o capitalismo encontra-se sob a égide das leis trabalhistas e concorrenciais), reproduz em sua estrutura as diversas opressões e explorações típicas do regime assalariado de emprego.

A questão é que, por ser uma atividade ilícita, o tráfico de drogas conforma outras formas de risco ao trabalhadores que nele se aventuram. Dentre eles, o perigo de morte e de prisão. Essa é uma das reclamações mais frequentes dentre os que se encontram na base do “iceberg invertido”, conforme teoria trazida por Zaccone:

---

<sup>355</sup> Ibidem, p.192.

As with most economic activities and most organized criminal activity, the drug trade in Rio is structured hierarchically, with the cocaine distributed from favelas and conjuntos at the lower end of the distribution chain and sales mainly to a middle-class clientele. The kingpin wholesalers of Rio's drug trade are rarely identified (unlike the situation in Colombia), and if they appear in public, it is usually in the society columns with no mention of their illicit activities. **A bitter complaint made by the lower level-traffickers is that the anonymous *tubarões* (sharks or "big boys") are rarely touched, while the lower-class distributors are often violently hunted down. Within the class structure of the drug trade, these distributors are the vulnerable and exploited ones.** But within the social structure of favelas, they are either revered or grudgingly respected or feared. Their presence is never neutral.<sup>356</sup>

Em sua análise sobre o tráfico de drogas, notadamente a cocaína, nos morros e favelas cariocas, Leeds revela a complexidade da estrutura econômica e social que o comércio de substâncias ilícitas conforma, inclusive em seus aspectos negativos. Neste sentido, há algum ponto de confluência com as representações da mídia jornalística hegemônica a respeito da atividade.

Alguns questionamentos sobre a atuação e (não) presença do Estado nas comunidades tomadas pelo tráfico de drogas, frequentemente veiculadas pela mídia hegemônica, encontram respaldo nos relatos e estudos da autora, que analisou por mais de década o contexto local do tráfico e sua inserção nas favelas do Rio de Janeiro.

Ademais, a autora traz também alguns anseios dos moradores e moradoras das comunidades com presença do tráfico de drogas sobre a violência, inevitável, que a atividade econômica em questão produz.

É comum que moradores sofram ataques e abusos por parte das polícias militares, que por toda a carga de preconceitos e em função de estereótipos (na favela, *locus* do mal, todos são criminosos até que se prove o contrário) tratam a todos como suspeitos – e não mero suspeitos, mas possíveis inimigos.

Isso se deve ao fato de que, em diversas favelas e morros em que a presença do tráfico é consolidada, persistem relações características de clientelismo entre moradores e traficantes, os quais fornecem serviços básicos e algumas garantias em troca de sigilo e tranquilidade para realizar seu comércio – o que envolve alguns

<sup>356</sup> LEEDS, Elizabeth, op. cit., ps.57-58. Grifos acrescentados.

códigos sociais específicos, como não colaborar com a polícia, nem denunciar atividades ilícitas na comunidade<sup>357</sup>.

Ainda, por todo o histórico de violência, abuso e arbitrariedades cometidas por policiais, associada à ausência de Estado e de serviços públicos essenciais, permitiram que se desenvolvesse uma desconfiança “natural” dos moradores com relação às agências públicas (em especial, as polícias).

De outro lado, vários residentes das favelas, em especial líderes de associação de moradores, sofrem violência do tráfico de drogas por eventualmente buscarem manter posturas autônomas em frente ao poder de fato que os traficantes exercem nas comunidades “dominadas”. Leeds traz alguns apontamentos bastante interessantes a esse respeito:

**In a society like Brazil, where the poorer segments of the population are frequently ignored by the state except in the form of police repression, the need to create autonomous local forms of decision making and service provision becomes part of survival.** When those forms are eroded by parallel, authoritarian, and frequently violent power structures, then formal democratic structures of the national polity become meaningless. **The form that drug dealing has taken in favelas, due to the state's failure to provide basic services and state repression in creating the perception of danger to justify the heavy-handed police or military action, has permitted the establishment of new channels of clientelistic relationships.** The drug dealer themselves have in many instances created a forced symbiosis – alternative welfare “services” in exchange for protection and anonymity – while undermining the authority of legitimately elected local leaders.<sup>358</sup>

Especificamente sobre a violência policial e o descrédito da população com relação às instituições formais, Leeds pontua o quanto segue:

**The Brazilian state has used the presence of drug groups as an excuse for repressive tactics that, during this period of redemocratization, can be legitimized only if certain activities are defined as aberrant, anti-social, and requiring protection. Paradoxically, that process has created a situation in which favela populations are better off without the presence of the state when the state is represented by police and security forces.** The state and those candidates seeking to become a part of the state continue their traditional practice of courting votes with promises, using the violence associated with drug dealing and the lack of services in favelas as pretexts for clientelistic overtures. Parallel power structures thus

---

<sup>357</sup> Ibidem, p.72.

<sup>358</sup> Ibidem, ps.76-77.



have arisen in a space left empty by the lack of truly protective state structures.<sup>359</sup>

E a conclusão, que oferta um ponto de vista a partir das populações marginalizadas que se encontram *entre* o tráfico de drogas e a repressão estatal marcada pela lógica de guerra e pela letalidade:

Because of the basic distrust of the police by favela residents, a dialogue between favela associations and the police has become increasingly difficult. Residents are never sure when their civil rights will be violated or whether the police themselves are involved with the drug traffickers. One favela presidente commented, “We’re between a rock and a hard place. It ends up being a perverse reversal, whereby the absence of the state [in the form of the police] becomes beneficial. The more the state intervenes, the more it tries to overstep boundaries, and the more the credibility of the resident’s association is placed in doubt. The development of parallel power systems, in part the result of repression and corruption by official forces, means that favela populations are caught between two armed forces – the police and the drug groups.”<sup>360</sup>

Portanto, os veículos de comunicação em massa não mentem quando apontam aspectos negativos referentes ao tráfico de drogas e sua presença em áreas marginalizadas. O problema está nos pontos de partida, nas conclusões e nas propostas apresentadas.

A política criminal de drogas em vigor, cujo trajeto e fundamentos explicamos de maneira exaustiva no capítulo anterior, encontra seu limite e denuncia seu próprio fracasso em conter o avanço da violência associada ao tráfico e o aumento do consumo abusivo de determinados tipos de drogas.

A mídia apresenta falsas soluções, conservadoras, que quase sempre apontam para os mesmos (des)caminhos: mais repressão, mais morte, mais prisões, mais punição. Sempre em nome da saúde pública e da ordem, pedem extermínios e ataques à vida e ao Estado Democrático de Direito:

A atual política criminal da chamada “guerra contra as drogas” evidentemente ofende mais à saúde pública que à própria circulação destas substâncias. Se é verdade que o direito busca, ao reprimir as condutas descritas como tráfico de drogas, proteger “o estado em que o organismo social exerce normalmente todas as funções” (saúde pública), como entender que a violência criada pela guerra contra o tráfico no Rio de

---

<sup>359</sup> Ibidem, ps.77-78.

<sup>360</sup> Ibidem, ps.72-73.

Janeiro tenha atingido níveis de homicídios superior aos da guerra de Bush no Iraque?<sup>361</sup>

São perguntas que a mídia jornalística hegemônica não quer responder – e nem tem condições de fazê-lo, ou tampouco interesse:

Com a *mass media*, a irrupção de fatores subjetivos estaria no primeiro plano da atualidade histórica. As transformações tecnológicas e o controle da indústria da mídia resultariam numa tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade. **É por isso que afirmamos que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os “novos tempos”.** Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação da realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo do criminoso.<sup>362</sup>

Vera Malaguti está correta quando aponta para a centralidade da televisão atualmente para o exercício do poder do sistema penal, ainda que os jornais impressos e as revistas permaneçam em evidência (mesmo que menos que outrora), e a internet esteja ampliando sua abrangência com velocidade assustadora.

A televisão ainda é o local por excelência de produção de discursos com efeito de verdade. A imagem e o som, produzidos meticulosamente, fazem os discursos saídos das bocas dos âncoras e dos especialistas soarem como revelações. Ademais, há uma questão material na importância dos televisores para a difusão de discursos: quase todo lar brasileiro possui um, e a TV não discrimina, a princípio, entre analfabetos e escolarizados.

O jornalismo, afirma Eugênio Bucci, insiste em carregar a pretensão de, “*no interior do relato que propõe, conter, sistematizar e representar de modo inteiramente neutro a objetividade dos fatos*”. Assumindo a neutralidade como missão, recai em uma ilusão: descrever a realidade “como é”, sem interferências. Foi

<sup>361</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.37.

<sup>362</sup> MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.33.

assim, afirma Bucci, que encontrou na tela da TV o novo palco para fincar sua autoridade<sup>363</sup>:

Ainda a televisão é debatida segundo uma concepção que a reduz a uma transportadora de conteúdos, uma passagem ente um emissor e um receptor. Mais ou menos como um envelope, um carteiro ou um fio de telefone. O maior problema dessa concepção é que ela ajuda a esconder ou a camuflar a função fundante dos chamados meios de comunicação, sobretudo dos meios eletrônicos: a de constituir e conformar o espaço público.<sup>364</sup>

Ainda, sem medo de soarmos exagerados, temos que a televisão configura em si mesma uma nova esfera pública em que (aparentes) consensos sobre os mais diversos temas são criados ao olhar do espectador:

A televisão não mostra lugares, não traz lugares de longe para muito perto – *a televisão é um lugar em si*. Do mesmo modo, ela não supera os abismos de tempo entre os continentes com suas transmissões na velocidade da luz: *ela encerra um outro tempo*. **O lugar da TV, ou melhor, a TV como lugar, nada mais é que o novo espaço público, ou uma esfera pública expandida. O exemplo brasileiro é um dos mais indicados do mundo para quem quer observar os detalhes de como se dá a expansão da esfera pública e, mais ainda, como se dá a sua constituição em novas bases.** (...) A televisão se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso, ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil. Pode-se mesmo dizer que **a TV ajuda a dar o formato da nossa democracia**<sup>365</sup>.

O lugar que a TV produz, esta esfera pública expandida, é totalizante e não admite coisa se manifeste fora dele. Numa analogia bastante instigante, Bucci reporta “*ao brocardo jurídico dos antigos romanos, quod non est in acti non est in mundo (“o que não está nos autos não está no mundo”), que obriga o juiz a ater-se aos fatos descritos no processo para fundamentar sua sentença*” – para sugerir que aquilo que não aparece na TV não acontece de fato<sup>366</sup>:

Esse lugar que a TV fabrica na atualidade alimenta-se de uma convergência de outros meios e junto com eles compõe um gigantesco novelo em torno do planeta. O que conduz as linguagens desse novelo é o olhar, o que me permite propor a tela de TV como forma hegemônica desse novelo, hoje constituído por um sistema complexo que envolve teias eletrônicas feitas de satélites, ondas eletromagnéticas, feixes de *lasers* e redes de computadores. Fora disso não há vida. O que não é visível não existe. O que não tem visibilidade não adquire cidadania. (...) Agora, o critério da

<sup>363</sup> KEHL, Maria Rita e BUCCI, Eugênio. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004, p.30.

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> Ibidem, p.31-32.

<sup>366</sup> Ibidem, p.33-34.

verdade é a imagem que se apossa da nova videosfera: “uma foto será mais ‘crível’ do que uma figura, e uma fita de vídeo do que um bom discurso.” A síntese de Debray é categórica: Visível = Real = Verdadeiro.<sup>367</sup>

Portanto, enquanto os meios de comunicação insistirem nos mesmos discursos e estereótipos – ou melhor, enquanto os meios de comunicação permanecerem os mesmos – sobre as drogas e seus protagonistas, não restarão muitas esperanças para a afirmação de perspectivas progressistas no debate público, e consequentemente, na formulação de novas políticas criminais.

Enquanto a televisão corpos perfurados por balas e estirados após confrontos com policiais ou em “acertos de contas” do tráfico, sem que se situem criticamente os personagens e contextos, sem que se promovam ultra-generalizações a partir de casos grotescos, será difícil contestar os velhos estereótipos e dogmas que legitimam extermínios e arbitrariedades em nome da guerra contra as drogas.

Sem que se respeite a presunção de inocência protegendo os rostos pretos e pardos da exibição orgulhosa pelos capitães do mato, salvaguardando-os contra a publicidade abusiva e a estigmatização precoce após uma prisão em flagrante ou em função de mandado<sup>368</sup>, não será possível contornar os velhos estereótipos que associam determinados grupos às classes perigosas e à criminalidade, tornando-os assim menos-que-humanos, inimigos, escória.

Por essas e outras, “o bizarro espetáculo montado pelo julgamento midiático deve ser coibido pela eficácia da presunção de inocência”<sup>369</sup>. É hora de confrontar as sobre-representações de grupos marginalizados em noticiários criminais e programas sensacionalistas.

Como Zaccone ressalta, reordenar o caos por intermédio de discursos punitivos tem sido a regra na mídia jornalística, que encara em nossa sociedade pós industrial um trajeto natural para o encarceramento dos pobres; “tais discursos encontram eco em diferentes setores da sociedade, passando pelos partidos políticos, universidades, igrejas e conversas de bar”<sup>370</sup>.

O discurso da mídia sobre a guerra às drogas, por sua vez, ordena o caos discursivamente pela estratégia do ocultamento:

<sup>367</sup> Idem, p.33-34.

<sup>368</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**, 9 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p.778.

<sup>369</sup> Idem.

<sup>370</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas**. In: **Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade**. Ano 09, n.14, p.194.

A atual política de guerra contra as drogas, para além de revelar um verdadeiro fracasso naquilo que se propõe, oculta sua real função que cumpre com magnitude: o controle social das classes perigosas.<sup>371</sup>

Alterar políticas criminais implica em modificar consciências – isto é, em modificar as perspectivas e visões de mundo dos interlocutores, passando pelos “diferentes setores da sociedade” aos quais se refere Zaccone, todos conformados pela mesma esfera pública estendida que é a televisão – sem ignorar os demais meios de comunicação de massa.

Essa é uma tarefa extremamente difícil, considerando as dificuldades de estabelecer debates públicos amplos em nosso país. Além disso, há gente ocupada demais morrendo ou sendo presa em função da execução dos programas criminais em vigor para conseguir assumir seu papel como falante no debate público.

Entretanto, há o crescente poder das mídias alternativas e das redes sociais, que tem dado profusão a discussões historicamente restritas a pequenos grupos contestatórios e às Universidades, como as discussões anti-proibicionistas que pautam a legalização/descriminalização das drogas.

Terminamos esta monografia com a esperança de que, algum dia, o debate público sobre a política criminal de drogas e a função do sistema penal desemboque, ou ao menos aponte, à seguinte conclusão/indagação:

Quizás no sean las drogas sino la guerra contra ellas lo que representa el mayor daño en lo referente a las drogas de nuestra situación social presente. Algunas de las drogas legales así como de las ilegales representan obvios y severos peligros para algunos individuos, pero la guerra contra las drogas representa un grave peligro para nuestro sistema político en su totalidad.<sup>372</sup>

## 5 CONCLUSÃO

A primeira constatação a que chegamos ao término do presente trabalho é quanto ao caráter invariavelmente seletivo do sistema penal. Considerando que suas

---

<sup>371</sup> Idem.

<sup>372</sup> CHRISTIE, Nils, op. cit., p.161.

agências possuem capacidade limitada de atuação, necessariamente escolherão que delitos apurar, quais suspeitos perseguir e quais vítimas privilegiar.

Este aspecto não é atenuado pela política criminal de drogas, o objeto central de análise nesta monografia. Embora contaminada por fundamentos belicistas típicos da guerra contra as drogas estadunidense – como as Ideologias da Defesa Social e Segurança Nacional, associadas aos Movimentos de Lei e Ordem -, que levam a extremos como a legitimação do *extermínio* dos inimigos representados pelos traficantes, a atual política criminal de drogas diferencia quem criminaliza, e em que medida, pelo delito do art. 33 da Lei 11.343/2006.

Usando o termo cunhado por Nils Christie e trabalhado por Zaccone, percebemos existir uma prevalência dos “*acionistas do nada*” nas fileiras dos criminalizados por tráfico no sistema penal. São os ocupantes dos postos mais baixos na escala da indústria da droga, situados na base, segundo a teoria da pirâmide invertida.

Em contrapartida, os grandes gestores do capital movimentado pelo tráfico de substâncias entorpecentes, uma das atividades ilícitas mais rentáveis do mundo, sequer são identificados ou perseguidos criminalmente (ainda que o sistema penal não seja a via ideal para solucionar conflitos sociais e questões referentes a desigualdades estruturais).

A segunda conclusão é quanto ao caráter programático da política criminal de drogas brasileiro no sentido de negar sistemicamente direitos dos indivíduos criminalizados a partir da atual Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).

Em comparação aos diplomas legais que a antecederam, a atual Lei de Drogas evidencia caráter bastante repressivo, estabelecendo reprimendas bastante elevadas para a prática de tráfico de drogas, que é equiparado desde 1990 a crime hediondo.

Não suficiente, o legislador optou em seguir na contramão de países europeus que passaram a pautar, recentemente, a descriminalização do consumo pessoal de drogas. Ao contrário, estabeleceu penas e medidas cautelares especiais que asseguram o controle sobre o usuário e mantém a perspectiva moralizante que recai sobre o uso.

Em derradeiro, percebe-se que a mídia exerce papel central no cumprimento dos programas repressivos, influenciando diretamente nos processos de seleção criminalizante e na atuação das agências do sistema penal.

A importância é tamanha que grandes juristas e criminólogos defendem que as agências de comunicação social integrariam o sistema penal, participando, portanto, do processo de criminalização – citamos Zaffaroni, Nilo Batista e Salo de Carvalho como exemplos ilustres.

Exemplos vários da força do discurso midiático para a legitimação do sistema penal e do processo de criminalização que coloca em prática foram colacionados ao presente trabalho, como a insigne pesquisa realizada por Vera Malaguti sobre os discursos do medo na cidade do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX e a pesquisa de Himmelstein sobre os discursos sobre a maconha nos EUA nos mesmos períodos.

Parece-nos, ao cabo desta monografia, que a atual política criminal de drogas não dá conta de solucionar os problemas e questionamentos trazidos pelo constante movimento das relações sociais referente à temática. Questiona-se, cotidianamente, a alta letalidade promovida pela repressão ao tráfico, bem como a eficácia das medidas de prevenção negativa ao consumo.

Algumas vozes minoritárias questionam e problematizam o atual modelo proibicionista, defendendo a ampliação do debate sobre a sua ineficácia e necessidade de instauração de um novo modelo de política sobre drogas, inclusive criminal – desde coletivos universitários, artistas musicais, lideranças políticas e até mesmo agentes da lei (como o LEAP, Law Enforcement Against Prohibition).

Infelizmente, por força de discursos e estereótipos historicamente colocados e reforçados pela mídia hegemônica, estas vozes dissonantes são sufocadas e o que se percebe é o reforço de discursos de Lei e Ordem propondo maior repressão ao tráfico e ao consumo de entorpecentes, encerrando o ciclo vicioso e tautológico de violência que a guerra contra as drogas estabeleceu transnacionalmente.

Entendemos que debates públicos amplos sobre a questão criminal, sistema penal e política criminal de drogas são inviabilizados pela concentração dos meios de comunicação de massa por determinados grupos, os quais difundem discursos e estereótipos que atendem a seus interesses e valores, sejam políticos ou econômicos.

Sem uma ampliação da discussão sobre a política criminal de drogas brasileira e seu paradigma proibicionista que pauta o extermínio do traficante e a moralização do consumo, temas como desencarceirização, descriminalização e

legalização de drogas continuarão sendo tratadas como tabu e sua discussão permanecerá restrita a ambientes privilegiados, como o universitário e artístico.



## REFERÊNCIAS

ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

**Apostila do curso de aperfeiçoamento em policiamento ostensivo para sargentos da PMRJ**, 2013. Disponível em: <[http://ev.pmerj.rj.gov.br/dokeos/courses/0008/document/APOSTILAS/POLICIAMEN TOOSTENSIVO\\_2013.pdf?cidReq=0008](http://ev.pmerj.rj.gov.br/dokeos/courses/0008/document/APOSTILAS/POLICIAMEN TOOSTENSIVO_2013.pdf?cidReq=0008)>. Acesso em 20.08.2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**, 6.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. **Punidos e mal pagos – violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sobre el filo de la navaja**. In: Revista Epos, vol.02, n.01, 2011. Disponível em: < <http://revistaepos.org/?p=338>>. Acesso em 22.10.2014.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel e LIMA, Renato Sérgio de. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/sob-fogo-cruzado-ii-letalidade-da-acao-policial>>, acesso em 30.10.2014.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**, 6ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHRISTIE, Nils. **El control de las drogas como un avance hacia condiciones totalitárias**. In: **Criminologia Crítica y Control Social: El Poder Punitivo del Estado**, vol.01. Argentina: Editorial Juris, 1993.

CUNHA, Irineu Ozires. **Dever de obediência**. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=607>>. Acesso em 20/08/2014.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone **Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas**. In: **Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade**. Ano 09, n.14. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

\_\_\_\_\_. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DA ROCHA, Abelardo Julio. **As polícias militares e a preservação da ordem pública**. Disponível em: <  
http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/pmpreservacao.pdf>. Acesso em 21.08.2014.

GIAMBERARDINO, André e PAVARINI, Massimo. **Teoria da Pena e Execução Penal: uma introdução crítica**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

HIMMELSTEIN, Jerome L. **From killer weed to drop-out drug: the changing ideology of marihuana**. In: **Contemporary Crises**, vol.07, n.01. Amsterdam: Elsevier, 1983.

KEHL, Maria Rita e BUCCI, Eugênio. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEEDS, Elizabeth. **Cocaine and Parallel Politics in the Brazilian Urban Periphery: Constraints on Local-Level Democratization**. In: **Latin American Research Review**, vol. 31, no. 3. The Latin American Studies Association Stable, 1996.

MAC RAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias**. Salvador: EDUFBA, 2004.

MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

\_\_\_\_\_. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MISSE, Michel. Prefácio. In: JUNIOR, Edísio Ferreira, MARTINS, Iara, MEDEIROS, Katia (Orgs.). **Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.

OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

**Pesquisa revela que população carcerária brasileira é equivalente a seis maracanãs lotados.** Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11078>>. Acesso em 20.10.2014

RECASENS I BRUNET, Amadeu. **La seguridad, el sistema de justicia criminal y la policía**. In: BERGALLI, Roberto [org]. **Sistema penal y problemas sociales**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal – Parte Geral**, 4ª ed.. rev. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

SERAFIM, Jhonata Goulart, e AZEREDO, Jeferson Luiz de. **A (des)criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940**. In: Amicus Curiae, vol.6, n.6. 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1998.

VELLOSO, Saint'Clair da Silveira. **Autos de resistência: algumas considerações sobre tráfico de drogas e letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

VIEIRA, Danielli. **“Vivendo no veneno”: narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina**. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli [orgs.]. **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

ZAFFARONI, Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**, 2ª ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.